

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

LUAN ORLANDO LIMA AZEVEDO

PATRONAGEM PARTIDÁRIA E SELEÇÃO DE CANDIDATOS:
O PSDB E O PDT NAS ELEIÇÕES DE CURITIBA EM 2016

CURITIBA

2018

LUAN ORLANDO LIMA AZEVEDO

PATRONAGEM PARTIDÁRIA E SELEÇÃO DE CANDIDATOS:
O PSDB E O PDT NAS ELEIÇÕES DE CURITIBA EM 2016

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi
Coorientadora: Profa. Dra. Amanda Santos Machado

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE
BIBLIOTECAS/UFPR-BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS
COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR
Bibliotecária: Rita de Cássia Alves de Souza – CRB9/816

Azevedo, Luan Orlando Lima

Patronagem partidária e seleção de candidatos: o PSDB e o PDT nas eleições de Curitiba em 2016 / Luan Orlando Lima Azevedo. – Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi

1. Partidos políticos – Curitiba (PR). 2. Eleições – Curitiba (PR). 3. Ciência política - Brasil. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.

CDD 324



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUAN ORLANDO LIMA AZEVEDO**, intitulada: **PATRONAGEM PARTIDÁRIA E SELEÇÃO DE CANDIDATOS: O PSDB E O PDT NAS ELEIÇÕES DE CURITIBA EM 2016**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APPROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 30 de Abril de 2018.

BRUNO BOLOGNESI(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)

ADRIANO NERVO CODATO(UFPR)

FERNANDO SCHEEFFER(UDESC)

Dedico esse trabalho a minha Mãe, Rosa, por acreditar como Pedagoga que a leitura e o pensamento crítico podem ser as ferramentas mais importantes que podemos ter, e também por estar sempre presente quando precisei, tanto afetivamente quanto profissionalmente. E a minha irmã querida Salua, que enche de alegria a minha vida.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento seria por meio do crivo severo da razão do filósofo Descartes à Deus.

Fica também meu gratífico reconhecimento as pessoas e instituições que apoiaram a construção dessa pesquisa, em especial à Universidade Federal do Paraná e a CAPES pela oportunidade que me foi oferecida para concluir esta dissertação e disseminar ao máximo o conhecimento adquirido.

Agradeço primeiramente aos professores. Ao *Professor Adriano Codato* por ser um Professor “à moda” francesa. Espero quiçá um dia ter sua paciência para ouvir e sua destreza para ensinar aqueles que te seguem. Por enquanto, tomarei a liberdade de ainda em minha inexperiência interromper as aulas com questionamentos para meu avanço pessoal. O mesmo digo para o *Professor Renato Perissinotto*, serei grato por servir de exemplo a mim e outros estudantes a sempre questionar tudo, até mesmo as teorias que se autodeclaram terem as respostas para quaisquer questionamentos.

Ao *Professor Emerson*, por ser a maior referência que eu pude ter de um professor, e inspirar-me a achar a carreira do ensino fantástica. E não deixarei de mencionar que sua amizade foi a melhor conquista na carreira acadêmica.

Ao *Professor Bruno*, pela inteligência. Considerarei como inteligência a forma como transmite paciência aos seus alunos, na forma como escuta as opiniões e leciona, e principalmente pela forma como em tão pouco tempo de experiência se tornou uma referência para diversos pesquisadores na área de conhecimento. Muito obrigado por ter me acolhido como orientando e sempre me escutado quando eu precisasse. Obrigado Flávia Babireski e Amanda Machado, minha querida co-orientadora, pois em algumas conversas soubemos trocar conhecimentos e incertezas. Je voudrais remercier le *Professeur Bruno Cautrès* pour son enseignement sur la façon d'être un bon chercheur. Ao *Professor Sérgio Praça*, por me indicar os primeiros livros de Ciência Política que resultaram na entrada da pós-graduação.

Reconheço aqui também a amizade revelada ao longo dos anos. Obrigado Juliana Breda, por ser uma mulher tão inteligente, poderosa e cheio de ânimo e me mostrar que a vida pode ser mais simples. Meu querido amigo Elías, que apesar de falarmos idiomas diferentes, temos um olhar para o mundo em comum. Muita gratidão pela amizade. Obrigado Alessandro Tokumoto e Fellipe Herman, por serem o ponto de equilíbrio nessa passagem por vezes turbulenta.

Por fim, obrigado a todos os familiares, que por mais que tenha sido dois anos com momentos de prantos, empresto aqui o verso de Carlos Drummond de Andrade, da qual diz: “o coração continua”.

Em troca de serviços leais, hoje, os líderes partidários distribuem cargos de todos os tipos - nos partidos, jornais, sociedades cooperativas, companhias de seguros, municipalidades, bem como no Estado. Todas as lutas partidárias são lutas para o controle de cargos, bem como lutas para metas objetivas.

Karl Emil Maximilian Weber – A política como vocação,
1918

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é investigar o fenômeno da patronagem em contextos partidários durante as eleições municipais da cidade de Curitiba em 2016, através de dois partidos: PDT e PSDB. Até então, os estudos recentes sobre patronagem em nosso país privilegiaram aspectos de agenda política, atendo-se apenas à arena legislativa. Salvo algumas exceções, o enfoque para as conclusões sobre a utilização da ferramenta como patronagem esteve sempre no cerne dos partidos. Dessa forma, a partir de um *survey* aplicado aos candidatos a vereança e as entrevistas realizadas com as cúpulas das respectivas organizações, buscamos entender as estratégias encontradas pelas agremiações para que se utilizem do Estado durante a seleção de candidatos. Esse estudo levanta a seguinte hipótese, baseada na disputa para se chegar a um cargo eletivo: estar em um cargo de nomeação, seja ele designado pelo governo municipal ou estadual, garante aos membros do partido uma maior chance de lançarem-se como candidatos nas eleições. Os resultados apresentados mostram uma distância significativa no que concerne à formação partidária, porém, não foi possível confirmar a hipótese lançada sobre a patronagem frente às candidaturas no contexto pesquisado.

Palavras-Chave: Patronagem Partidária. Partidos Políticos. Seleção de Candidatos. Vereador. Paraná.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to investigate the phenomenon of patronage in partisan contexts during the local elections in Curitiba in 2016, through two parties: PDT and PSDB. Until then, recent studies on patronage in our country have focused on aspects of the political agenda, focusing only on the legislative arena. With some exceptions, the focus on the conclusions about the use of the tool as patronage was always at the heart of the parties. Thus, based on a survey applied to candidates for leadership and interviews conducted with the top leaders of the respective organizations, we sought to understand the strategies found by the associations to be used by the State during the selection of the candidates. This study raises the following hypothesis based on the dispute to reach an elective position: being in a nomination position, whether appointed by the municipal or state government, guarantees party members a greater chance of getting candidates in the elections. The found results show a significant distance, however, it was not possible to confirm an absolute launch on a patronage of the candidatures in the context researched.

Keywords: Party Patronage. Political Parties. Selection of Candidates. City Councilor. Paraná.

LISTA DE SIGLAS

DEM – DEMOCRATAS
NOVO – PARTIDO NOVO
PC do B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PEN – PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL
PHS – PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE
PMB – PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA
PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL
PP – PARTIDO PROGRESSISTA
PPL – PARTIDO PÁTRIA LIVRE
PPS – PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
PR – PARTIDO DA REPÚBLICA
PRB – PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PROS – PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL
PRP – PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA
PRTB – PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO
PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSC – PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PSDC – PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA CRISTÃO
PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PSTU – PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
PT do B – PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL
PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PTC – PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO
PTN – PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL
PV – PARTIDO VERDE
REDE – REDE SUSTENTABILIDADE
SD – SOLIDARIEDADE
TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
TRE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

LISTA DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

QUADROS

Quadro 1 – Patronagem partidária trajetória conceitual.....	32
Quadro 2 – Diferenciando conceitos.....	37
Quadro 3 – Especificação dos dados e informações para análise.....	50
Quadro 4 – Sentido do partido na formação e nos espaços para seus filiados.....	81
Quadro 5 – Sentido de ocupar cargos para cada Legenda e importância para candidatura	83

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Aspecto geral da patronagem partidária em todos os partidos nas eleições..	67
Gráfico 2 – Patronagem nas coligações partidárias do PSDB e do PDT em comparação	68
Gráfico 3 – Movimentação dos candidatos que pertenceram a coligação.....	70
Gráfico 4 – Total de candidatos que pertenceram a coligação.....	70

FIGURA

Figura 1 – Relação de palavras para cargo de nomeação.....	80
--	----

TABELAS

Tabela 1 – Tempo de filiação ao partido com cargo de nomeação.....	74
Tabela 2 – Idade com cargo de nomeação e sem cargo.....	75
Tabela 3 – Teste χ^2 para associação entre pertencer a um único partido e cargo de nomeação.....	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	19
1. PARTIDOS POLÍTICOS COMO UNIDADE DE ANÁLISE.....	19
1.1 PARTIDOS NO BRASIL: ESTUDOS SOBRE O CENÁRIO NACIONAL.....	24
1.2 A PATRONAGEM, UM PRIMEIRO OLHAR.....	28
1.3 FORMAS DE PATRONAGEM? O QUE AS DIFERENCIA	31
1.4 EPÍTOME SOBRE O ARCABOUÇO TEÓRICO	39
CAPÍTULO 2 – ESTUDANDO A PATRONAGEM PARTIDÁRIA	41
2. OPERACIONALIZANDO A PATRONAGEM: OS FUNDAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS E AS DIMENSÕES ANALÍTICAS	41
2.1 A SELEÇÃO DE CANDIDATOS NO FOCO DA ANÁLISE	45
2.2 MÉTODO E CATEGORIAS DA PESQUISA	48
2.2.1 Delineamento de Pesquisa	48
2.3 JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE.....	53
2.3.1 Pensamento analítico da pesquisa e a aplicação do questionário.....	56
2.3.2 A entrevista com os líderes partidários: descobrindo as diferenças.....	59
2.4 OBJETO DE PESQUISA: O PDT E PSDB.....	61
2.5 DA METODOLOGIA À ANÁLISE.....	63
CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	65
3. PATRONAGEM PARTIDÁRIA NAS ELEIÇÕES 2016.....	65
3.1 A PATRONAGEM NO PSDB E NO PDT: INFERÊNCIAS E TESTES.....	73
3.2 ENTREVISTA COM OS LÍDERES: EXISTE UMA FORMAÇÃO NA PATRONAGEM?	78
3.3 AS ENTREVISTAS E A RELAÇÃO COM A PATRONAGEM PARTIDÁRIA....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXOS A, B e C.....	99

INTRODUÇÃO

Há um consenso de que os partidos políticos tiveram uma considerável mudança em suas organizações no período pós-segunda guerra (JALALI & LISI, 2009, p.442). No Brasil, esse cenário não é diferente. Com o fim da ditadura militar, o quadro partidário tende a apresentar algumas consequências no que tange a uma forte fragmentação e pouca lealdade das organizações partidárias (SAMUELS, 2008). Quanto às suas raízes com a sociedade, a maioria das agremiações não possuíam essa identificação, algo que se pode notar pelo fracasso dessas instituições políticas em manter seus enlacs com a sociedade ao longo dos anos (LAWSON, 1988).

Em outras palavras, apesar da crise consolidada que alarma os partidos, uma primeira questão a ser debatida seria o interesse dessas organizações em formar e absorver novos indivíduos, pois essas dispõem do poder de operar a representação política (BRAGA, 2008, p. 459).

A proposição de Kopecký & Mair (2006) aponta para uma possível estratégia que os partidos encontraram para se adaptarem ao ambiente político recentemente: a patronagem partidária. Esse fenômeno tornou-se um recurso chave na formulação de redes leais ao partido, na iniciação política e nas mudanças nas burocracias (p. 2). Isso revela a tática que os partidos empregam para ter um papel de governo nas democracias contemporâneas (JALALI & LISI, 2009).

Duas problemáticas apresentam-se conectadas neste trabalho, tendo como ponto central os partidos políticos. A primeira é a de que os partidos possuem dificuldades em criar raízes com a sociedade; a segunda, de que essas organizações têm como importante função indicar candidatos para o pleito eletivo, ou seja, os partidos buscam colonizar o próprio ambiente através de uma estratégia de dominação e adaptação (PANEBIANCO, 2005). Nessas condições, temos os partidos políticos como foco central desse estudo, mostrando o impacto direto da adaptação dessas instituições a um ambiente competitivo.

Esta dissertação apresenta a patronagem partidária como um meio para que os partidos distribuam ‘incentivos’ para garantir apoio e, além disso, possam fazer uso dos recursos estatais. Temos, portanto, a função que o partido possui de selecionar candidatos como o momento em

que a patronagem, se mostraria evidente, já que são necessárias soluções encontradas no estado¹ que beneficiem essas organizações. Nesse quesito, devemos entender que os partidos fazem valer da patronagem como um tipo de incentivo que assegura a lealdade, um processo que apoia-se na forma como as organizações fazem sua seleção de candidatos. Nesse ponto, emerge o foco de nosso problema de pesquisa: em que medida a patronagem serve como estratégia encontrada pelos partidos para selecionar seus candidatos?

Pode-se dizer então que essa dissertação conecta esses dois fenômenos. Investigaremos mais especificamente se os partidos utilizam a patronagem partidária para selecionar seus candidatos e se existe um certo padrão nas candidaturas centradas em indivíduos que ocupam cargo no Estado. A ideia básica aqui – retirada do debate inicial sobre patronagem nas democracias contemporâneas de Petr Kopecky & Peter Mair (2006) – é de que os partidos têm sua manutenção e selecionem seus aspirantes ao pleito por meio de indivíduos nomeados em posições no setor Estatal.

Quanto ao nosso objeto de investigação, foram escolhidos os dois partidos que ocupam posição executiva de suas respectivas esferas, no Estado e no município, sendo eles o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e o Partido Democrata Trabalhista (PDT) de Curitiba. O primeiro diz respeito ao partido do Governo Estadual, que assumiu a administração do Paraná em 2010 e obteve a sua reeleição em 2014. O segundo teve seu mandato na prefeitura do município de Curitiba de 2012 a 2016. A pesquisa concentra-se no município de Curitiba e foi realizada durante a campanha para as eleições de vereadores em 2016. Ao todo, foram aplicados questionários a 66 indivíduos, sendo 38 do PDT e 28 do PSDB. Também foram ouvidos, por meio de entrevistas, a direção de ambos os partidos para uma análise qualitativa. Com uma maior disponibilidade de postos políticos, torna-se mais fácil encontrar pretendentes a esses cargos que tenham uma vinculação com o Estado. Argumenta-se que esse tipo de fenômeno traz uma vantagem para o partido, que busca manter seu apoio eleitoral e, também, colabora com o candidato, facilitando sua ascensão política, garantindo alguns degraus na organização por meio dessa indicação. Caso contrário, se fosse qualquer outro cargo político eletivo existente, haveria uma maior competição e novos filtros para sua ascendência política (MIGUEL, 2003).

¹ Entende-se como Estado da mesma maneira que é compreendida pelos autores sobre patronagem partidária (JALALI & LISI, 2009; KOPECKY & MAIR, 2006; BOLEYER, 2006), estrutura politicamente organizada, sendo que os recursos se referem ao conjunto das propriedades administrativas.

Dessa forma, ao concentrar a análise no primeiro cargo de disputa nas eleições, podemos investigar de forma mais próxima como o partido faz sua seleção e se existe uma porta que a agremiação vinculada aos recursos estatais, aqui entendidos apenas como cargos públicos.

Assim sendo, o objetivo geral que orienta a parte empírica dessa pesquisa concentra-se em investigar o fenômeno da patronagem em contextos partidários. No trajeto que inserimos para compreender tal processo, podemos dividi-lo em quatro objetivos específicos: o primeiro seria analisar o fenômeno da patronagem partidária em relação a escolha das candidaturas a vereança do PSDB² e PDT³ para as eleições de 2016 em Curitiba e, para isso, seria necessário identificar as características dos candidatos em relação a sua preferência para disputa eletiva e aferir alguns atributos que fazem os candidatos que ocuparam algum cargo de nomeação diferente daqueles que não passaram por essa função. Por fim, para considerações finais, contrastar os motivos que conduzem os dirigentes partidários a escolherem os candidatos e a formação de suas legendas.

A estratégia metodológica escolhida para esse trabalho pretende combinar a análise de questionários aplicada nos candidatos à eleição das agremiações e a análise de conteúdo por meio de dados coletados em entrevistas realizadas com os dirigentes partidários, que já têm mandato no governo executivo, seja no município ou no Estado. O período de investigação compreende a campanha eleitoral de 2016, que teve início em agosto e teve seu final em outubro do mesmo ano.

Van Biezen (2003) e Carlos Jalali (2002) descrevem que os partidos nas novas democracias têm dado prioridade aos recursos institucionais, desvalorizando os segmentos de massa; assim sendo, examinar as nomeações pelos partidos (LISI, 2007) parece ser um caminho fundamental para entender parte do funcionamento interno dessas organizações. Temos então como ponto de partida investigar o processo de seleção de candidatos, que é responsável pela parte fundamental do processo intrapartidário. Através desses preceitos, sustentaremos a seguinte hipótese: os partidos com acesso a recursos estatais, no caso, poder de nomeação, utilizam, mais do que seus pares, esse mecanismo para lançarem candidatos nas eleições?

A fim de testar nossa hipótese, consideramos os dois partidos no poder no Paraná: o PDT, que está à frente da prefeitura de Curitiba e o PSDB, que governa o Estado. Ambos partidos entram nesse estudo por possuírem um maior acesso ao Estado e, logo controlam parte

² *Partido da Social Democracia Brasileira.*

³ *Partido Democrático Trabalhista.*

de recursos de patronagem a serem distribuídos (LOPEZ, 2015). Os partidos apresentaram-se somados sessenta e seis candidatos, sendo 28 deles pelo PSDB e 38 pelo PDT. Apesar desta pesquisa estar circunscrita somente a dois partidos de um estado brasileiro e apresentar dados exploratórios, a análise pode oferecer um cenário diferente do preconizado pela literatura sobre partidos políticos e patronagem partidária.

O capítulo 1 irá apresentar um modelo teórico como forma de introduzir o leitor à bibliografia especializada. Nesse sentido, temos dois conceitos principais que fundamentam a pesquisa. O primeiro está relacionado aos partidos políticos como organizações indispensáveis nos estudos institucionais. Dentro dessa esfera, acrescentaremos a patronagem partidária como mais um componente bibliográfico que empregaremos ainda no primeiro capítulo. Iremos tratar dessa dimensão seguindo a definição de Kopecky & Mair (2006), na qual patronagem partidária é o fenômeno do poder da organização em fazer nomeações para cargos nos setores públicos a partir do Estado. Podemos traduzir da seguinte forma: o partido que também tem como seu principal representante, seu líder que ocupa um cargo no executivo, acesso a diversos cargos que são comumente preenchidos por sua base partidária para ganhar lealdade e permitir que membros usufruem desse recurso para ganharem vantagem sobre outros concorrentes.

Partiremos para uma descrição metodológica que apresentará a forma como o estudo foi conduzido. Abordaremos nessa parte uma contextualização sobre nosso estudo e em seguida, através do recorte do objeto, pretende-se aplicar duas técnicas de investigação, o uso de *survey* e a análise de conteúdo empregada nas entrevistas em profundidade. No que se refere ao uso de *survey*, essa metodologia traz informação direta que corresponde ao interesse. Essa técnica de coleta de dados diz respeito a uma população-alvo, nesse caso, todos os candidatos a vereadores do PSDB e PDT de Curitiba em 2016, o que permite investigar determinados atributos relacionados aos partidos. Ainda no segundo capítulo, o passo subsequente foi entrevistar a cúpula partidária dessas duas organizações. As perguntas foram ordenadas abertamente para que pudéssemos descobrir ao máximo sobre a seleção de candidatos, mais especificamente, duas dimensões faziam parte de nossa abordagem, a formação dos quadros partidários e a relação do partido com o executivo para nomear cargos. Assim, o objetivo dessas dimensões seria uma tentativa de entender o fenômeno da patronagem partidária através da visão das lideranças.

A proposta do capítulo três é apresentar os frutos dos dados recolhidos no que diz respeito a patronagem partidária no período de seleção de candidatos, abrindo caminho para contribuir com o conhecimento nesse campo. De acordo com as lideranças partidárias, existe

algumas nomeações que acabam se lançando em algum pleito político, porém, isso não é padrão das organizações, considerando que há muito espaço na lista de candidatura para o filiado concorrer na política. Os dados, mesmo que limitados a cidade de Curitiba, nos permitem considerar que esse tipo de mecanismo usado pelas organizações podem promover malefícios às instituições, como exemplo, dificultar reformas no sistema de gestão da organização, pois essa ação não permite a troca dos atores que comandam os partidos, já que há a necessidade da continuidade desse sistema para angariar apoio ao partido e isso beneficiaria a cúpula partidária.

Por fim, o que também se propõe na seção final desse texto é fazer algumas considerações quanto aos resultados encontrados e propor explicações teóricas alternativas aos achados, já que apesar de nossa hipótese central ter sido refutada, deixando também claro as barreiras dessa pesquisa para que se evitem conclusões generalizadas. Sendo assim, podemos avaliar mais a fundo a proposta desse trabalho a partir de outros caminhos tomados pelas organizações partidárias no que se refere aos cargos de nomeação no momento da seleção de candidatos.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este capítulo tem como proposta reconhecer os principais estudos e abordagens sobre partidos políticos e patronagem partidária. Antes de qualquer coisa, iremos contemplar os estudos partidários. Como trata-se de uma revisão bibliográfica, cujo objetivo é estabelecer os matizes de pesquisas já realizados nesses dois campos, pretende-se também fazer um debate com outros conceitos similares à patronagem partidária. Apontaremos algumas lacunas dessa agenda de pesquisa.

1. PARTIDOS POLÍTICOS COMO UNIDADE DE ANÁLISE

Para primeiramente interpretarmos a patronagem partidária no Estado, precisamos entender como os principais cientistas políticos e pesquisadores adeptos à área compreendem a organização dos partidos políticos e sistematizam analiticamente os seus elementos constituintes. Esse retrato justifica-se, pois temos que definir que tipo de análise estamos lidando e, mais do que isso, qual seriam os anseios dessas organizações ao tratarmos sobre um conceito que revela um tipo específico de estratégia política das agremiações. Só através desse entendimento poderemos cercar nosso objeto de pesquisa em uma perspectiva sistemática.

Na bibliografia reunida sobre partidos políticos ao longo de mais de um século de estudo, explicações com maior peso orientadas aos aspectos internos estruturais e burocráticos dos partidos e sua organização, vista como representação política, foram condensadas. Todavia, não estamos descrevendo um descolamento entre a agenda de pesquisa e o objeto, os partidos, dos quais os estudos se debruçaram, e sim que houve uma ligação objetiva e secular dos fenômenos político-partidários para que houvesse êxito em interpretações e afirmações para a continuação dessa linha de investigação. Assim, a forma como essas agremiações tornam-se indispensáveis para o regime democrático serve como abordagem teórica para se chegar ao ponto interveniente, o qual queremos debater: a patronagem partidária.

O debate científico acerca das organizações políticas surge no início do século XIX. Até então, pouco se soube sobre as devidas estruturas dos partidos políticos e seu funcionamento dentro das democracias⁴. Essas estruturas já ganhavam reconhecimento em

⁴ Cabe fazer uma observação de que os regimes na Europa começavam a se estruturar como democracias, alguns pela primeira vez baseados em disputas partidárias. Dessa forma, o conhecimento sobre como investigar essas organizações foi sendo desenvolvida com o tempo.

algumas exceções que a literatura considera mais descritivas e pontuais sobre essas organizações, tal como David Hume, (1742) e Edmund Burke (1770). Na visão *humeana*, a tentativa de explorar as raízes dos partidos *Whig* e *Tory*,⁵ e suas características básicas, torna essas agremiações como um momento chave da extensão dos direitos políticos no Reino Unido. Reconhecido como filósofo político, Edmund Burke tentou apenas definir através de sua experiência política o que eram os partidos, a partir da qual podemos sintetizar sua ideia como “um grupo de homens unidos para promover, através de seus esforços conjuntos, o interesse nacional”⁶ (BURKE, 1770, p. 110). Com uma influência do liberalismo, em uma discussão ainda incipiente, concebe-se apenas a figura de pensadores para se ter conhecimento acerca dessas estruturas.

Paulo Sérgio Peres (2009) divide com outros estudiosos os dilemas dos partidos políticos postos em seu contexto histórico e político. Frederick Grimke (1848), Gustavé Struve (1848) e François Guizot (1849), ainda na primeira metade do século XIX, diagnosticaram que as funções partidárias, na pré-modernidade democrática, modificaram as sociedades para estabelecer uma nova forma de representação naquela época. Ainda de acordo com Peres (2009), observações, relatórios e estudos de cunho acadêmico, na segunda metade do século XIX, se abreviavam a apontar quais as consequências e quais os desdobramentos na relação entre o Executivo, o Legislativo e os Partidos Políticos. Assim sendo, coube a esses teóricos iniciar um debate a fundo sobre as relações entre as instituições recém estabelecidas.

Essa matriz de estudos abrange uma cunhagem que apesar de suas limitações adianta conhecimentos para as interpretações posteriores. Porém pouco se explora no que se refere à genealogia organizacional dessas instituições, de maneira que a obra de Ostrogorski (1964) seria reconhecida como ponto inicial dos partidos modernos em sua comparação feita entre as agremiações Inglesas e Americanas mediante seu livro, publicado em 1902.

Se os trabalhos observados até o final do século XIX, demonstram que não houve debate que concebesse essas agremiações como estruturas organizacionais sistemáticas, no início do centenário seguinte, Ostrogorski antecipou boa parte dos elementos que seria utilizado por Michels (1981) para a concepção da *Lei de Ferro da Oligarquia*. De acordo com o autor russo, com a nova participação das camadas operárias na política, não haveria como evitar a

⁵ Partidos Ingleses do século XVIII que se revezavam no poder após a Revolução Gloriosa, e que defendiam o fim do absolutismo monárquico britânico, o aumento do poder do parlamento e a estabilidade política.

⁶ “*Party is a body of men united, for promoting by their joint endeavours the national interest*”

oligarquização das estruturas dos partidos políticos⁷. Trata-se de uma agenda que abarca uma visão intrapartidária pouco explorada até então. Logo, há uma linha clara que separa ambos os séculos, não só pelo desenvolvimento das instituições políticas, do sufrágio universal, mas também por adotarem uma perspectiva de conhecimento sobre os partidos políticos numa tentativa de realizar uma análise no que concerne ao exame da formação organizativa.

A inserção da dimensão da formação dos partidos alia-se também a contínua preocupação iniciada com Weber em *Parlamento e governo na Alemanha reordenada* (1917), e o capítulo do segundo volume de *Economia e Sociedade* (1864-1920), que vai buscar na comparação histórica o surgimento dos partidos modernos e seus impasses. Para Robert Michels, um dos grandes expoentes a estudar o funcionamento interno dos partidos democráticos recém-criados na Alemanha, o desenvolvimento partidário faz com que ele se transforme pouco a pouco em uma forma “diferente” de aristocracia, algo tão combatido na história em regimes não democráticos. Dos partidos, sairiam os membros da elite política e, criticamente, Michels (1982, p. 238), comenta “a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam. Quem diz organização, diz oligarquia”.

Michels ofereceu importante contribuição para que os estudos passassem a se preocupar com as dinâmicas para elites, e que se estabelecessem nas instituições políticas. A análise minuciosa de Michels conduziu-nos à conclusão de que as organizações partidárias eram, na verdade, uma minoria detentora do poder, chamando atenção para uma característica na composição dos governos que aliava aspectos da monarquia e da democracia, formando uma aristocracia eleita.

O acréscimo de instrumentos democráticos fez com que os partidos políticos ganhassem estruturas e proporções na democracia, época em que o próprio Michels descreve a relevância dos partidos no que diz respeito a sua formação e a crescente competição política entre as legendas (AMARAL, 2013, p. 2), tal qual se deu o desenvolvimento de suas próprias estruturas. Há um hiato na agenda de estudos sobre essas organizações (PERES, 2009) até a primeira metade do século XX. Pouco foi produzido academicamente sobre as estruturas partidárias, quando Maurice Duverger (1951) propõem a sua tipologia sobre partidos políticos. Pela sua observação de experiências partidárias, o autor afirma que para compreender um

⁷ O autor recomenda que esses partidos formem um *league system*, grupo provisório com uma causa específica que assim que sejam realizadas e cumpridas esse grupo seja dissolvido, para evitar a oligarquização do partido político.

partido e a diferença entre eles duas variáveis, devem ser consideradas a origem do partido e a sua ideologia (DUVERGER, 1967). Muitos princípios elucidativos apresentados por Duverger nos advertem para uma interpretação pedestre sobre os partidos políticos, dos quais são organizações democrática de acesso direta a representação política. Podemos sintetizar que Michels renunciou que os partidos políticos são “[...] nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes” (MICHELS, 1982, p. 15). Na mesma direção, mas com um ponto de referências mais delineado, Walter Costa Porto, na apresentação que escreveu em 1982 para o volume da obra *Duverginiana*, reflete sobre o aspecto crítico com o qual o sociólogo francês deparava-se ao analisar as agremiações. Ao mesmo tempo em que denunciava o caráter totalitário do comunismo, também aprovava os métodos stalinistas da organização em seu regime. Nas palavras de Porto (1982, p. 3), Duverger ultrapassa marcos anteriores em uma viagem ao íntimo dos partidos.

Ao fazer sua análise entre os diversos tipos de partidos políticos europeus ocidentais, Maurice Duverger irá abordar as agremiações com dois enfoques: organizacional e sistêmico. O primeiro olhar privilegia as organizações como independentes, com um significado institucionalista. Já no enfoque sistêmico, a unidade de análise está centrada na dinâmica e funcionamento dos partidos políticos entre seus iguais.

Talvez a última grande obra a explorar esse objeto sob a ótica organizacional tenha sido *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. Com sua tipologia sobre os partidos políticos, Panebianco refina os estudos de Duverger, e dá continuidade a análises das relações de poder interna na dinâmica das organizações partidárias. Definindo o funcionamento e as transformações que ocorrem no partido, torna-se necessário explorar os embates que ocorrem entre grupos que constituem a legenda. Panebianco (2005) irá se debruçar sobre as variáveis explicativas do desenvolvimento organizativo dos partidos políticos. A institucionalização, para o autor, é uma variável relativa à estabilização da organização. É um processo em que a agremiação passa a ter um valor em si, e não se resume a refletir um somatório de interesses de filiados. De acordo com o autor, cabe idealizar que, para se obter sucesso, os partidos necessitam organizar e estabilizar a relação entre os recursos políticos, seus quadros e suas lideranças, já que os partidos fazem parte de uma democracia representativa liberal idealizada na competição e na representação.

Obviamente, na evolução dessas várias formas de entender os partidos políticos ao longo do tempo, agregou-se aos estudos sobre esse tema diversos atributos internos aos partidos, do sistema e perfil das lideranças que permeiam a discussão. Desde a sociologia

weberiana, da qual os partidos são instrumentos políticos para a conquista de votos em uma sociedade, que se torna cada vez mais burocratizada; passando por uma visão elitista de que essas organizações se transformam em oligarquias na busca pelo poder; até chegarmos em análises mais detalhadas, que exploraram variáveis explicativas no processo interno das agremiações e aprofundaram essa agenda de pesquisa.

As organizações partidárias tornam-se o centro das atenções nas pesquisas em ciência política, principalmente pelo debate institucionalista que vem ocorrendo no campo científico no último meio século⁸ (PERES, 2008). A consequência dessa expansão de pesquisas é a formação de uma série de proposições teóricas que nos ampara ao tentar compreender as características essenciais da análise dessas instituições políticas sob diferentes maneiras (KIRCHHEIMER, 1966; SARTORI, 1976; KATZ, 1980; KATZ & MAIR, 1994; WARE, 1996; MAIR, 1997; MAINWARING & SCULLY, 1995).

De todas as dimensões propostas pelos estudos e modelos criados para tipificar as organizações partidárias, o retrato nem sempre condiz com a “ampla variedade de tipos de legenda encontrados no mundo atual” (GUNTHER & DIAMOND, 2015, p.08). Podemos supor que a agenda de pesquisas de partidos enfrenta obstáculos para abranger o universo no interior dessas organizações, já que ocorrem mudanças sociais – externas –, transformações internas, variações econômicas e culturais, que são fenômenos distintos adquiridos pelos partidos políticos ao longo do tempo.

Sob tal perspectiva, minha intenção foi mostrar, nesse tópico, o conceito de partido político por meio de algumas análises, mesmo que sucintas, dessas organizações. A natureza da transição da agenda dos estudos partidários mereceria uma discussão mais profunda por parte daqueles que se focam nos estudos partidários. Entretanto, mesmo que objetivo, o ponto que tentei destacar foi que, se por um lado adentrar às agremiações era considerado para poucos – tal como relatos das primeiras pesquisas em partidos, para adentrar nessas organizações, em sua maioria, necessitava-se de um certo acesso de pertencimento ou relacionamento nas agremiações para conseguir captar os seus processos cotidianos e daí tornar categorias gerais para formação de modelos aplicáveis a vários contextos –, por outro lado, percebeu-se que a incorporação de modelos teóricos sobre a dinâmica entre as agremiações e as decisões acrescentava às pesquisas sobre o tema um novo enfoque a ser explorado.

⁸ Paulo Peres ressalta que as mudanças de foco da ciência política fizeram com que os pesquisadores se voltassem para as instituições principalmente por dois motivos: (1) a crise do behaviorismo a partir de 1960 e (2) a emergência de análises econômica dos fenômenos políticos no início de 1950. Dessa forma, os estudos partidários ganharam mais destaque na área.

Temos então três dimensões que foram se refinando nos modelos teóricos para entender os partidos políticos como unidade de análise, ou emprestando as palavras de Thomas Kuhn (1997)⁹, instrumentos fundamentais para a formação de uma comunidade, evidenciado aqui a análise dos partidos. A observação sistêmica, organizacional e a institucionalização das agremiações partidárias são essenciais para discutir, por exemplo, as estratégias das legendas, já que elas nada mais são que um reflexo do partido àqueles contextos. Todos esses fatores analíticos parecem ter um papel diferente na obtenção de conhecimento acerca da aplicação dos recursos decisórios para atingir os objetivos do partido, visto que sua atividade é orientada a problemas políticos (DUVERGER, 1982). Então, a investigação dessas manobras partidárias torna-se necessária para que sejam avaliadas em um contexto político. O método usado pelas organizações é o foco das análises políticas sobre partidos.

O contexto político-partidário brasileiro tem as suas especificidades. O tópico que segue examina as vertentes dos estudos que explicam o caso brasileiro, no que tange às dimensões analíticas empregadas e às características do regime político segundo esse campo de pesquisa.

1.1 PARTIDOS NO BRASIL: ESTUDOS SOBRE O CENÁRIO NACIONAL

No caso brasileiro, pesquisas empíricas sobre os partidos políticos têm mostrado avanços no sentido de identificar os impactos e a atuação dessas organizações em nosso sistema partidário. A partir dos anos 1990¹⁰, esses estudos tentam responder sobre a dinâmica dos partidos, participação, filiação, seleção, relação com organizações sociais, perfil socioeconômico entre outros. Nessa concepção, o alicerce de trabalhos produzidos sobre Partidos Políticos serve para balizar futuras pesquisas, tendo em vista as que ganharam relevância no cenário nacional: (Kinzo, 1993), (Nicolau, 1996), (Lima JR, 1997), (Mainwaring, 1999), (Meneguello, 1998), (Limongi and Figueiredo, 1995, 1999), (Santos, 2001), (Rodrigues, 2002), (Schmitt, 2000), (Melo, 2004), (Carreirão and Kinzo, 2004), (Braga, 2006), (Bohn and Paiva, 2007), (Kinzo and Braga, 2007).

⁹ O autor apresenta que o conhecimento científico é na essência um resultado de um grupo de estudiosos com legitimidade, e que nem a sua peculiar eficácia nem a maneira como se desenvolve se compreenderão sem referência à natureza especial dos grupos que a produzem. (KUHN, 1977, p. 24).

¹⁰ Muitos outros estudos sobre partidos reconhecem principalmente as agremiações da República Populista (1946-1964). Sobre o Regime Militar, cabe informar que poucos estudos foram produzidos, mas houveram algumas publicações notórias, como Lamounier (1980) e Soares (1973).

A literatura científica segue algumas abordagens específicas e dedica-se ao estudo de grandes partidos. Em essência, as pesquisas estão alocadas em trabalhos de dissertações e teses (PAIVA FERREIRA, BATISTA E STABILE, 2008). A partir desses estudos, podemos categorizar pesquisas recentes em duas linhas. De um lado, trabalhos com uma visão monográfica e organizacional, assim como foi definido por Duverger (1982). Como exemplo das abordagens autônomas e independentes, Roma (2002), Ferreira (2002), Meneguello (1998), Keck (1991) e Ribeiro (2010), observam ainda características estruturais de certos partidos com a adoção de um reconhecimento histórico. Em outra ponta, as abordagens sistêmicas são identificadas em estudos como de D'Araujo (2011) e Roma (2006), comparando os partidos que mais estiveram no poder do executivo nacional após a redemocratização, o Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Já Mainwaring (2001), por meio da abordagem neoinstitucional, expande a reflexão ao PMDB, PSDB, PFL e DEM, enfocando na dinâmica dos partidos e questionando se essas organizações estão seguindo o modelo *Catch all*, referindo-se ao termo cunhado por Kirchheimer (1966).

Esses trabalhos, portanto, podem fazer parte do retrato dos estudos partidários brasileiros na era da redemocratização¹¹. Porém, os estudos são poucos conclusivos no que se refere a dar explicações ao contexto histórico e cenário partidário nacional pela própria natureza dos partidos e do sistema político que se arranja. As investigações fazem parte de empenhos em verificar as organizações como atores nas arenas políticas (Câmara e Senado) e eleitorais (GUARNIERI, 2010). Alguns estudos organizacionais consideram esse histórico, mas se fecham apenas na eclosão partidária¹², ou limitações adjacentes a esse fator, tal como muitas publicações sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) (Morgenstern & Vasquez-Delía, 2007; Singer, 1993, 2010; Meneguello 1989; Ribeiro, 2008; Amaral, 2010; Keck, 2010).

Parte considerável da literatura reconhece também que as democracias que, por possuírem diferentes características históricas, institucionais ou culturais, apresentam divergentes dinâmicas quanto à relação entre as organizações e a sociedade. Ainda assim, as pesquisas dificilmente orientam-se na tentativa de entender as relações internas dos partidos, pois “debruçam-se sobre o resultado dos processos eleitorais e não às dinâmicas, a partir das quais são definidos aqueles que se apresentarão aos eleitores” (ALTMANN, 2009, p.2)

Isto posto, para cada aspecto que discute como cada partido se comporta naqueles dois níveis, pode ser aduzida outra abordagem, a histórica. Porém, não iremos nos ater a estudos que

¹¹ Entende-se aqui a redemocratização a partir de 1985.

¹² Processo de formação e expansão de um partido.

caminham nessa direção. Acrescentando apenas ao contexto brasileiro a sua formação e antecedentes dessas organizações, algumas variáveis nos fornecem subsídios para entender e definir o melhor partido como objeto de investigação.

O primeiro ponto é que há um debate na Ciência Política brasileira em que autores avaliam as organizações partidárias como fracas e subdesenvolvidas em um viés institucionalista (MAINWARING & ESCULLY, 1995; MAINWARING, 1993). Alguns estudos, produzidos em diferentes momentos políticos, identificam uma relação do sistema partidário com o Estado para além das regras de representação de interesses de grupos ou visões políticas. Maria do Carmo Campello de Souza (1976) compreende essa atuação partidária nas instituições como Clientelismo Estatal. Meneguello (1998), Ames (2001) e Mainwaring (1999) compreendem o Estado como fonte de sobrevivência dos partidos, principalmente para sua formação, no caso brasileiro. Meneguello afirma que as agremiações já não possuem controle atual sobre seus membros; outras pesquisas ainda constataam que os partidos brasileiros não têm base e nem sustentação. (LIMA, 1983; L.L. OLIVEIRA, 1973).

Em outra linha, Edson Nunes (1997) foca na segunda transição para o regime democrático brasileiro (1946-1965), sinalizando que a passagem de um regime para outro pode ser crucial na estruturação partidária. Não só pelo fato de algumas forças estarem se organizando em partidos, mas as já existentes deveriam se reposicionar diante de uma nova configuração política. Outro aspecto observado naquela conjuntura é a institucionalização do clientelismo nas organizações políticas, fazendo com que a busca dos três principais partidos da época – UDN, PTB e PSD – constituíssem uma coalizão, “de fato para patronagem” (p. 73)

O fato de as legendas terem um perfil organizativo entrelaçado com o sistema burocrático estatal é um aspecto referido pela literatura sobre partidos algumas vezes. Panebianco (2005) argumentara que em países no qual os partidos governantes têm a possibilidade de distribuir incentivos seletivos¹³ aos filiados, a probabilidade de a estrutura partidária ser tomada pela fonte abundante dos recursos estatais gera um sistema de patronagem. Também nesse sentido, estudos como o de Richard Katz e Peter Mair (1993) complementam essa visão quase que de controle do mercado político sobre as estratégias partidárias, ao desenvolver o modelo de partido cartel.¹⁴ Tanto é assim no contexto brasileiro que algumas

¹³ Termo retirado e entendido: PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido: Organização e poder nos Partidos Políticos*, capítulos de 1 a 3 (2005).

¹⁴ Trata-se de um novo modelo tipificado pelo autor do qual se caracteriza devido aos meios de angariar votos, meios de financiamento e a relação distanciada entre sociedade e organização. Esse tipo de partido é caracterizado pela dependência dos recursos públicos para controle do mercado político.

análises imputam no financiamento público o estímulo para a formação de partidos. Esses, por sua vez, descolam-se da sociedade e tentam colonizar o estado devido aos incentivos que estão à disposição (PALERMO, 2000).

Nessa dinâmica, ainda observada por Katz e Mair (1993), os recursos estatais, entendidos aqui como os cargos dispostos ao partido governante, faz com que a patronagem partidária ganhe espaço em contextos de *spoil system*¹⁵, tais como a literatura partidária brasileira também faz referência (LOPEZ & PRAÇA, 2015). Cabe acrescentar, para fins de conhecimento, que Katz e Mair (2006; 2012; 2016) produz estudos sobre a patronagem, baseado nessa relação de cartel, porém, pensando nos interesses pragmáticos disputados pelas organizações. *A posteriori*, o debate sobre partidos políticos, seguindo uma linha de trabalho neoinstitucionalista, centra-se nas estratégias que as legendas fixam para sobreviverem e ocuparem espaços de poder. Esse *modus operante* de investigação é capaz de explicar parte do contexto da falência da estrutura partidária brasileira e seu desarraigamento perante a sociedade, visão oposta à prevista por Meneguello (1998) e Souza (1976).

Em termos substantivos, a maioria desses autores nos permitem encontrar caminhos mais precisos sobre o surgimento da patronagem partidária. As pesquisas sobre a dinâmica interna são poucas. A maioria dedica-se aos partidos nos âmbitos executivos e legislativos, mas são raros os enfoques em como os partidos funcionam enquanto instituições singulares e autônomas. A proposta desse trabalho insere-se no hiato de conhecimento sobre as práticas internas dos partidos. Nesse sentido, este estudo dedica-se à compreensão de alguns mecanismos que integram o interior das organizações - os de seleção - às disputas eleitorais.

É possível encontrar em estudos mais recentes, embora se distanciem um pouco mais do tema da patronagem, indicadores que demonstram a adaptação das legendas ao sistema partidário brasileiro (SPECK & CAMPOS, 2011). Após o processo de redemocratização e o surgimento de novos partidos políticos, destacam-se discussões sobre partidos e o clientelismo (PEREIRA e RENNÓ, 2001). O poder de ter o Estado como recurso funcional para a agremiação vale-se em centralizar e privilegiar certos atores políticos (LOPEZ & PRAÇA, 2015, p. 109). E o modo de financiamento público também tende a perpetuar as legendas que alcançam o poder, logo, tem subsídios públicos para sua expansão no Estado (SPECK, 2006).

¹⁵ Conhecido na bibliografia política como sistema de patronagem, na qual o partido político que disputou as eleições e obteve êxito em ganha-las, retribui seus apoiadores via nomeação para cargos governamentais e outros favores.

Dessa forma, seguimos um caminho para complementar trabalhos a respeito da patronagem estabelecida pelas agremiações, que recorrem cada vez menos à sociedade.

Embora boa parte dos cientistas políticos referidos destaquem o enfraquecimento partidário brasileiro, tal como elencado por (KINZO, 1993), o papel da patronagem para as organizações partidárias pode ser uma saída para explicar como a sua permanência na política é garantida. O fenômeno da patronagem partidária, à qual iremos nos ater, não é um fenômeno desconhecido por parte da literatura. E é isso que as próximas páginas discutem. Por meio de um esforço de abranger uma bibliografia mais especializada dentro desse tópico, apresentaremos o conceito que vai orientar nossa análise empírica na presente pesquisa.

1.2 A PATRONAGEM, UM PRIMEIRO OLHAR

Se fossemos identificar um objetivo fundamental a ser alcançado pelos partidos políticos seria o poder, que foi melhor sintetizado por Panebianco (2005) como compor Governos. Sob essa perspectiva, uma quantidade de estudos sobre como os partidos agem no governo estão presentes na ciência política (ENNSER-JEDENASTIK, 2014, p. 399). Neles, evidencia-se o mecanismo denominado pela literatura de *Patronagem Partidária* como prática dessas agremiações quando à frente de instituições políticas distribuem recursos por meio de seus líderes partidários, com o objetivo de manter a organização coesa (PANEBIANCO, 1988; MULLER, 1989). Porém, tal problemática ainda não foi sistematizada teórica e empiricamente de maneira satisfatória, devido à metodologia empregada, aos objetos analisados ou mesmo aos recursos analíticos das áreas de concentração dessas investigações.

Na literatura produzida acerca desse recurso utilizado pelos partidos políticos, há um consenso sobre sua origem e suas implicações. A patronagem partidária ocorreria por meio de um olhar da organização frente a seus objetivos como legenda, por exemplo, alcançar apoio eleitoral por meio de indicação de indivíduos que angariem mais votos, conseguir apoio no legislativo para aprovação de alguns projetos na câmara, etc. Esse fenômeno pode ser entendido de diversas formas, porém, usualmente, é associado a efeitos nocivos às instituições, como “reciprocidade desequilibrada, troca de bens necessários por lealdade, de proteção por serviços, padrão pessoal, relações embebidas em afetividade” (CANIELLO, 1990). Todavia, fora das regras válidas do sistema político, ela se torna uma consequência que beneficia apenas os envolvidos e prejudica outras organizações políticas, tal como argumentado por Gray (1996),

“Um processo corrupto e vil "e uma" vulnerabilidade e tradição aceita.”¹⁶ (*Apud* SORAU 1960).

O modelo de patronagem, seguindo as diretrizes de diversos autores mais contemporâneos (MEYER-SAHLING, 2008; KOPECKY & MAIR 2006; GWIAZDA, 2008), seria identificada como uma estrutura de práticas que tem como consequência a expansão da organização no setor público, ou até no aumento na sua base (JALALI & LISI, 2009), com base em critério políticos, no setor público. Podemos argumentar então que a patronagem assume importância para a organização partidária em dois sentidos: torna-se um recurso fundamental para o fortalecimento das agremiações, já que os incentivos são escolhidos conforme os objetivos que a legenda deseja alcançar (BOLLEYER, 2006), e isso ainda pode corroborar, por exemplo, com a lealdade de sua base; e cria um recurso-chave para que o partido político estabeleça laços apenas do ponto de vista financeira da agremiação com o Estado, influenciando burocracias de acordo com o programa da organização ou dos seus líderes e formando membros partidários pela atuação política no âmbito estatal.

Isso não ocorre apenas no Brasil ou está circunscrito em países com estruturação partidária frágil, como podemos notar nos estudos produzidos durante o primeiro mandato de Barack Obama. Em 2009, após apenas seis meses como presidente, Obama nomeou oficialmente um apoiador de seu Partido Democrata, John V. Roos, como embaixador no Japão. Esse fato acarretou uma série de críticas advindas da imprensa durante seu mandato, intensificadas pelos valores financeiros doados à campanha de Obama por Roos, algo em torno de US \$ 500.000. O estudo realizado por David E. Lewis e Gabriel Horton (2013) dedica-se ao problema de pesquisa da retribuição dos mandatos aos apoios recebidos no período eleitoral. Dessa retribuição, depende a construção de sustentação do congresso ou do próprio partido, ou mesmo, necessita agradar eleitores e/ou sua base, como retratam os trabalhos de Hecló (1977), Lewis (2008) e Mackenzie (1981) no contexto Americano. Nessa direção, deve-se admitir que dependendo do sistema de governo, o fenômeno da patronagem ocorre de acordo com a acomodação de interesses do partido, ou seja, pode beneficiar os doadores e/ou cabos eleitorais.

Com este tipo de enfoque analítico, a literatura específica sobre patronagem apresenta uma pluralidade de argumentações. Como os estudos dizem respeito a realidades distintas, o enfoque é nos desenhos específicos das instituições locais.

Quando se fala em patronagem, uma configuração dupla nos apresenta: primeiramente, uma variabilidade etnográfica notável que preenche um espectro

¹⁶ “*a corrupt and vile process*” and a “*venerable and accepted tradition*”

compreendendo desde o sudeste asiático (Scott,1977; Landé,1977b) até as "sociedades mediterrâneas" (Boissevain,1966; Graziano, 1977; Pitt-Rivers, 1971; Silverman, 1977; Kenny, 1977), passando pela América Latina (Foster, 1963, 1967; Wolf, 1956) e alguns enclaves no dito "mundo desenvolvido" (Scott, 1969). Segundo uma concomitância de fenômenos em certa medida correlatos, como o clientelismo, as políticas- de favores, o caciquismo político e a corrupção em algumas dessas sociedades, principalmente aquelas de "tradição mediterrânea"(CANIELLO, 1990)

Outros estudos ainda oferecem um panorama de identificação de traços de patronagem política. A definição utilizada por Campbell (1964 *Apud* Weingrod, 1968, p.377) traduz esse ponto ao descrevê-la como um sistema vigente não apenas nas arenas legislativas e executivas, mas que também ocorre em diversos segmentos sociopolíticos e pode funcionar como um elo entre as instituições:

A estrutura do sistema de patronagem, que se baseia nas relações sociais entre os clientes que procuram alguém que possua capacidade e amizade para protegê-los e um patrono que aceita esses deveres em troca da lealdade política, aumenta consideravelmente, e através de advogados, ou outras pessoas de influência, conectam os deputados à assembleia legislativa. Assim, a organização do governo e a estrutura de patronagem são hierarquias paralelas.¹⁷

Campbell direciona suas reflexões ao parlamento e ilumina os mecanismos próprios dessa prática para os estudos de Ciência Política. Todavia, quando o pesquisador percebe indícios de patronagem, é porque há troca de favores dentro do sistema político como um todo.

Para examinar com lentes mais apuradas as maneiras diferentes de se considerar a patronagem partidária, temos que, de antemão, fazer a seguinte consideração: todas as conceptualizações formuladas nas últimas décadas tratam da relação entre os partidos que estão no governo e o executivo (KATZ, 1985; MAIR, 2008; ROSE, 1975). Nestes estudos pode-se observar as dissonâncias no emprego desses termos. Por vezes, isso é feito de forma abrangente, abordando incentivos que podem ser entendidos como qualquer forma de clientelismo. Assim, definições que abarquem o que há de universal e específico nesse fenômeno, sobretudo no que diz respeito aos partidos políticos contemporâneos, são requeridas no âmbito dos estudos sobre as organizações em questão.

Cabe fazer a seguinte observação, a qual esse trabalho não se compromete em diagnosticar: a causa dessas divergências¹⁸. Contudo, pretende-se fazer uma revisão sobre essas

¹⁷ *"The structure of the system of patronage, which is based on social relationships between clients seeking for a man with the ability and friendship connections to protect them and a patron who accepts these duties in return for political allegiance, grows upwards and through lawyers, other persons of influence, and Members of Parliament, is linked to the legislative assembly. Thus, the organization of government and the structure of patronage are parallel hierarchies"*.

¹⁸ A causa destas divergências ainda não são reconhecidas na literatura com maior propriedade. Uma das possíveis explicações seriam que adentro essa agenda de pesquisa, privilegiam-se outros esclarecimentos para questões

interpretações disponíveis, e enfatizar e definir o desenvolvimento desse conceito ao longo de investigações realizadas sobre o campo partidário no próximo tópico.

1.3 FORMAS DE PATRONAGEM: O QUE AS DIFERENCIA?

A pergunta que dá título à essa subdivisão não pode ser respondida apenas com argumentos teóricos que encaminhem a questão para definições conceituais. Seria necessário então agrupar os diversos estudos de ciência política e suas áreas correlatas e mapear as dinâmicas e finalidades das instituições com feições de patronagem. Havendo uma cartografia de como o fenômeno se manifesta, o próximo passo é o acréscimo teórico a partir das sínteses retiradas sobre o assunto. Porém, isso torna-se dificultoso, pois, emprestando as palavras de José Murilo de Carvalho, ao referir-se sobre a construção de uma revisão teórica, por vezes “as ideias podem começar a girar em roda” (1997). Assim, estabelecer alguns critérios para que um fenômeno possa ser analisado sobre determinado conceito é fundamental para o exercício de análise do pesquisador.

Fazendo uma breve identificação dos componentes que iremos detalhar nas próximas páginas, notamos que há muitas características dos partidos e da sociedade que criam uma dinâmica única na democracia. Para dar cabo de explicar de onde surge a patronagem partidária, devemos entender a avaliação do termo entre alguns estudos.

Para começar, devemos fazer a seguinte pergunta: O que significa patronagem? Boa parte da literatura costuma usar esse termo para empregar em suas análises questões que seriam definidas como diferentes tipos de relações no mundo político, envolvendo trocas de benefícios para favorecer as partes envolvidas.

A primeira questão que corrobora para que se extrapole o significado do termo em diferentes estudos diz respeito à área conhecimento. O debate entre a antropologia e a ciência política se desvia por questões como o objeto de estudo, por exemplo. O primeiro campo que engloba a origem do homem retrata a patronagem como simplesmente uma relação particular entre patronos e clientes em uma estrutura baseada nas relações que são desiguais pelo fato de, os que procuram benefícios (clientes), não possuírem a mesma posição, sendo um contrato

partidárias em ciência política que não a patronagem. Talvez nas sociedades complexas, com instituições políticas mais autônomas, a ideia da patronagem não seja um referencial que dê conta das dinâmicas políticas de maneira ampla. Sociedades menos desenvolvidas são contextos mais fecundos para tal fenômenos e a maior parte do construto teórico da ciência política tem como contexto de fundo a Europa e os EUA.

social vertical¹⁹. Alguns antropólogos, usualmente, ao estudarem comunidades, seguindo o método etnográfico, dão como exemplo o proprietário de terra como patrono, e os camponeses que alugam essas terras para cultivo como clientes. Nessa perspectiva, os donos das terras exercem um poder sobre os camponeses pela fraqueza de não terem propriedades para viverem e produzirem ou, como nas palavras de J. Pitt-Rivers, constitui-se uma “uma amizade assimétrica” (1954, p. 140).

Por outro viés, o dos cientistas políticos, em sua maioria, converge para a ideia de que a patronagem refere-se às formas que os políticos partidários distribuem cargos em troca de apoio eleitoral. O consenso da literatura notabiliza que o partido político é o patrono e principal unidade nessa relação. Em um dos primeiros estudos de patronagem na ciência política, Sorauf (1961) compreende que os partidos políticos trocam cargos no setor público na missão de ganharem apoio nas eleições. Nota-se que a diferença do entendimento do conceito de patronagem para a antropologia torna-se mais funcional, pois de acordo com a ciência política, os partidos, na condição de instituições, vão atrás de eleitores, oferecem seus recursos a eles para realizar seus próprios fins: conseguir mais votos e obter mais representantes.

Porém, não entraremos nesse debate mais a fundo, pois parece-nos razoável supor que a estrutura política contemporânea apresenta outras interfaces não levadas em consideração. Seria simples uma definição se não houvesse uma família de argumentos que exploram diferentes dimensões dessas agremiações. Contudo, não é o que acontece. A trajetória conceitual listada no quadro 1 oferece uma série de concepções presentes nos estudos desde o final dos anos de 1960 até 2000, de acordo com a abordagem e os objetos de análise. Esse quadro foi baseado na abordagem teórica escolhida por Zaremba (2016), da qual sua análise contempla fazer uma filtragem dos estudos mais mencionados e reconhecidos sobre a patronagem.

Quadro 1 - Patronagem Partidária trajetória conceitual

Autor	Ano	Breve definição de patronagem partidária pelos autores
WEINGROD, Alex.	1968	A patronagem deve ser vista como um tipo de associação que, no estudo do autor, opera através da sociedade. Uma linha histórica do conceito.
SHEFTER, Martin.	1977	Benefícios diversos que consistem em distribuí-los a eleitores individuais, ou também em campanhas, em troca de apoio político.
LAWSON, Kay and MERKL, Peter	1980	Os partidos políticos possuem ligação pragmática com o Estado para que sua base tenha um comportamento específico no setor público.

¹⁹ Ver: George Foster, “The Dyadic Contract: A Model for the social Structure of a Mexican Peasant Village”, American Anthropologist, Vol. 63 (1961).

BADGER, S. Et Al.	1998	Estado como uma recompensa do partido ou de suas lideranças à lealdade da filiação partidária.
BLONDEL, Jean.	2000	Há uma tipologia sobre patronagem e sua conclusão vai ao encontro de que esse mecanismo funciona como um substituto parcial do incumprimento dos compromissos ambiciosos do programa governamental.
MULLER, Wolfgang C.	2000	Recursos públicos destinados (particularista) em troca direta entre o cliente (político ou funcionário do partido) e o partido político.
MEYER-SAHLING, Jan-Hinrik.	2006	Cargo designado no setor público para aliados de um partido com base em critérios políticos pré-estabelecidos.
KOPECKY, Petr & MAIR, Peter.	2006	Partidos políticos podem nomear pessoas para cargos no setor público e semi-público.
NAKROŠIS, Vitalis.	2012	Além do poder dos partidos políticos nomearem indivíduos para escritórios do serviço público ou do setor público, agora podem também removê-los do cargo.
FONTE: Baseado em Aurimas Zaremba (2016). Elaboração do próprio autor com base nos autores mencionados.		

Uma observação relevante a se fazer é que cada país tem uma forma de indicar e nomear pessoas para o governo. Por isso, algumas definições podem ser “mal encaixadas” em alguns cenários democráticos. Cabe ainda uma nota de que o conceito não sofreu alteração recentemente. Desde 2012, a ciência política trabalha especificamente em cima dessa definição, fazendo ajustes necessários aos sistemas de governo nas investigações realizadas.

Partimos primeiro de que há um consenso, apesar de abrangente, que grande parte desses teóricos compreendem a patronagem como a relação patrono-cliente associada à estrutura do estado. O mesmo termo é usado em diferentes situações e detalhar essa variância pode ser uma forma para dar limites teóricos significativos.

Inauguremos a discussão com Alex Weingrod (1968)²⁰, que expõe um caso de patronagem da seguinte maneira: com a criação dos primeiros partidos políticos, na metade do século XX, em um vilarejo afastado na Itália, cuja estrutura estatal não estava formada, os mecanismos de patronagem serviram inicialmente para a inserção dos camponeses como servidores no governo, ou seja, na estrutura do Estado. Basicamente, o que o autor enfatiza é o despertar de ambição de outros grupos do vilarejo que não faziam parte de partidos e não estavam organizados em nenhuma associação. Esses percebem os benefícios de estar ligado a uma organização política para obtenção de benefícios pessoais ou coletivos. Essa linha histórica de interpretação causa uma certa polêmica quando comparada a conceituações politológicas. O

²⁰ Diferente do que ocorrera no Coronelismo no Brasil (LEAL, 1975), Weingrod manifesta que a construção de uma organização política representativa no vilarejo italiano era livre. Em outras palavras, os trabalhadores conseguiam formar representação sem sofrer retaliação de um número reduzido de pessoas que tinham a base política local.

argumento difundido por Weingrod (1968) versa sobre um fenômeno que, de certa forma, incentiva a participação da sociedade na formação de partidos políticos, já que a estruturação do Estado acabara de se difundir em um vilarejo de organização insipiente. A crítica a essa argumentação é que aquela descrição da formação dos partidos e do estado pode ser um caso isolado. Não há qualquer sustentação de que o mesmo ocorreria em outras realidades. Logo, há uma certa dificuldade em estabelecer como conceito a patronagem como unidade semântica do entendimento delineado nesse caso, pois se fossemos considerar por meio de um viés da ciência política, pesaria apenas como a formação dos partidos e do Estado.

Lawson (1980) direciona sua análise à prática da patronagem em contextos de Estados contemporâneos e revela uma especificidade em seus achados. O partido busca não apenas ocupar a chefia do governo, mas também se estabelecer na área da economia e em outra área específica. Assim, o autor afirma que há um certo comportamento em setores públicos para que o partido político se fortaleça no contexto da área em que está à frente da gestão, ou seja, cargos ou recursos financeiros de alguns setores são visados, pois podem favorecer mais um partido em vista de outros. Na mesma linha, S. Badger (1998) enfatiza que a lealdade serve como recompensa de apoio dos membros partidários e que favorece o partido para competir nas eleições. Ambos os autores, em um viés de pesquisa partidário, já discorrem que os partidos têm objetivos intrínsecos, e reconhecem esse mecanismo de patronagem como uma estratégia definida pela legenda. Nos critérios designados, os autores entram em consonância com uma discussão mais recente sobre o papel dos partidos em sociedades modernas. Mais que um mero canal de intermediação, os partidos são uma estrutura que surge diante dos desafios dos processos de industrialização e urbanização²¹, deixando também aberta uma explicação não apenas institucional, mas sociológica. Observa-se um importante ganho teórico nos dois estudos - o conceito da patronagem refere-se às janelas de oportunidade encontradas pelo partido para aumentar ganhos e reduzir custos no seu ímpeto de ocupar e influenciar as instituições políticas.

Em estudos mais recentes, Blondel (2000) apresenta a dimensão da patronagem como um comportamento partidário, caracterizado pelos diversos tipos de recursos públicos existentes no estado, utilizados pelos partidos para ganhos políticos. O objetivo é condensar tipos de recursos – financeiro, cargos, estrutural – que forneçam resultados benéficos para o partido. Trata-se de um sistema de recompensa em troca de apoio eleitoral e pode ser lido como um questionamento sobre o sistema de governo, pouco tratado em outras investigações que

²¹ Katz e Mair (2002) argumentam o momento histórico sobre partidos que se cria agremiações denominadas de clientelistas com a função de garantir o poder.

dissertam sobre esse fenômeno. Já Muller (2005) expõe o recuso da patronagem como uma relação mais específica do clientelismo, no qual o patrono é sempre o partido e o objetivo seria unicamente obter apoio político, seja programático ou eleitoreiro. Muller (2005), além de esclarecer que a patronagem seria um tipo específico de clientelismo, reconhece-a como um conceito, formulado teoricamente, e que contempla as formas como esse mecanismo tende a funcionar.

Meyer-Sahling (2006) empreende em uma análise intrapartidária e revela que os partidos têm critérios internos para a distribuição de cargos nos setores públicos. Nem sempre as siglas estão em busca de apoio político, havendo outros interesses partidários em jogo na arena eleitoral ou na sociedade. Percebe-se um diálogo entre teóricos, no que concerne à troca de favores entre os líderes partidários e seus apoiadores e o distanciamento da sociedade; mas outros atrativos tornam-se necessários para que a organização prospere. Nesse sentido, a contribuição empírica do presente estudo é lançar luz sobre o processo de escolha na distribuição de recursos e produção de incentivos entre a sua base, com objetivos de ocupar o Estado. Oferece-se, portanto, uma visão das legendas como unidades concretas de decisão.

Kopecky e Mair (2006) apresentam um desenho teórico na tentativa de refinar a classificação de algumas práticas até então denominadas patronagem partidária, como oferecer cargos de nomeação em troca de lealdade e apoio programático, por exemplo. O exercício proposto pelos autores é que esse fenômeno, no âmbito partidário, está atrelado unicamente ao fato de nomear seus apoiadores para cargos nos setores estatais. Essa delimitação do que seja patronagem é comumente referenciada porque ela procede de uma interpretação ligada à dinâmica de conflitos de interesses das instituições, ou seja, entre os líderes partidários, o governo e os demais atores que manifestam interesse. É essa diferenciação de patronagem para clientelismo que Kopecky e Mair difundem, apesar de reiterar a dificuldade em diferenciá-los. Tais organizações criaram uma forma mais simples de lidar com os problemas de organização, estruturação e representação. Em outras palavras, essa forma define-se pelo fato de, ao invés de debater os conflitos e encontrar uma vontade geral entre os integrantes partidários, os líderes utilizam-se da patronagem para facilitar a coesão ou garantir apoio eleitoral. O apanhado de indicadores diagnosticado pelos autores engloba diversos enfoques de estudos e abre caminhos para investigações sobre questões pouco exploradas empiricamente. Com isso, viabiliza-se dimensionar a extensão desse fenômeno em certos sistemas partidários e/ou eleitorais.

Nakrošis (2014) debate o controle que o partido exerce sobre aqueles que exercem cargos partidários no Estado. As lideranças da organização têm o poder de designar um leal

filiado ao cargo, assim como destituí-lo e alocar outro indivíduo que traga mais votos ou represente melhor os interesses e visões da agremiação. O estudo de Nakrošis ilustra um guia estabelecido para nomeação nas instituições. Isso demonstra que a prática da patronagem não se limita a um mecanismo de recompensa aos apoiadores, mas orienta a ocupação partidária do Estado quando esse chega ao governo ou se edifica em de seus setores.

Outro ponto descrito a partir da bibliografia concedida sobre patronagem diz respeito ao discurso das pesquisas conforme as relações analisadas entre partidos, sociedade e Estado. Ninguém nega que o problema é detectar como isso se sucede na perspectiva das organizações, em resumo, isto é, como que a patronagem ocorre. Aí adentram as configurações de sistema, tal como um líder partidário dialogar com o governo para oferecer um cargo no Estado para um líder que representa um grupo de eleitores, ou quando membros do partido ganham preferência para preencher posições no setor público.

Essas relações evidenciadas em diversas pesquisas ampliam a compreensão das estratégias dos partidos em relação à competição eleitoral e permitem mensurar desde as motivações até a forma de participação, no que se refere à ação de patronagem. Todavia, um debate ausente nesses estudos é o das diferenças entre significados semelhantes à patronagem, o que acaba muitas vezes expandindo ainda mais a acepção do conceito.

O que parece ponto de questionamento nesse agrupamento de pesquisas é o conjunto de definições que se aproxima muitas vezes de termos especificados em outras literaturas da ciência política ou sociologia política, como ilustra a patronagem. No Quadro 2, estabelecemos a diferenciação entre estes termos. Pode-se argumentar que as relações políticas têm diferentes rendimentos conforme seus objetivos.

Assim, sintetizamos as concepções presentes na literatura no que tange a sua referência aos recursos do estado, aos objetivos dos atores envolvidos num contexto de patronagem e aos beneficiários desta relação. Ressalva-se, contudo, a imprecisão no uso do conceito, que revela a dubiedade da própria literatura sobre patronagem partidária (KOPECKY & MAIR, 2006; JALALI & LISI, 2009). Mesmo considerando esse fato, utilizamos tais definições para delinear dentro do aspecto político os limites e as extensões de cada conceito.

Quadro 2 – Diferenciando conceitos

	Recursos do Estado	Principais Objetivos	Destinatário dos Benefícios
Patronagem Partidária	Cargos no estado ou no setor semi-público	Subsídios, empréstimos, trabalho no setor público	Legislação
Clientelismo	Soluções para controle organizativo	Soluções para controle organizativo.	Apoio eleitoral, apoio no poder de agenda política
Patronagem política	Qualquer pessoa da base do partido	Eleitorado	Parlamentares
FONTE: Baseado em Aurimas Zaremba (2016). Elaboração do próprio autor a partir de Kopecky e Mair (2006), Santos (1997), Simone Piattoni (2001), Weingrod (1968), Timothy J. Power e Júlio González (2003)			

O quadro 2 reúne as três principais dimensões do que comumente a literatura concebe como patronagem e conceitos associados a ela, sejam quais forem os recursos do Estado, os objetivos e os beneficiários desta prática. Os conceitos encontram-se diferenciados na vertical. Cada coluna traz as características de um conceito - *Patronagem Partidária*, *o Clientelismo e a Patronagem Política* – que algumas vezes podem fornecer subsídios de interpretação diferentes, e acabar por confundir-se com outros termos. Assim, a proposta de sistematizar os pontos correlatos à patronagem partidária e outros divergentes esclarece algumas especificidades de cada termo, conforme o seu emprego pelos autores, com o auxílio de uma breve revisão de estudos sobre como cada mecanismo opera no interior das organizações.

A respeito da definição conceitual de patronagem partidária, o trabalho mais dedicado ao estudo desse fenômeno, e por isso também muito referenciado, seria o de Kopecky e Mair (2006), já mencionado nessa revisão teórica. Os autores descrevem que os partidos utilizam esse recurso para ganhar apoio de sua base e obter um controle da agremiação. Os responsáveis por desenvolverem o estudo que diagnostica a patronagem partidária em diversos países pelo mundo, até então deixada um pouco de lado no debate da ciência política, desfiaram o fenômeno de forma mais específica no que diz respeito à organização partidária, denotando também o ganho da legenda com os recursos de cargos do Estado. Trata-se exclusivamente de uma relação de partidos de um lado e apoiadores, ou um potencial grupo de apoiadores, do outro.

A patronagem partidária estabelecida por Mair e Kopecky (2006) diferencia-se da definição da patronagem política de Santos (1997). A primeira atende ao patrono, da qual se refere a troca dessas relações vinda para atender aos interesses do partido político, já a segunda,

estabelecida pelo cientista político brasileiro, parte do princípio legislativo, a qual, no caso do sistema de governo brasileiro, o presidente precisa negociar com o legislativo para a aprovação de suas propostas políticas, denominada então pelo autor de patronagem política. Com isso, no que circunscreve os partidos políticos com acesso a recursos de modo geral, esses são providenciados pelo estado, que subsidia na manutenção, organização e distribuição de incentivos internos dos partidos (KOPECKY & MAIR, 2006; MULLER 1989). Em termos empíricos, considera-se como recompensa os cargos de nomeação que são distribuídos pelas agremiações.

A patronagem partidária adquire novas formas no Estado (LISI & JALALI, 2009) e, mais especificamente, no interesse do partido. Torna-se um recurso-chave para que agremiações assumam o papel de “utilidade-pública” nas democracias contemporâneas (VAN BIEZEN, 2004) e transforme-se em uma dimensão única que pode explicar em parte a manutenção dessas organizações em um sistema partidário fragmentado, algo bastante referido na literatura sobre partidos políticos do final do século XX (PEREIRA, 2014). Essa bibliografia revela uma imprecisão no conceito de patronagem, principalmente quando comparado ao clientelismo.

Simona Piattoni (2001) analisa comparativamente a evolução das práticas clientelísticas nos países da Europa Ocidental. A autora argumenta que tal prática oferece centralidade aos líderes partidários por implantarem estratégias políticas e isso acarreta um ganho para sociedade civil. Ao observar o lado da *demanda* e da *oferta*, temos como resultado um clientelismo definido como uma mistura particular, ou seja, beneficiando o próprio indivíduo, mas com universalismo, já que os interesses também podem se expressar e favorecer um grupo maior da sociedade, e não apenas um segmento social. Sua discussão insere-se também no âmbito dos partidos políticos, que aproxima-se muito da proposta por Panebianco (2005), na qual identifica incentivos seletivos para alguns grupos dentro do partido:

Uma variedade de desenvolvimentos sociais, culturais e especialmente políticos pode ser citada facilitando ou mesmo encorajando este mecanismo para uma ancoragem de partidos dentro do estado. Estes incluem um declínio geral nos níveis de participação e envolvimento na atividade partidária, com os cidadãos preferindo investir os seus esforços noutros locais, particularmente em grupos onde podem desempenhar um papel mais ativo e onde eles são mais susceptíveis de estar em total acordo com um grupo mais estreito e preocupados com onde eles sentem que podem fazer a diferença²².

²² “A variety of social, cultural and especially political developments may be cited facilitating or even encouraging this movement towards an anchoring of parties within the state. These include a general decline in the levels of participation and involvement in party activity, with citizens preferring to invest their efforts elsewhere,

A distinção dessa relação clientelística com a patrimonialista é que a primeira se refere a um panorama geral da distribuição de bens, enquanto a patronagem surge como algo mais específico que fortalece o partido (PIATTONI, 2005; LISI & JALALI, 2009). Nesse sentido, o objetivo da agremiação deve ser sua busca para aprofundar e expandir o seu poder nas instâncias de sua atuação no Estado.

De maneira superficial, os estudos remontam a ideia de que a patronagem é a atribuição do partido (patrono) em nomear um indivíduo no setor público (bens e clientes). Lisi e Jalali (2009) ampliam esta compreensão, destacando outras duas funções inter-relacionadas e que afirmam a atuação das agremiações nas democracias modernas:

Primeiramente, fornece um recurso crucial para a construção da organização e seu enraizamento, particularmente porque os partidos se ancoram no enfraquecimento social. Em segundo lugar, a patronagem torna-se um recurso-chave na formulação de políticas, fornecendo redes leais para a coleta de informações, iniciação de políticas e implementação dentro das agências burocráticas (LISI & JALALI, 2009, p. 443).

Desse trecho destacado, cabe observar que a patronagem partidária não tem como objetivo central definir-se apenas como uma estratégia escolhida pelos partidos para ganharem arenas parlamentares. Os objetivos são de tipos diferentes e podem coexistir para que as agremiações lidem com as relações intrapartidárias.

1.4 EPÍTOME SOBRE O ARCABOUÇO TEÓRICO

A finalidade dessa primeira parte foi não apenas servir como uma reconstrução dos principais paradigmas dos estudos sobre os partidos políticos e do conceito de patronagem partidária, mas servir como guia de investigação. Compete então destacar dois pontos desse arcabouço teórico pertinentes para análise proposta neste trabalho. Propusemo-nos nesse capítulo explorar a trajetória referencial dos estudos partidários a fim de mostrar que as investigações sobre esse tema conformam um referencial no campo do institucionalismo e, sob esta orientação, fornece caminhos para a mobilização de ferramentas metodológicas e a conformação dos partidos políticos como objeto na ciência política. Ao ultrapassar alguns obstáculos para o entendimento dos partidos, principalmente se voltarmos à bibliografia produzida nos últimos setenta anos, temos como referência estudos que tendem a investigá-los na sua interação com o sistema político e os recursos disponíveis a eles que incentivam certas

particularly in groups where they can play a more active role and where they are more likely to be in full agreement with a narrower range of concerns, and where they feel they can make a difference”.

ações, seja em uma visão sistêmica ou organizacional. Em outras palavras, nosso entendimento acerca da patronagem partidária é de que as instituições buscam estratégias para garantir a sua sobrevivência, oferecendo benefícios aos atores interessados para perpetuar as organizações.

A patronagem partidária então é uma estratégia adotada pelo partido. Ao esmiuçarmos esse conceito perante seus balizadores conceituais, identificamos entre os estudos partidários brasileiros sintetizados aqui que essas organizações colocam em prática ações efetivas para chegar ao poder, entendido esse como Estado ou governo. Como pudemos observar, pelo exame de estudos que abordam a patronagem, é a partir do delineamento de Kopecky e Mair (2006) que se identifica um esforço de construir um corpo teórico e empírico para a sistematização do que se trata a patronagem - como uma ação do partido em relação ao Estado, no caso, nomeação de cargos públicos em benefício da organização. É nessa definição que iremos nos amparar em nossa pesquisa.

No próximo capítulo, apresentaremos o desenho dessa pesquisa para contemplar como a patronagem apareceu nos processos de seleção de candidaturas ao legislativo de Curitiba em 2016. Alicerçados nas definições aqui debatidas de partido político e patronagem, discutiremos as metodologias que orientam a formação das categorias de análise desse fenômeno, bem como as técnicas de pesquisa para a coleta de evidências empíricas e o tipo de tratamento que esses dados receberão. Com isso, nosso problema de pesquisa será respondido com base nestas escolhas teóricas, metodológicas e empíricas.

CAPÍTULO 2 – ESTUDANDO A PATRONAGEM PARTIDÁRIA

O capítulo aqui reúne subdivisões as quais apresentaremos passo a passo, dadas em direção obtenção de resultados desse estudo. Primeiramente, iremos resgatar resumidamente os fundamentos teóricos para servir como base para o desenho da pesquisa, delineando-o a partir das características que concernem ao objeto. O segundo passo será compreender o momento escolhido que dá nome a parte do título desse trabalho: a seleção de candidatos, que serviu como momento chave para desencobrir esse fenômeno que ocorre nas instâncias partidárias. Em seguida, especificaremos a natureza das metodologias empregadas que orientam a análise dos dados coletados, o questionário e as entrevistas. No último tópico, descreveremos as delimitações e a natureza de cada partido político selecionado em nossa proposta.

2. OPERACIONALIZANDO A PATRONAGEM: OS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E AS DIMENSÕES ANALÍTICAS

No capítulo anterior, discorremos sobre os partidos políticos como unidade de análise a fim de estabelecer a diretriz que esse estudo tem como propósito, e ainda reduzimos o conceito de patronagem partidária por meio de um processo de separação ante as diversas aplicações similares e de forma prática, tendo o entendimento resultante desse termo como a organização capaz de requerer cargos de nomeação no setor público (KOPECKY & MAIR, 2006).

Particularmente falando, a literatura sobre patronagem partidária conecta-se aos estudos partidários, e examina o grau de participação e controle sobre o aparelho do Estado (CASTELS & WILDENMANN, 1986). Essa agenda de pesquisa deve ser conduzida por meio de algumas ferramentas de análise, pois para investigar a participação do partido no Estado é preciso saber os critérios, estratégias e interesses da legenda. Por isso, o termo colonizar o estado, se expande nos estudos sobre patronagem (BLONDEL & COTTA, 2000). Em resumo, podemos recuperar o estudo de Katz & Mair (1995), ao afirmarem estes que o aumento da penetração do partido no Estado tem sido uma forma de a organização compensar suas fraquezas na sociedade ao investigar os partidos denominados cartéis. Essa constatação vai ao encontro da forma discutida pela patronagem, não sendo coincidência os mesmos autores publicarem sobre esse outro fenômeno posteriormente. O roteiro disso é que se torna mais vantajoso para os partidos “colonizarem o estado” do que garantir sua manutenção através do enraizamento com a sociedade, como discutido no Capítulo 1.

Para sermos consistentes em termos da literatura, alguns fundamentos oferecem dimensões de análise para caracterizar os estudos sobre patronagem. Uma das mais recentes pesquisas sobre esse assunto, produzida por Petr Kopecky, *et al* (2016), apresentam uma abordagem empírica sobre patronagem partidária realizada em 22 países por meio de questionários aplicados com *experts* de seus respectivos campos para entender esse fenômeno. O objetivo dessa pesquisa era comparar os padrões de patronagem em torno de diferentes regiões. Os indivíduos que responderam as questões de pesquisa são oriundos de Universidades, ONG's, mídia, burocratas, líderes partidários e políticos. Ao todo foram respondidos 947 *surveys*, o que resultou também em uma segunda captação de dados, como entrevistas face-a-face, possibilitando aos investigadores uma discussão e categorização sobre esse protocolo averiguado como comum em todos os países.

Três dimensões guiaram a pesquisa para cumprir a análise proposta; entender o poder dos partidos políticos em fazer nomeações, investigando a formação dos quadros partidários e suas estratégias; as motivações em utilizar esses mecanismos; e em quais critérios são baseados para que sejam escolhidos indivíduos a serem nomeados. Por fim, os resultados, apesar de serem específicos em cada país, apontam que a patronagem usada em larga escala beneficia o partido para recompensar seus apoiadores em troca de votos e lealdade e ter o controle político, servindo tanto para os representantes eleitos como para sua base.

Por outro caminho, Marco Lisi e Carlos Jalali (2009) fazem um levantamento histórico, relacionando o enfraquecimento dos partidos políticos portugueses com o aumento de cargos públicos. Um de seus achados foi a relação do aumento significativo de cargos de nomeações e filiados em partidos que estiveram à frente do governo no país. O estudo reúne dados que abordam os partidos como atores quem, ao tomarem a frente do governo por muitos mandatos, acabam utilizando desse mecanismo para fortalecer a organização.

Outros estudos também tomam como base a pesquisa teórica de Kopecky & Mayer (2006) e partem para o levantamento de dados que seguem essa abrangência política. No entanto, ainda há espaços e lacunas para futuras pesquisas. Sabe-se que essa dimensão de análise foi pouco estudada, mas algumas pesquisas já destacam algumas transformações que os partidos tiveram ao se beneficiarem desse recurso, como centralização intrapartidária; disputa do Estado; desvinculação com suas bases sociais, entre outras consequências que geram um desequilíbrio no sistema partidário e enfraquecimento nas arenas política (BOLLEYER, 2006; KOPECKY & MAYER, 2006)

Em síntese, podemos apontar que os estudos sobre patronagem partidária seguem duas características. São estudos de caso, assim, há dificuldade em estabelecer relação determinante entre o partido e sua base vinculada em setores públicos. Em sua maioria, são pesquisas conduzidas a partir de dados que consideram apenas a existência dessa relação e pouco se sabe como isso ocorre. A segunda peculiaridade é que são investigações concentradas em países Europeus, com exceção de Petr Kopecky, Sahling, Panizza e outros (2016), que abrangeram em sua pesquisa a Argentina e o Uruguai. Se fossemos seguir à risca esse roteiro de investigação, pouco compreenderíamos como a patronagem partidária incide, principalmente retratando a nossa proposta de uma investigação de menor circunscrição.

Percebam que os diversos estudos não elaboram significativamente um modelo que contemple a significância dessa relação, pois a existência de outras variáveis perpetua na relação entre partido e Estado entre as peculiaridades do sistema partidário, como também discutido no primeiro Capítulo. Todavia, esses estudos referidos funcionam como uma espécie de *roll* para constituição de atributos ao se pesquisar a patronagem partidária.

A primeira dimensão que oferece um suporte para analisarmos esse fenômeno seria a escolha dos indivíduos. Partiremos do princípio do contexto eleitoral, da qual, ao analisarmos a forma do acesso aos recursos da patronagem, esse mecanismo pode ser uma ajuda oferecida aos líderes partidários para construir uma relação em troca de benefícios e lealdade por parte dos incentivos, aqui designados como cargos de nomeação (CONWAY & FIEGERT, 1968; KOPECKY & MAYER, 2006). Nessa direção, os candidatos são escolhidos pelo interesse em se lançarem na disputa política, o que mostra além de existir uma competitividade daqueles que buscam se alçar na vida eleitoral, também há o fato do momento da formação da lista de candidatos, a seleção de candidatos²³. Esse período manifesta a patronagem partidária como uma troca de relações internas na organização. Assim, esse processo funciona como um momento revelador sobre a disputa e os jogos de interesse (KATZ, 2001).

Uma segunda dimensão que os estudos empíricos trazem à tona é compreender o principal ator desse cenário: os partidos políticos. Para tal tarefa, devemos partir de argumentos funcionais, em que as agremiações têm como objetivo maximizar seus votos e se utilizam desse processo para atrair novos membros, porém, isso acaba afetando o estilo do recrutamento das elites partidárias (BOLLEYER, 2006, p. 1). Temos aqui duas subdivisões, o contexto do partido, partindo da formação partidária e sua relação com o governo, e os cargos de nomeação,

²³ Ver mais em: <http://aceproject.org/ace-en/topics/pc/pcb/pcb02/pcb02a/default>.

entendidos aqui como a patronagem propriamente dita. O desenvolvimento desse mecanismo associa-se diretamente com as dificuldades dos líderes partidários em atrair membros e ter flexibilidade programática (MAIR, 1997). Vemos então o uso da patronagem representando uma estratégia específica para satisfazer as demandas para o jogo político²⁴.

Há uma questão ainda a ser resolvida no que se refere a uma nova agenda de pesquisa, trataremos de uma dimensão local de patronagem, da qual pouco se foi realizado. Esse fator ganha uma relevância na investigação principalmente porque o poder de nomear indivíduos em âmbitos municipais sofre menos restrições do que em escalas Federais, já que o arranjo organizacional partidário brasileiro é descentralizado (SANTOS, 2001). Então, os partidos que não estão à frente da gestão nacional podem se estabelecer como independentes em locais que possuem representação, como um Governo Estadual ou Prefeitura. Contudo, há desvantagens nessa abordagem, tal sendo trabalhar com partidos em abrangências menores, pois a legislação nacional, oferecendo total autonomia às organizações para a escolha de seus candidatos, cria certa dificuldade para o acompanhamento pleno nas convenções partidárias e reuniões. Ainda há também o empecilho de se trabalhar com candidatos a vereador, pois há quantidade de candidaturas que o partido pode lançar é bem mais alta comparada a outros pleitos, como deputados por exemplo. Podemos explicar esse movimento tal como detalhado por Nicolau (2006), pois ao se trabalhar com partidos locais, algumas convenções não constituem um espaço de debate político. Assim, algumas estratégias adotadas pelo partido estão em torno de reuniões e pressões internas que são de difícil conhecimento visto pelo pesquisador.

Na base desses fundamentos, encontra-se essa proposta de pesquisa. Pretendemos unir esses dois lados da moeda: em primeiro lugar estão os candidatos, que buscam se lançar às eleições, e em segundo, as organizações partidárias, representadas pelos líderes das agremiações. Buscando ir mais a fundo e discernir se há um envolvimento estratégico entre a seleção de candidatos pelas organizações partidárias e a patronagem via nomeação em cargo público como problema de pesquisa, lançaremos mão de duas estratégias, o questionário com os candidatos e a entrevista com os líderes.

A fim de evitar equívoco com o conceito de nomeação, esse estudo assume que ao analisarmos determinados líderes e partidos estaremos definindo seus propósitos. Ou seja, quando falamos em patronagem, as nomeações devem atender a função de fortalecimento que implemente apoio. Como não se trata de burocratas ou políticos que ocupam lugares de tomada

²⁴ Entende-se como jogo político o debate eleitoral e as eleições baseado em Panebianco (2006).

de decisão, como agências públicas por exemplo, os partidos aderem a essa ferramenta exclusivamente para atender sua base.

Até aqui, no contexto desses estudos, parece-nos ainda que o quadro de planejamento que abarcam as dimensões em uma pesquisa sobre patronagem abrange mais possibilidades para explorar esse mecanismo, não sendo tão incisivo se apenas considerássemos uma correlação estatística entre os candidatos e aqueles que possuem/possuíram cargos na administração pública. É pensando nesse obstáculo que foi possível fazer alguns testes de hipótese para avaliar a existência de patronagem e, também, ainda há as entrevistas que compõem uma parte do escopo desse trabalho servindo para identificar as singularidades e avaliar o impacto e a variação desse fenômeno como um tipo ideal²⁵ dentro das legendas.

No próximo tópico, justificaremos a escolha pela seleção de candidatos como um momento chave para pesquisar esse fenômeno.

2.1 A SELEÇÃO DE CANDIDATOS NO FOCO DA ANÁLISE

Em seu livro sobre os partidos políticos nas democracias ocidentais²⁶, Leon Epstein argumenta que a “seleção de candidatos do partido é basicamente um acordo privado, mesmo na existência de um regulamento legal”²⁷ (1967, p.201). Em termos gerais, o processo de seleção de candidatos é uma questão intrapartidária que ocorre nessas arenas. Na maioria dos países que possuem uma forte classe partidária em democracias já estabelecidas, os critérios de seleção de candidatos são determinados pelas regras do jogo deliberados pelos próprios partidos (HAZAN & RAHAT, 2010, p.4).

Os métodos de seleção de candidatos são, portanto, os mecanismos partidários não padronizados e predominantemente não-regulados pelos quais os partidos políticos escolhem seus candidatos para as eleições gerais. O resultado deste processo é a designação de um candidato, ou lista de candidatos, como o(s) candidato(s) do partido. O partido então se torna efetivamente comprometido com o(s) candidato(s), e mobiliza sua força para o(s) candidato(s) escolhido(s) (Idem, ibidem).²⁸

²⁵ Um conceito ideal é normalmente uma simplificação e generalização da realidade. Trata-se de uma modelo para determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente. (WEBER, apud BARBOSA; QUINTANEIRO, 2002, p. 113).

²⁶ Political Parties in Western Democracies. Leon D. Epstein. Edª Transaction Publishers, 1980 - 387 páginas.

²⁷ “The Selection of party candidates is basically a private affair, even if there are legal regulations”

²⁸ “Candidate selection methods are thus the nonstandardized and predominantly unregimented particular party mechanisms by which political parties choose their candidates for general elections. The result of this process is the designation of a candidate, or list of candidates, as the candidate(s) of the party. The party then becomes effectively committed to the candidate(s), and to mobilizing its strength behind the chosen candidate(s).”

A importância da seleção de candidatos reside na prioridade que os partidos dão para as eleições. Através desse procedimento podemos observar como um partido define suas escolhas, abrangendo características que podem ser comparadas, tal como geográficas, demográficas, ideológicas, da carreira e até pessoal, que ganha relevância em nosso estudo.

Dito de outro modo, a seleção de candidatos seria uma forma específica de decidir quem vai estar na urna como candidato ou não. É nesse momento que o partido, de certa forma, recomenda quem irá para a disputa por meio de um procedimento interno; assim, chamamos a atenção para esse procedimento como um espaço de tempo da qual a troca de incentivos emerge em seus atributos, ou seja, os interesses afloram-se entre a base do partido e as lideranças.

Diante desses pressupostos, compete-nos atentar a esse debate sobre incentivos. Tomando a seleção de candidatos como uma espécie de filtro, Angelo Panebianco (2005) aponta para dois tipos de incentivos: o coletivo e o seletivo. O primeiro se refere aos benefícios, que são disseminados igualmente para toda a organização. Segundo o autor, isso assegura, de forma geral, que os partidos sobrevivam como associações voluntárias, tal sendo dependente da participação de suas bases. O segundo tipo de incentivo que Panebianco baliza em sua tese diz respeito ao incentivo seletivo. Como o próprio termo faz alusão, são benefícios que a organização distribui de modo desigual, isto é, somente para alguns do grupo. E é nesse contexto que nos debruçaremos.

Torna-se importante referenciar esses incentivos, pois como já mencionado, entende-se o recrutamento como uma espécie de “peneira” para um sujeito passar de simpatizante a aspirante ao pleito eletivo. Contudo, ao abranger o partido como uma organização com hierarquia própria, temos também “certos militantes que buscam ascensão na carreira” (*Idem*, p.19). Mas de outro lado, o participante que busca se tornar candidato deve usufruir desses incentivos como também possuir características para que alcancem o patamar de selecionados (NORRIS, 1997; HAZAN & RAHAT, 2010).

É a partir desse momento que tanto o candidato se mostra de acordo com as exigências estabelecidas no partido como em seu histórico há uma retribuição sobre as qualidades e capacidade para se lançar na carreira política eleitoreira representando as características da agremiação.

Assim sendo, a seleção de candidatos, que compreende esse passo que se inicia no simpatizante e vai até chegar à concorrente, deve ser considerada com um fator essencial para compreender as relações de poder no interior do partido (PANEBIANCO, 1988; NORRIS, 1998, 2013).

A seleção se torna o lócus central da atividade partidária, sobre as relações de força e ascensão em um ambiente competitivo, como afirma Schattschneider, “Observando o processo neste ponto, talvez nós descobriremos a localização do poder dentro dos partidos, porque o domínio destes é determinado pelo controle da nomeação de candidatos” (1964, p. 130).

Cabe então voltar a atenção nesse processo para que nos deparemos com fortes indícios de patronagem. Esse diagnóstico sustenta-se, pois a posição dessas organizações está baseada na maximização de votos para adquirir força programática, ou seja, capacidade de domínio político. Com base nesse fator, as eleições e campanhas eleitorais são um momento chave para que os partidos utilizem-se de diversas estratégias e ganhem postos eletivos. Esse processo é considerado quase que consenso nos estudos sobre patronagem partidária, pois serve como incentivo para compensar os ativistas do partido (MULLER, 2000). Um segundo ponto a ser destacado seria a dificuldade que os partidos enfrentam para ter base social. Maurice Duverger já mencionava em sua obra, na metade do século XX, sobre as limitações das organizações em ganhar vínculos com a sociedade. Atualmente não mudou muito, pelo contrário, as transformações ainda permanecem mostrando maior distanciamento com os segmentos sociais, como prontamente diagnosticado na literatura. De acordo com Blondel (2002), esse mecanismo ocorre nas democracias ocidentais de forma sintomática.

De forma resumida, essas são as três causas eficientes que nos levam a encontrar os estímulos pelos quais esse recurso é frequentemente usado pelas agremiações, tornando a seleção de candidatos um momento revelador nesse processo. Com isso, é fato que o avanço da patronagem partidária torna-se monopolizado por um grupo superior fechado (ABERCROMBIE & HILL, 1976), já que estamos falando de um incentivo seletivo para benefício do partido. A própria relação entre as lideranças e sua base torna-se de difícil acompanhamento assíduo, mas não deixa a seleção de candidatos ainda ser o ponto chave desse vínculo em meio a essa relação.

Deve-se atentar então para que um estudo sobre patronagem verifique os partidos com maior vantagem sobre outros, aqueles que possuem acesso privilegiado aos recursos estatais podem explorar esse recurso para compensar seu declínio da falta de enraizamento social (BOLLEYER, 2006, p.12). Nesse sentido, partidos que possuem essa posição distinta no governo, ganham mais força participativa para sua base.

Vejamos esse tópico de maneira sucinta à luz do processo partidário.

A seleção de candidatos pode ser vista como um momento-chave, pois é nesse período que se consolida a troca de incentivos seletivos, e podemos notar as distribuições e interesses

dos atores envolvidos. Os partidos que permanecem no governo conseguem vantagem para usar como recurso esse incentivo; por fim, ao indagarmos as lideranças e os candidatos, podemos esclarecer a existência da relação de patronagem.

O próprio momento de seleção de candidatos já ilustra o tipo de vínculo e competição intrapartidária. Todavia, o passo-a-passo para elucidar esse fenômeno passa por um processo de avaliação crítica e pressupostos da qual evocaremos à metodologia para detalhar a pesquisa.

2.2 MÉTODO E CATEGORIAS DA PESQUISA

Subsequente a justificativa das dimensões de análise que nos balizaremos e tendo em vista todo um processo da dinâmica da competitividade intrapartidária que acontece na seleção de candidatos, passemos agora para as ferramentas de pesquisa e especificação de nosso objeto.

2.2.1 Delineamento de Pesquisa

As estratégias de pesquisa servem para planejar o percurso que o pesquisador irá desenvolver para responder o seu problema de investigação. Ou seja, as estratégias são adequadas de acordo com a questão. O processo da escolha estratégica deste estudo considerou os seguintes passos: a natureza do estudo; objetivos da investigação; os procedimentos metodológicos e o levantamento de dados, de acordo com o tipo de pesquisa.

Como este estudo pretende explorar como os partidos usam o Estado como ferramenta para lançar os candidatos, enfatiza-se um estudo empírico estatístico de abordagem exploratória. Contudo, cabe salientar que não deixaremos de lado algumas técnicas qualitativas que servirão de base para estabelecer atributos mensuráveis. Nosso objetivo é abordar a dinâmica do processo de seleção de candidatos para chegarmos ao ponto fundamental da pesquisa: a patronagem partidária. Buscamos em certa medida identificar alguns fatores que são intervenientes nessa ação, ou seja, a dimensão da patronagem. Com a proposta de um grupo social definido (duas organizações partidárias), nosso enfoque irá oferecer informações pouco exploradas até o momento, de acordo com a literatura sobre patronagem.

Com esse recorte, o presente estudo investiga quais são os fatores para o sucesso da candidatura, utilizando-se de duas técnicas: a entrevista e o uso de *survey*. A escolha pela entrevista justifica-se por trazer evidências que podem dimensionar o processo interno das legendas políticas (BOLOGNESI, 2009, p. 16). A vantagem de utilizar essa estratégia reside em permitir a obtenção de dados subjetivos, que só são possíveis de serem obtidos por meio

dessa técnica (VEIGA & GONDIM, 2001, p. 03). Esse instrumento, aliado aos objetivos da pesquisa, permite apresentar a linha argumentativa, inferir em associações e comprovar valores dos participantes (LANE, 1962 *apud* VEIGA & GONDIM, 2001, p.201).

No que se refere ao uso de *survey*, esta metodologia traz informações diretas que correspondem ao grupo de interesse. Essa técnica de coleta de dados diz respeito a uma população-alvo, nesse caso, todos os candidatos a vereadores do PSDB e PDT de Curitiba, o que admite investigar determinados atributos quanto às motivações para suas candidaturas. Como já apontado na obra de Czudnowski (1975), os ensejos dos indivíduos são os principais caminhos para entender o porquê e por quais percursos alguns aspirantes chegam a se candidatar. Para garantir resultados pertinentes à hipótese de pesquisa, a elaboração do *survey* deve ter uma relação com a literatura, entendendo os critérios pertinentes ao procedimento em investigação.

Essas duas estratégias cumprem uma exigência baseada na literatura legitimada no trabalho de Hunt e Pendley (1972). Ao agregar ambas as técnicas, conseguimos revelar o processo e a relação das partes que compõe esse momento, no caso dessa pesquisa, os partidos no governo na seleção de candidatos. Mirando encontrar algumas evidências que corroborem com esse processo, ainda restam algumas limitações. Como Maurice Duverger descreveu (1980), as declarações políticas podem sempre ser enviesadas e muitas informações omitidas. Outro ponto é que essa estratégia de pesquisa usualmente é realizada no período eleitoral, limitando-se ao acesso às informações que ocorrem anteriormente a esse período. Uma terceira questão, que remete a um paradoxo, já que pode ser entendida como positiva e negativa simultaneamente, é a representatividade do objeto, que não permite generalizações. No entanto, nossa estratégia colabora com uma agenda local de estudos partidários.

Podemos dizer que tampouco há outras estratégias que forneçam compêndios que atinjam o objetivo dessa investigação, no que alude às estruturas partidárias, senão o uso de *survey* e a entrevista em profundidade. Ambos trazem uma imersão para se chegar a parâmetros ainda pouco acessíveis nos estudos organizacionais dos partidos. Sendo assim, utilizar materiais e técnicas básicas como as apresentadas aqui, continuam sendo a melhor forma de investigar profundamente essas “organizações fechadas” com seus “processos informais” (MACHADO, 2016, p. 69).

Levando em consideração o escopo deste estudo, as fontes escolhidas para a coleta de dados e as entrevistas em profundidade, com a cúpula dos dois partidos abrangem o seguinte cenário:

Quadro 3 – Especificação dos dados e informações para análise

Dados	Fonte de Dados	Técnicas de Análise
Questionários aplicados aos candidatos a vereador de Curitiba durante as eleições de 2016	<ul style="list-style-type: none"> • 26 candidatos PSDB; • 38 candidatos PDT; • Outras legendas* 	Dados primários: Estatística Descritiva / Testes de Associação
Entrevistas em Profundidade com lideranças do PSDB e PDT	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente do Diretório Municipal do PSDB²⁹ • Presidente Municipal do Diretório do PDT • Vice-Presidente Municipal do Diretório do PDT • Secretário(a) do Diretório Municipal do PSDB • Secretário(a) do Diretório Municipal do Diretório do PDT 	Análise interpretativa
*Cabe esclarecer que, como argumentado nas próximas páginas, as outras legendas servirão como forma de controle para estudarmos os partidos em questão.		

FONTE: Autor.

O questionário abrangeu trinta e uma variáveis, aplicadas em todos os partidos políticos que lançaram candidatos a vereador. Nesse caso, os partidos que competem a esse estudo são o PDT e o PSDB. Cada partido, de acordo com a lei³⁰, poderia lançar 54 candidatos em Curitiba. Porém, o partido da atual gestão executiva municipal escolheu 38 indivíduos para a disputa. Já o PSDB teve 26 candidatos ao pleito.

A escolha pelos partidos que estiveram à frente do Executivo do governo refere-se ao que a literatura destaca como politização do serviço público ou um impacto direto nas funções administrativas (PETERS & PIERRE 2004; LEWIS, 2008). Isso refere-se diretamente a uma das finalidades que envolve essa pesquisa: verificar o poder dos partidos nas nomeações diretas para o setor público. Partindo desse ponto, temos como alcance dessa investigação os partidos que detinham a maior possibilidade de fazer essas indicações, já que se baseia no poder

²⁹ Não foi possível entrevistar a Vice-Presidente do Diretório do PSDB por ter uma agenda de difícil acesso, sendo Deputada Estadual e cantora.

³⁰ De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral: “Cada partido pode registrar até 150% do número de vagas disponíveis no município. No caso das coligações, união de dois ou mais partidos, é possível lançar até 200% da quantidade de vagas. Além disso, é necessário cumprir a quantidade mínima de candidatos por sexo, que é de 30%. Por exemplo, dentre os candidatos a vereadores de um partido, 30% devem ser de um sexo e 70% de outro.”.

discricionário; em outras palavras, na liberdade para indicar indivíduos a cargos de livre nomeação.

De fato, partiremos do princípio que, para estabelecer a relação entre o Estado e o partido, em um primeiro momento, torna-se necessário validar essa amarração. Caso contrário, se direcionássemos a pesquisa para outras organizações partidárias fora da representação política no Estado, outros condicionantes poderiam ser derivados a partir de nosso objeto de investigação. Assim, para a asserção da pesquisa, concentrar-nos-emos nas proposições observacionais. O lado negativo desse método de pesquisa *anti popperiano*³¹ é que não podemos generalizar para leis universais, validando-o em casos similares; porém, admite-se, a partir desse, pensamento uma formulação parcial.

Tendo em consideração os procedimentos adotados para responder à pergunta chave dessa pesquisa, ao utilizar o questionário como forma de obtenção de dados, devemos partir também de princípios que envolvem a patronagem. É que, apenas no Brasil, conforme a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (1997), existe a exigência da filiação partidária, e isso entra em sintonia com o que também descreve Angelo Panebianco (2005): somente os partidos são capazes de atuar tanto na sociedade como nas arenas eleitorais, justificando o fato de os questionários serem aplicados exclusivamente nos indivíduos que compõe a organização partidária.

Com relação aos objetivos dessa pesquisa, o questionário foi dividido em quatro partes, que podem ser sintetizadas da seguinte maneira: (i) questões individuais do candidato, (ii) sobre o processo de seleção dentro do partido político, (iii) questões sobre características motivacionais que levaram o sujeito a se candidatar, e por último (iv) informações sobre a trajetória política do candidato.

Essa primeira parte da pesquisa ocorreu durante a campanha eleitoral do ano de 2016, de 5 de agosto até o dia anterior ao primeiro turno das eleições, 1 de outubro. Esse período é justificável, pois o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) disponibiliza os nomes com as contas aprovadas dos possíveis candidatos uma semana anterior ao início da campanha eleitoral. As entrevistas foram realizadas pessoalmente em ambientes fechados, assegurando aos candidatos que os dados não iriam identificá-los. Assim, temos como vantagem o fato de que os candidatos puderam sentir-se mais à vontade, pois havia um compromisso de sigilo quanto às suas

³¹ A partir do critério puramente falseacionista, não seria possível ter uma base racional da argumentação, adicionamos então o contraponto verificacionista na investigação como a maioria das pesquisas sobre patronagem partidária. Ver mais em: W. H. Newton-Smith: *The Rationality of Science* (London: Routledge 1981), cap. 3.

respostas, já que todas seriam divulgadas somente agregadas. Deve-se ressaltar, que anteriormente à aplicação dos *surveys* com os candidatos a vereadores, foram realizados alguns testes e adequações para que os mesmos captassem os resultados esperados. De modo geral, três rodadas de testes foram realizadas. Primeiramente, dentro do grupo de pesquisa³²; posteriormente, com alguns indivíduos externos e, por último, com determinados políticos profissionais.

Algumas questões inclusas no questionário foram desenhadas para responder especificamente nossa pergunta de pesquisa. Entender o Estado como recurso para o partido político lançar o candidato, buscando indagar os sujeitos se os mesmos ocuparam cargos de nomeação anteriormente a sua candidatura. Babbie (2005) aconselha-nos a cobrir diversos itens ao formular o questionário. Assim sendo, várias perguntas percorreram as características do perfil desses aspirantes a cargos eletivos. Para analisar esses questionários, lançamos mão da estatística descritiva, que nos ajudará a expor e sintetizar os dados em conjunto, podendo gerar também novas categorias.

O segundo passo para coletar estes dados foi entrevistar a cúpula partidária. Consideramos aqui como cúpula partidária, seguindo o processo de hierarquia, aqueles que ocupam posições no comando da organização³³ (MILLS, 1958). Para sintetizar a lógica do autor, podemos dizer que em alguns momentos, mesmo que algumas informações se originem de sua base hierárquica, de qualquer maneira essa informação vai acabar chegando ao topo da organização. As perguntas foram ordenadas abertamente para que pudéssemos descobrir ao máximo sobre a seleção de candidatos e a relação com os cargos de nomeação e o partido do governo.

Para avaliar as entrevistas de forma científica, utilizaremos técnicas qualitativas, entre elas o uso de um software³⁴ para assimilação das palavras e outras técnicas a serem especificadas nos próximos tópicos.

Ambos os procedimentos adotados nos permitem, com devidas limitações, gerar elementos que não seriam possíveis de serem encontrados em outras técnicas. Já a entrevista em profundidade foi a única forma encontrada de entender o caráter complexo da seleção de candidatos com uma visão intrapartidária. Todas as metodologias estão intimamente ligadas para estabelecer um modelo analítico relevante, a fim de esclarecer nosso problema de pesquisa.

³² Grupo de pesquisa *LAPeS* (Laboratório de Partidos Políticos e Sistemas Partidários), que contribui para a captação de dados dos candidatos a Vereadores de Curitiba.

³³ Ver método Posicional, *The Power Elite*, Wright Mills (1958)

³⁴ IRAMUTEQ, Sobre: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016

Algumas observações condizentes com as barreiras encontradas ao empregarmos tais técnicas devem ser proclamadas. Limitações como romper com as representações dos dirigentes partidários durante a entrevista nem sempre é possível, pois existe um campo atuante em torno do indivíduo, ou seja, o mesmo pode estar sendo omissivo ou não expressar verdadeiramente o que ocorre no interior das organizações. Outro contraponto é que o andamento da pesquisa nem sempre favorece o pesquisador. Para entender todo o processo de seleção seria relevante fazer um acompanhamento assíduo nos diretórios e participar de todas as convenções, até mesmo antes desse processo, no recrutamento partidário. Entretanto, o tempo disponível para a produção dessa pesquisa e as reuniões internas não permitem tal procedimento.

Tendo em vista essas duas formas de abordagem ao objeto de estudo, os dados se potencializam, trazendo mais profundidade à compreensão das relações existentes nesse processo de seleção. Deve-se dizer também, em resumo, que estudos de caso oferecem a possibilidade de explorar os dados agregados e entender a complexidade do fenômeno (BARAKSO, SABET, & SCHAFFNER, 2013, p. 201). Logo, aliar as duas metodologias propicia ao pesquisador captar algumas tendências e relações do objeto.

Passemos agora para a especificação da justificativa e, em seguida, pretende-se explicitar as categorias a serem analisadas, tanto no que se refere a entrevista com os líderes partidários na construção das perguntas, como no uso dos questionários junto aos candidatos a vereadores.

2.3 JUSTIFICATIVA E HIPÓTESE

Como já mencionado na *Introdução* dessa dissertação, argumentaremos, como hipótese dessa pesquisa, que a patronagem propicia aos membros do partido uma maior chance de lançarem-se candidatos nas eleições. Porém, explicaremos aqui a origem teórica de tal afirmação.

Através da literatura sobre o tema, Ingrid Van Biezen (2003) e Carlos Jalali (2002) descrevem que os partidos nas novas democracias têm dado prioridade aos recursos institucionais, e desvalorizam os seguimentos de massa; assim sendo, examinar as nomeações pelos partidos em uma variedade de instituições (LISI, 2005) parece ser um caminho fundamental para entender essas organizações. Temos então, como ponto de partida, investigar o processo de seleção de candidatos – o recorte do objeto de pesquisa descrito na delimitação do objeto –, que é responsável pela parte fundamental do processo intrapartidário e compreende

um conjunto de circunstâncias que determina a escolha do partido e sua distribuição de incentivos, como também defendido por Nicole Bolleyer (2006):

Além disso, o objetivo da manutenção organizacional pressupõe a de suavizar a substituição de líderes e candidatos ao longo do tempo, pressupondo que um grupo de candidatos eletivos sejam recrutados em primeiro lugar. Controlar este processo não é apenas do interesse das elites do partido que desejam manter sua própria posição na maquinaria do partido, mas também aumenta a credibilidade das partes capazes de entregar programas, políticas e pessoal a longo prazo. (BOLLEYER, 2006, p. 2)³⁵

Dentro desse quadro, a patronagem funciona como um incentivo distribuído no processo de seleção de candidatos, servindo para as elites monitorarem os aspirantes sem que sua posição sofra ameaça e ao mesmo tempo ganhem apoio. Mais um esclarecimento que cabe a esse momento é que não deixaremos de negar a existência de outros incentivos seletivos antes e depois de ocorrer a seleção de candidatos. Apenas o fato de esse período ser um grande alvo na visão das legendas torna-se um aspecto propício a ser investigado.

Tendo como referência o pressuposto da literatura sobre partidos políticos, esses cumprem a função essencial de selecionarem os candidatos (MICHELS, 1982; PANEBIANCO, 2005). Diante disso, a relevância acadêmica deste estudo consiste em analisar uma das partes internas desse processo, sobretudo no que concerne à patronagem partidária, somente tomada como escolha livre na relação entre os partidos e o executivo para nomeação em função de coalizão (ABRANCHES, 1988). Portanto, a proposta justifica-se por mostrar que a patronagem também se torna um recurso para que os partidos reforcem sua organização e criem barreiras desiguais para entrada de novos aspirantes a cargos eletivos.

Quanto ao objeto de investigação, nessa pesquisa foram escolhidos os dois partidos que ocupam a posição executiva de suas respectivas esferas, no Estado e no município, sendo eles o Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) e o Partido Democrata Trabalhista (PDT) de Curitiba. Através desse recorte, podemos resumir a prioridade de análise desses dois partidos da seguinte maneira:

- I. O estudo buscou compreender os partidos que estavam no comando do Executivo de suas abrangências de governo, pois como Souza (1976) menciona em seu trabalho sobre essas organizações na segunda República, “[...] os partidos só podem exercer influência dentro dos parâmetros da política traçada pelo

³⁵ *Furthermore, the goal of organizational self-maintenance presupposes the smooth replacement of leaders and candidates over time again presupposing that a pool of office aspirants is recruited in the first place. To control this process is not only in the interest of the party elites who want to maintain their own position in the party machinery but also adds to the outside credibility of parties able to deliver programs, policies and personnel in the long run.*

Executivo” (p.37). Sendo assim, essa lógica intrapartidária pode determinar o surgimento da patronagem.

- II. Realizar uma discussão de forma mais dedicada traz benefícios à pesquisa que apresenta poucos casos (BARAKSO, SABET & SCHAFFNER, 2014), tornando possível abordar a relação dos partidos políticos quando estão no poder. Ou seja, quando tratamos de dois partidos, conseguimos utilizar ferramentas que mensuram algumas ações dos atores das organizações.

Sobre a metodologia, utilizar as duas formas para a coleta de dados, o *survey* e a entrevista semiestruturada em profundidade auxiliam na compreensão das duas etapas da seleção de candidatos. A primeira contribui para suprir a lacuna da motivação do indivíduo para se lançar a um cargo eletivo, fazendo com que as perguntas se voltem para o processo pelo qual os sujeitos chegam a ser selecionados para a lista de candidatos. Com isso, o questionário direciona o pesquisador para cumprir um dos objetivos do estudo, que é entender o perfil dos candidatos. Essa técnica corrobora com o estudo, pois como Bolognesi e Perissinotto (2015, p.37) descrevem, “o *survey* é talvez o instrumento de pesquisa de cuja elaboração o pesquisador participa mais diretamente e sobre o qual tem mais controle”.

A segunda técnica corresponde a uma tentativa de recolher depoimentos que não poderiam ser compreendidos fora desse contexto intrapartidário. Entrevistar os dirigentes do partido proporciona ao pesquisador interpretar algumas atitudes e motivações subjacentes no processo dos candidatos. As entrevistas em profundidade servem para aferir a importância das diversas etapas do processo de seleção (BRAGA, 2006, p. 07). Assim, as perguntas que são orientadas aos líderes partidários coincidem com a proposta de analisar empiricamente algumas ações internas do partido, tal como a formação de quadros e a relação com o executivo.

Não podemos deixar de legitimar e fundamentar a escolha pelo cargo de vereador nessa investigação. Os argumentos passam por uma linha de pensamento: primeiro, ele é conhecido como o grau “zero” da política (NOLL, 2008). Em resumo, o posto se encontra como uma posição de entrada para o mundo político (*Idem*). Em função disso, os aspirantes têm uma maior disponibilidade de cargos para concorrer. Esse argumento casa com a validade de que não deveria, em teoria, existir uma elite plena na seleção de candidatos para esse cargo eletivo, porém, questionamos também esse argumento nessa pesquisa com a dependência dos partidos sobre Estado nas características descritas. Ainda há a questão de que os primeiros incentivos, tanto coletivos como seletivos, como já discutido, são percebidos nesse primeiro filtro aos que

disputam a vereança, pois seria a primeira forma de sucesso para disputar o pleito (LIMA, 2013).

Justificamos a cidade de Curitiba como palco dessa pesquisa por ser o município mais populoso da região Sul, com 1.893.997 habitantes (IBGE, 2015), e também por haver uma quantidade de eleitores significativa em comparação a outras capitais do Brasil, a sexta maior delas (1.289.215). Outro fator de relevância está respaldado pelo peso político-econômico do país, pois se trata também da quinta cidade com maior economia, de acordo com o IBGE (2013). Outro peso que fundamenta essa investigação refere-se ao histórico político da Câmara Municipal de Curitiba, uma das mais antigas do Brasil em comparação a todas as capitais, criada em 1693. A quantidade de eleitores e o histórico da cidade agrupam-se juntamente com o contexto das eleições de 2016, nas quais havia pouco dinheiro para campanha, recorde de candidatos a vereadores na cidade e limitações novas de acordo com a nova Lei eleitoral³⁶.

Apesar de alguns dados serem exploratórios, o que justifica-se pelo fato de o objeto enfocar um caso local, seus achados podem propiciar novas hipóteses divergentes daquelas balizadas pela literatura sobre partidos políticos. Em resumo, tendo em vista um trabalho sobre a patronagem partidária em meio a seleção de candidatos, há a dimensão interveniente de socialização dos partidos que ocupam o governo a ser explorada.

2.3.1 Pensamento analítico da pesquisa e a aplicação do questionário

Ao todo, participaram de nossa pesquisa 781 candidatos a vereador de Curitiba, de 34 partidos políticos. Os dados obtidos somente foram possíveis por meio da coleta dos grupos de pesquisa LAPeS e Observatório de Elites Políticas, ambos vinculados ao Departamento de Ciência Política da UFPR³⁷. Tratava-se de uma pesquisa maior com a finalidade de compreender a candidatura a vereança de Curitiba.

Como já justificado, o modelo analítico proposto busca aliar as dimensões de pesquisas que estão vinculadas ao objetivo de investigação. Algumas variáveis devem ser acrescidas como forma de controle e entendimento. Cabe aludir que entraram em cena aqui a comparação com todos os outros partidos que também envolveram a pesquisa, ou seja, partidos que não estavam em nosso enfoque. Essa escolha torna-se importante para não cometermos uma falácia

³⁶ Ver mais em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicao-com-dinheiro-escasso-impulsiona-reforma-politica-no-congresso-c5itk6jx084zquvgfz6u6wylz>

³⁷ Trata-se do projeto *Quem decide concorrer? Um estudo dos candidatos a vereador (e de seus partidos) em Curitiba nas eleições de 2016*.

ecológica³⁸, ou seja, interpretemos como validado algo desagregado das afirmações feitas a um nível agregado. Para efeito de contextualização, as eleições de 2016 representam um todo do “nível agregado de momento”, apesar de termos um corte de pesquisa, que são os partidos que estão no governo, entender como os outros partidos também se comportaram no que se refere aos cargos de nomeação faz com que tenhamos duas formas de controle, a comparação com todos os outros e a distância entre os dois partidos em análise. Nesse eixo, consideraremos as legendas que dão título a essa dissertação como o núcleo de nossa análise de dados secundários.

Esta parte preocupa-se em examinar o grau de patronagem dos partidos políticos e algumas variáveis que se acrescentam ao debate sobre os candidatos a vereador e suas relações com o Estado. Serão também utilizadas algumas variáveis de *background* dos aspirantes para comparações no que tange a sua carreira, as quais serão melhor discutidas no momento da análise dos dados. Uma questão está no centro do debate sobre patronagem partidária: a ocupação de cargos no setor público ou semi-público. Dessa forma, examinaremos o escopo das instituições partidárias relacionando com os outros atributos de controle.

Visto isso, quais seriam as variáveis a serem analisadas em um estudo de patronagem? Que informações nos fazem entender esse processo em meio as diversas configurações partidárias? Uma possível solução seria detalhar as propriedades dos candidatos que se lançaram pelos partidos a frente do governo, PSDB e PDT.

Temos como proposta apresentar alguns atributos que possam responder essa relação entre os candidatos e os partidos.

- a) Coligação: Qual a lógica da coligação em um estudo de patronagem partidária? Devemos nos atentar às coligações, pois partimos de duas premissas. A primeira seria que o partido menor oferece ao seu parceiro o voto e o apoio eleitoral, logo, o partido do executivo tende a incorporar mais atores, ou seja, esse se obriga a distribuir mais incentivos. Porém, o oposto torna-se uma resposta a ser considerada, pois há limites de cargos que o partido a frente do governo pode oferecer aos seus aliados. Nessa última perspectiva, faremos também dois testes, o primeiro para analisar a distribuição de candidatos que estavam coligados ao partido, buscando alguma diferença entre os grupos; e um segundo para tentar entender se os candidatos que ocuparam algum cargo de nomeação no momento em qual o partido pertencia a coligação do executivo, assim,

³⁸ Ver mais exemplos e definição de falácia ecológica: PEARCE, N. *The ecological fallacy strikes back* *Journal of Epidemiology & Community Health* (2000) pp. 326-327.

estavam subordinados ao partido e trocaram de legenda para disputar as eleições por outra agremiação.

- b) Filiação a outro partido: Ainda tentando refletir a troca partidária, que se torna importante para entender a lógica das candidaturas de patronagem, parafraseando Peter Mayer e Peter Kopecky (2006), a lealdade organizacional pode ser um fator realmente importante na relação patronal. No entanto, não se pode ser radical a ponto de considerar apenas a filiação a outro partido uma forma de medir isso. Há limitações claras ao usarmos esse *proxy* em conjunto com demais variáveis, essa se torna uma categoria importante para análise, apesar de não ser suficiente.
- c) Idade: Estudos de patronagem apontam que, em sua maioria, indivíduos da juventude (30 anos - estabelecida aqui por meio da qual o estatuto partidário denomina por jovem), ao ocupar cargos de nomeação, pode soar como uma preparação para a carreira política ou um controle interno por meio desse filtro para quem se estabelece na organização. Caso contrário, se muitos membros considerados mais velhos assumem alguns cargos e se lançam para a candidatura, temos o que Kristinsson comenta (*In KOPECKÝ, MAIR, & SPIROVA, 2016*): a elite política cuida de sua base leal.

Esses parâmetros, ao serem analisados conjuntamente, auxiliam o pesquisador a entender parte desse processo no que condiz com a relação do partido com o Estado. Mesmo sendo uma visualização somente por parte dos candidatos analisados, no próximo capítulo de análise iremos também construir alguns testes de hipóteses estatísticas de acordo com alguns filtros estabelecidos por meio do itinerário do candidato.

Essas variáveis, ao serem analisadas, corroboram para entendermos apenas um lado da moeda - a dos candidatos. Se levarmos em conta somente essa direção, ainda ficaremos à deriva no que diz respeito a distribuição de cargos. Ou seja, a formação do partido e o sentido dos cargos são categorias que devem ser contempladas para reconhecer a relação entre os candidatos e as legendas que estão à frente do Estado. Logo, se faz necessário a entrevista com os líderes partidários. De forma concisa, apresentaremos a seguir a razão desse método fazer parte da pesquisa e a justificativa dos blocos de perguntas do questionário semiestruturado que descreve as dimensões de análise.

2.3.2 A entrevista com os líderes partidários: descobrindo as diferenças

A escolha pela entrevista semiestruturada advém da possibilidade do entrevistador indagar o informante sobre algumas questões e o entrevistado poder fugir do tema. Como descreve Quaresma (2005, p. 10), “Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados”. Outra vantagem desse método é que favorece ao pesquisador tocar em assuntos mais delicados e complexos (*Idem*). Podemos também destacar que as respostas espontâneas podem sugerir novos questionamentos em torno do problema de pesquisa, muitas vezes sendo úteis ao entrevistador para desenvolver detalhes em sua análise e descobrir outros caminhos na relação do fenômeno estudado.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos entrevistados e duraram em média 22 minutos. Essa segunda etapa ocorreu entre abril e setembro de 2017. Como se tratavam em, sua maioria, de líderes que exerciam alguns cargos políticos, houve algumas dificuldades no agendamento, sendo esta a razão da extensão dos meses. Como já descrito no **Quadro 3**, na especificação dos entrevistados e tipo de análise, entrevistamos a cúpula de líderes do PSDB e do PDT.

As questões realizadas para os líderes partidários abrangem duas dimensões que envolvem o partido: a formação, entendido aqui como questões concernentes à seleção de candidatos e como ela forma e incentiva os aspirantes. A escolha por esse quesito intrapartidário se fundamenta em pesquisas recentes sobre a patronagem, visto que abordam a formação do partido associando a patronagem e a dependência com o Estado nesse ponto. Esse tipo de análise ganha destaque principalmente na Europa Central e Oriental (GRZYMALA-BUSSE, 2007; O'DWYER, 2006). Entende-se como formação do partido não apenas o início de sua criação, mas os interesses manifestados em sua estrutura.

A segunda dimensão de pesquisa refere-se aos cargos de nomeação e o papel do líder partidário. Nessa direção, temos a variável de maior importância a ser considerada na patronagem partidária. São os líderes partidários – como discutido no primeiro capítulo – que fazem a intermediação entre sua base e os cargos de nomeação disponíveis no Estado. Devemos salientar ainda que, para a formulação das perguntas, foi considerada uma larga revisão de literatura (CANNEL & KAHN, 1974; ANDRÉ, 1983; CAMPOS, 1984; ALVES E SILVA, 1992;).

Com o intuito de evitar vieses nas questões, algumas estratégias foram usadas no momento das entrevistas com base na bibliografia sobre o método: questões neutras, para iniciar a conversa; algumas perguntas com a mesma finalidade, mesmo parecendo redundante, com a intenção de captar o objetivo da mesma, auxiliando o pesquisador a deter o máximo de informações possíveis, evitando direcionamentos; e iniciando com questões indiretas para conhecer o processo que antecede ao fenômeno estudado. Assim, como o questionário de perguntas, os áudios também podem ser vistos/ouvidos no link do anexo dessa dissertação.

Prosseguindo agora para dentro do partido político, temos como fio condutor a especificação dos blocos de questões que foram realizadas com os entrevistados e os objetivos a serem perseguidos em cada parte da entrevista:

- a) **Sobre sua vida política.** Somam-se dois objetivos nesse primeiro bloco, identificar o líder partidário como parte da estrutura organizativa e levantar informações sobre o grau de conhecimento que envolvem a formação partidária. Segundo Nicolle Bolleyer (2006, p.03), a liderança partidária é aquela que coordena uma triagem para os potenciais candidatos avançarem em sua carreira política. Logo, perceber se o líder do partido tem a percepção dos acontecimentos internos da legenda, se torna um passo imprescindível para a continuidade da pesquisa.
- b) **O papel de líder no processo de seleção.** Nesse bloco, foram realizadas perguntas que estavam relacionadas a forma como o partido estimula os candidatos a concorrerem. Tendo sempre como plano de fundo a formação do partido no que interessa as estratégias para que os aspirantes a política tenham sucesso em chegar a disputar uma eleição, toma-se aqui como objetivo entender se a patronagem passa diretamente pelo Estado ou se é apenas uma consequência de outros fatores. Esse bloco foi criado para explorar o papel do líder na participação dessa distribuição de incentivos (cargos). O líder não só controla esse processo interno do partido, mas tenta conciliar os objetivos eleitoreiros e os desafios programáticos da organização (KOPECKY et al, 2016; BOLLEYER, 2006; 2009). Nesse quadro, cabe então procurar como esse processo de seleção é realizado e se há alguns outros fatores levados em conta pelas lideranças.
- c) **Inserção de novos membros passa pelo Estado?** O último bloco, talvez o mais delicado, refere-se exatamente ao conhecimento dos líderes em relação à patronagem partidária. Busca-se compreender se o líder tem ou não conhecimento desse mecanismo e como funciona a relação do partido ao pleitear cargos com o governo. Nota-se também, que algumas questões foram criadas para verificar a medida que os líderes partidários possuem

autonomia para tal condição e se eles delineiam o desenvolvimento dos novos quadros partidários recém chegados, pensando assim na arquitetura da patronagem em relação aos novos membros, esboçada da seguinte forma por Bolleyer (2006) “[...]os membros envelhecem devido aos consideráveis problemas de recrutamento entre os jovens cidadãos, por outro lado, os membros que permanecem no partido tornam-se menos ativos” (p. 2)³⁹. Ainda nesse bloco, consideramos também a opinião e como tal mecanismo funciona adentro ao partido. Ou seja, nas palavras de Kopecký, Mair e Spirova (2012), a patronagem “Pode, por exemplo, servir como um recurso organizacional dentro do partido nas mãos da liderança, que é usado para recompensar (ou punir) funcionários eleitos ou para promover a coesão intrapartidária e a lealdade organizacional de "incentivos seletivos” (p. 10)⁴⁰.

Uma última observação sobre as entrevistas é que, mesmo tendo algumas limitações, as perguntas seguiram um contexto de abordagem indireta sobre o assunto.

2.4 OBJETO DE PESQUISA: O PDT E PSDB

Cada Estado apresenta uma lógica e certos interesses das elites políticas locais próprias. Isso faz com que nos debruçemos sobre as esferas organizacionais de que trata nossa proposta, neste caso, os partidos em análise. Para selecionar as organizações políticas para esta pesquisa, deparamo-nos com dois fatos cuja importância compreende a viabilidade do estudo e a estratégia metodológica. Em análises mais elaboradas, poderíamos abranger todos os partidos que estão alocados na cidade de Curitiba, Paraná, podendo então dizer, em um nível mais acessível, quais desses têm mais forças para inserir sua base de apoio em cargos de nomeação. Todavia, seria um esforço dispensável, já que pela lógica eleitoral de representação executiva, quanto mais próximo do governo, mais força de nomeação se encontra para que os líderes da agremiação possam fazer uso dos recursos do Estado, mais especificamente, cargos públicos.

Essa maneira possibilita, sobretudo se considerarmos que os partidos que estão no comando do executivo detêm superioridade daqueles que não estão, apontar os dois partidos com forças de nomeação: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

³⁹ “[...]members age due to the considerable recruitment problems among young citizens, on the other, the members remaining in the party become less active”.

⁴⁰ “It can, for example, serve as an intra-party organizational resource in the hands of the leadership, which is used to reward (or punish) elected officials or to promote intra-party cohesion and organizational loyalty of ‘selective incentives’”.

O segundo fator que exerceu a opção pelos dois partidos nesse presente trabalho foi a acessibilidade. As organizações do Estado, além de terem importância no quadro político paranaense, têm estruturas físicas localizadas na capital do Paraná. Em outras palavras, explorar com maior peso, embora não exclusivo, a relação entre as lideranças e suas bases, a fim de buscar respostas ao nosso problema de pesquisa, na medida do possível, ajuda na identificação da relação da patronagem partidária. Dentro desse aspecto, a escolha por ambos os partidos seguiu um critério pragmático de levantamento de informações sobre as organizações. Partindo de um breve histórico, podemos entender que as agremiações possuem grande força também a nível local.

Sobre a narrativa das agremiações, diferente do que ocorreu em âmbito nacional, da qual o PSDB teve seu auge de crescimento logo após sua fundação em junho de 1988, elegendo na década seguinte 7 governadores, 16 senadores e teve um presidente eleito por dois mandatos seguidos, no Paraná, o partido teve pouca expansão nesse período. Em termos eleitorais, o PSDB não teve tanto sucesso na cidade de Curitiba nos anos 90, porém, inicia sua trajetória na capital do estado elegendo o candidato Carlos Alberto Richa à prefeitura, em 2004. Richa cumpre integralmente seu primeiro mandato e consegue ser reeleito a prefeito nas eleições de 2009. Todavia, o prefeito do PSDB anuncia sua renúncia pouco antes da metade do seu segundo mandato para se lançar ao governo do Paraná em 2010, e consegue ser eleito. Nas eleições de 2014, Carlos Alberto Richa tenta seu segundo mandato e alcança em primeiro turno sua reeleição. Uma observação importante a ser mencionada é que PSDB é o partido que mais ocupa prefeituras no Paraná atualmente. Em sua estrutura, ressalta-se ainda que o partido tem um prédio próprio e ainda o Instituto Teotônio Vilela, uma das filiais de sua fundação está alocada em Curitiba.

A ampliação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) é um pouco diferente do PSDB. Seu recente histórico em eleições faz de Curitiba uma cidade identificada com a agremiação. Na capital paranaense, desde o período da redemocratização, o partido conseguiu eleger três prefeitos. Nas primeiras eleições municipais pós-constituição de 1988, o arquiteto Jaime Lerner é eleito para a prefeitura da cidade por um mandato e ainda consegue alçar o candidato Rafael Greca, do mesmo partido, para que comande a prefeitura da capital, já que na época não existia reeleição. Com o passar do tempo, no entanto, houve uma perda de força do partido nas quatro eleições seguintes, apresentando pouco sucesso. O PDT consegue voltar ao cenário Curitibaense com o então candidato Gustavo Fruet, ganhando as eleições em 2011.

Em termos substantivos, cabe também apontar que a vida interna dos partidos políticos não está afastada de suas atribuições eleitoreiras (MAINWARING & TORCAL, 2005). Prontamente como forma de apresentar as demandas da sociedade através de seus candidatos, os partidos possuem uma base que ao menos podemos tomar como institucionalizada do ponto de vista de sua competição (LEVITISKI, 2009), apesar de ser uma única dimensão. Ocorre então que olhar para o partido apenas com um viés limitado pelas características burocráticas, tipologias, quantidade de representantes ou filiados “põe em cheque” o seu crescimento político, nesse caso, no município de Curitiba.

O que podemos utilizar como justificativa para a escolha dos partidos considerados no estudo são dois elementos: o período da seleção de candidatos, como já mencionado no tópico anterior, e os partidos que são orientados pelos seus líderes pelo anseio de garantir sua continuidade no poder e estabelecerem uma pressão para que ‘sua gente’ se promova na burocracia disponibilizada (LOBO, 2000) e, portanto, acarretando em uma patronagem para o fortalecimento organizacional.

Do ponto de vista estratégico de pesquisa, as informações que buscam agregar-se a esta pesquisa levaram-nos a entender o período em que essas agremiações estavam no poder. De um lado o PSDB, no governo do estado, que apesar de parecer do ponto de vista burocrático distantes internamente o órgão estadual e o órgão municipal, os próprios líderes do partido municipal confirmam uma ligação plena, da qual não há essa distinção. O PDT, por sua vez, apresenta raízes substancialmente locais com grande impacto nas eleições municipais.

2.5 DA METODOLOGIA À ANÁLISE

Em resumo, como analisar os dados sobre patronagem partidária? Esse capítulo nos traz um conjunto de informações que, se olhadas separadamente, podem gerar dificuldade de compreensão sobre nosso problema de pesquisa. No entanto, a partir do momento que apresentamos seus fundamentos teóricos-metodológicos, ou seja, entendido aqui de forma pragmática como outras pesquisas sobre o tema das quais foram executadas, conseguimos elucidar melhor o caminho a ser percorrido no alcance de nossos objetivos e tentar evitar análises incompletas a partir das ferramentas utilizadas. A seleção de candidatos surge mais como um contexto do que uma abordagem teórica, pois a tratamos nessa parte como um período em que a patronagem “aflora” no interior do partido. Por meio de uma visão geral da metodologia, buscamos explicar o passo-a-passo para se chegar nos resultados.

O delineamento da pesquisa, formado pelos tópicos da justificativa, origem da hipótese, o questionário e a entrevista foram esboçados não apenas para ter uma transparência científica, mas também detalhar cada escolha metodológica para o recolhimento das informações.

Deixamos a descrição e contextualização do objeto de pesquisa dos partidos por último, com a intenção de criar um cenário para que o leitor compreenda a aplicabilidade metodológica a ser analisada.

Por fim, cabe apontar que a análise será exposta no próximo capítulo. Temos então as duas metodologias que serão ponderadas separadamente. Primeiramente, as variáveis que remetem aos candidatos, e em segundo lugar, as entrevistas feitas com as lideranças. Especificando a forma de análise de cada conjunto de dados e os testes de associação realizados, haverá também um último tópico para uma discussão dos resultados agregados.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo iremos apresentar e discutir os resultados encontrados por meio de algumas estatísticas simples, que são utilizadas para descrever os dados da nossa população. Ao mesmo tempo, não deixaremos de mencionar, por vezes, a bibliografia sobre Patronagem Partidária – discutida no capítulo 1 – e a metodologia, que servem como uma bússola ao nortear o caminho para que possamos apresentar como os dados foram analisados. Cabe então expor as seguintes subdivisões que exploram o objeto de pesquisa. O primeiro passo seria testar nossa hipótese principal sobre os candidatos dos partidos que disputaram as eleições *versus* a quantidade de cargos em que eles ocuparam no Estado. Em um segundo momento, iremos trabalhar estritamente com alguns testes de associação e hipótese, o que nos faculta a entender outras características a serem detalhadas sobre a patronagem. Por fim, no último tópico, abordaremos as entrevistas realizadas com os líderes dos partidos em análise. Em todas as partes, iremos descrever de uma melhor forma como os testes foram coletados, moldados e analisados.

3. PATRONAGEM PARTIDÁRIA NAS ELEIÇÕES 2016

O entendimento geral sobre patronagem partidária, como já debatido no capítulo 1 dessa dissertação, refere-se a uma troca entre o partido e sua base para apoio eleitoral ou alguma outra vantagem de interesse do partido. Podemos supor que nessa relação entre o partido (líder), de um lado, e um apoiador potencial de outro, as partes utilizem de seus recursos que tem acesso para consolidar seus benefícios, sejam estes apoios de propostas, estratégias eleitorais etc. Devemos saber que há uma gama de ações ou produtos que podem estreitar essa relação; todavia, a patronagem da qual falamos representa aqui uma “política de ligação” (KOPECKY & MAIR, 2015) que diz respeito a um mecanismo pelo qual os partidos buscam suporte eleitoral com uma distribuição de interesse seletivo por meio das instituições públicas, nesse caso específico, falamos estritamente dos cargos de nomeação.

Partindo desse entendimento, o que nos interessa aqui é identificar se houve essa troca entre o partido e os candidatos no momento da seleção de candidatos. A intenção é saber se a organização partidária busca atingir seu objetivo principal e consegue permanecer ou chegar ao governo mediante essa troca.

Começamos a explorar e discutir os dados recolhidos por meio do questionário aplicado aos candidatos a vereadores em 2016 da cidade de Curitiba⁴¹. As perguntas, como estabelecidas no questionário⁴², cumprem o papel de entender, de modo geral, se antes das eleições o candidato havia ocupado algum cargo de confiança ou semelhante. Basicamente, essas informações retiradas via *survey* são capazes de testar parcialmente nossa principal hipótese teórica, a de que os partidos que estão no governo, tendo mais acesso a recursos e entrada nas instituições públicas, como exemplificado na literatura (LISI; JALALI, 2015), poderiam fazer uso desses recursos para com as eleições.

No gráfico abaixo, os dados apresentados correspondem à proporção de cada partido, devido a quantidade total de candidatos lançados em relação à quantidade de candidatos que ocuparam algum cargo de nomeação antes das eleições. Cabe informar que os gráficos foram desenvolvidos em barras de frequência e porcentagens, justificando a facilidade para comparação entre todos os partidos, já que existe uma diferença entre a quantidade que cada agremiação lançou de candidatos⁴³.

Podemos ver que quase não há diferença entre os partidos dos candidatos que ocuparam cargos [Gráfico 1]. É possível perceber até uma igualdade entre todos os partidos, já que em comparação percentual nota-se pouca distância, principalmente o PDT e o PSDB, partidos que estavam no governo à época. Em termos absolutos, no que diz respeito a medida de dispersão, o desvio padrão se mostrou abaixo da média, ou seja, os números têm uma baixa variabilidade, sendo a média de candidatos que ocuparam cargo em setores públicos 4,28 e o respectivo desvio padrão de 2,97. Apenas um partido foge um pouco do padrão, o PPS, que apresenta o número máximo de 12 candidatos que haviam declarado ter passado por algum cargo público de nomeação. O número mínimo ficou por conta das seguintes agremiações, PT, PHS, PP e PC do B, com apenas um candidato nessa condição.

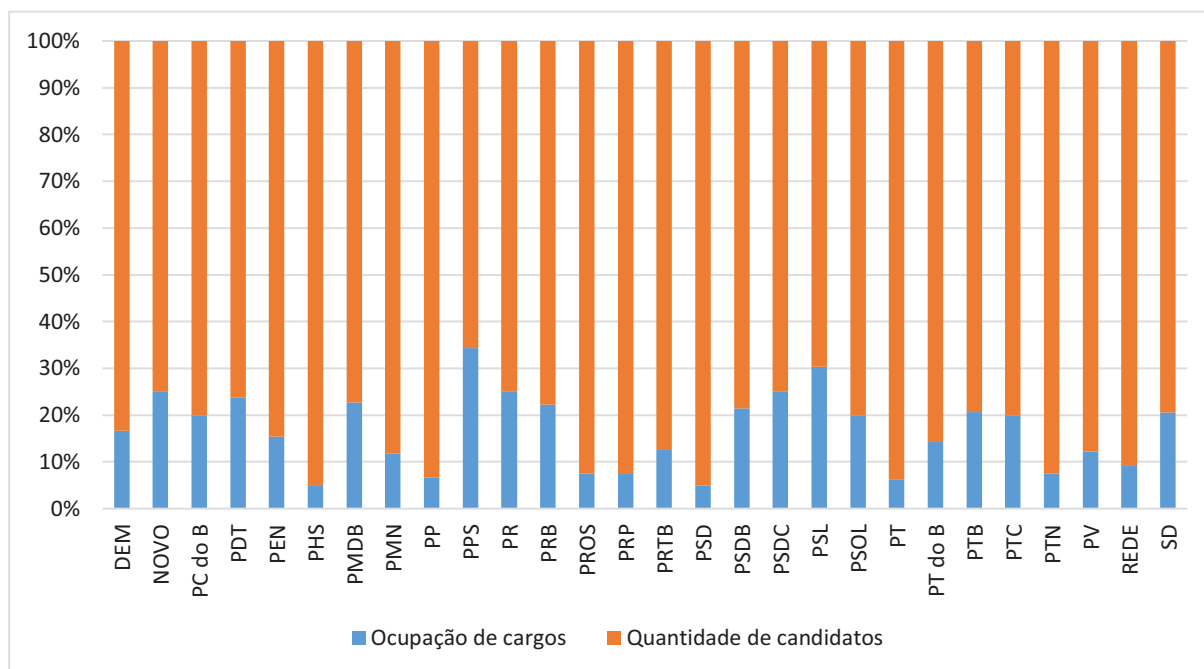
Nesse primeiro momento, não há desnivelamento entre os partidos e, como explicado no capítulo anterior, os dados agregados servem para termos uma visão geral entre as agremiações, que também não estavam no governo, para não tomarmos as informações apenas de origem dos partidos do governo como singulares em comparação com as outras. Em termos percentuais, o partido que extrapola o desvio padrão em duas vezes é o PPS (34,28%).

⁴¹ Apesar de serem lançados 1114 candidatos, o *survey* foi aplicado em 781 candidatos, todavia, cumprindo a *quota* amostral de cada partido (ao menos 75% dos candidatos).

⁴² Anexo A

⁴³ A reforma eleitoral implantada em 2015, alterando a lei n. 9.504/1997, permite aos partidos lançarem o limite de 1,5 vezes candidatos de acordo com a magnitude de seu distrito independente de coligação. No caso de Curitiba, esse número era de 70 candidatos por partido.

Gráfico 1 – Aspecto geral da patronagem partidária em todos os partidos nas eleições

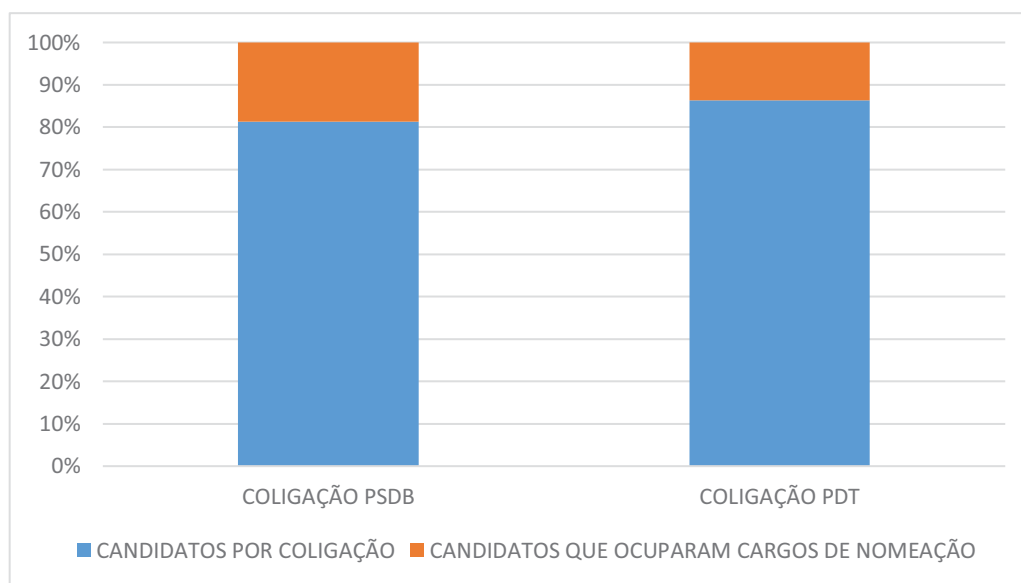


FONTE: Autor.

Antes da análise, fazemos uma segunda tentativa de teste nos dados. No gráfico a seguir iremos agregar os partidos conforme a coligação formada para a disputa das eleições, para o PDT em 2012 e para o PSDB em 2014. Como se trata de uma pesquisa também exploratória, partiremos do princípio da distribuição de incentivo – cargos – a partir da cúpula em que os partidos estavam agregados, ou seja, da base de apoio para as eleições. A princípio, pode parecer um pouco radical, já que oposições a esse contexto de coligação nem sempre tem sua continuidade na relação entre o executivo e o legislativo. No entanto, como já apontado na metodologia, a questão da realização das coligações diz respeito a um consenso na literatura sobre ampliar as chances eleitorais, ou seja, trata-se de uma decisão estratégica que se toma pelos seus benefícios (NICOLAU, 1994; FIGUEIREDO, 1994). Partilhando também dos estudos de Novaes (1994), as coligações reforçam as chances partidárias de sucesso para resultar em cargos eletivos, ou seja, uma patronagem como recurso eleitoral (KOPECKY; MAIR, 2015; BOLLEYER, 2009). Dessa maneira, partiremos de um cálculo somente entre os partidos alinhados em suas respectivas coligações para as disputas pelo governo⁴⁴.

⁴⁴ Coligação PSDB: DEM/PSB/PP/PPS/PRP/PTN/PMN/PHS/PTC/PSDC/PSL/PRB. Coligação PDT: PT e PV.

Gráfico 2 – Patronagem nas coligações partidárias do PSDB e do PDT em comparação



FONTE: Autor.

As barras apresentam a mesma configuração em comparação às duas coligações. Não há muita diferença na distribuição de cargos, o que mostra que não houve uma distinção entre os blocos partidários. Apesar da diferença de candidatos serem significativa, pois o PSDB estava coligado com 12 partidos, e o PDT com apenas 2, podemos considerar via percentual uma diferença não significativa. Temo então indícios que nossa principal hipótese sobre Patronagem nas eleições de vereadores foi negada, pois ao visualizarmos somente os partidos coligados, não foi possível encontrarmos um padrão para a institucionalização da patronagem pelos partidos/coligações que estavam à frente dos respectivos governos, já que os resultados se assemelham as distribuições encontradas em outros partidos como apresenta o gráfico anterior [Gráfico 1]. A porcentagem favorece essa comparação por mostrar uma relação direta proporcional, pois ao não utilizar números absolutos, temos a mesma relação com os dois grupos partidários.

Vejamos agora um último teste de associação. Com intuito de avaliar se a ocupação de cargos de nomeação pelos partidos que não estavam coligados com as agremiações a frente do governo favoreceu os candidatos que possuem como atributo em seu percurso político a ocupação em um cargo de nomeação.

Nesse caso, partiremos da hipótese lançada por David Samuels (1997), de que as regras eleitorais podem estimular o individualismo; assim, alguns candidatos que podem ter sido ligados ao governo, procurarão ingressar em outros partidos que permitam que se enfatize menos a legenda, e nas palavras de Samuels, “ligados ao sistema de patronagem” (*Idem*, p.18).

Acrescenta-se também a fragmentação partidária (LIMONGI; VASSELAI, 2016)⁴⁵ e as campanhas personalistas para vereador.

O gráfico de barras verifica os candidatos que passaram pelos partidos das coligações, porém, mudaram de partidos para a disputa do pleito, analisando assim o sistema de patronagem como um todo, conectando-se ao fator da troca de legenda para disputa eleitoral.

Cabe avisar que dois recortes foram realizados para obtenção dos referentes resultados apresentados abaixo [**Gráfico 3**]. Primeiro, além de considerar para diagnóstico apenas os partidos que não faziam parte de nenhuma das coligações nas eleições respectivas – PSDB eleições para governador 2009, e PDT, nas eleições para prefeitura 2011 – também analisaremos somente os candidatos que estiveram alocados em um cargo de nomeação. Referimo-nos diretamente aos candidatos que possuem o atributo de nomeação política, porém, mudaram de legenda para concorrer às eleições por outra legenda em 2016.

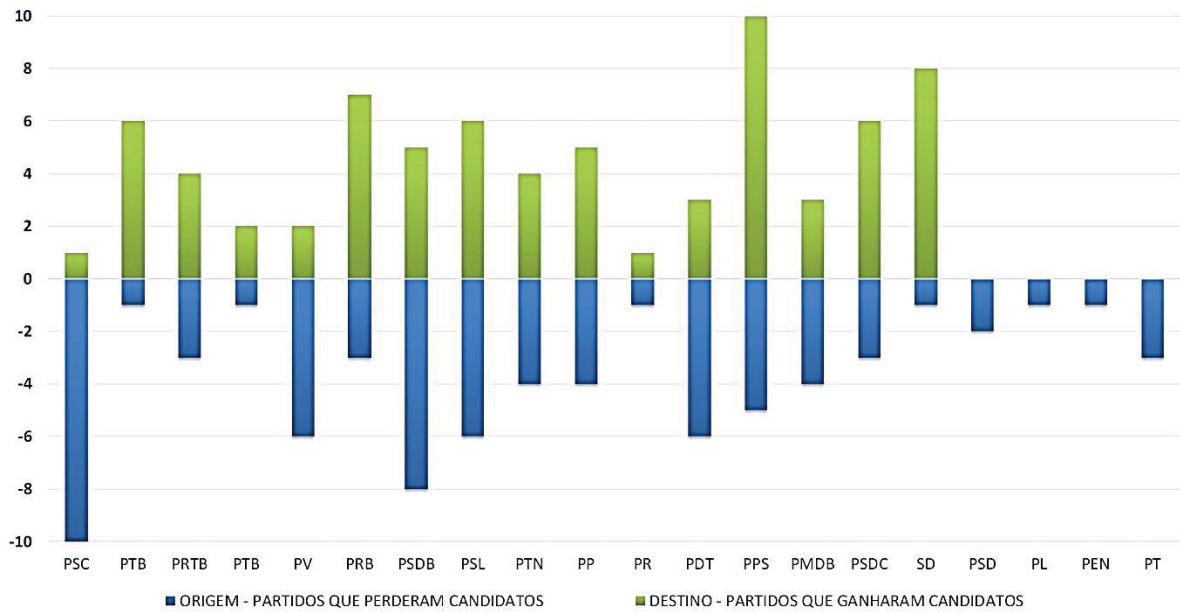
O segundo recorte, como já referenciado nos anos do pleito, diz respeito à época em que os candidatos pertenciam a alguma agremiação. Deixaremos de fora os candidatos com passagem por alguma legenda da coligação anterior à época das eleições. Como se trata de um teste de entrada e saída de candidatos, inserimos um recorte temporal, com a justificativa de que os candidatos funcionam como apoio eleitoral, qualificando-os como uma ligação de patronagem para a disputa política dentro da coligação. Assim, apenas os candidatos dos partidos coligados ao PSDB e ao PDT, um ano antes das respectivas eleições, serão considerados na análise. Podemos resumir o nosso teste da seguinte forma: lançamos um teste com todos os candidatos que poderiam estar ligado por cargo de indicação política e tinham uma relação com os partidos que estavam no poder (ORIGEM), e verificamos se eles trocam de partido pouco antes (um ano) das eleições para concorrer ao cargo político (DESTINO).

O resultado apresenta claramente um valor significativo de associação. De todos que passaram do lado Origem (partidos da coligação na eleição 2009 e 2011), para outro partido fora da coligação (DESTINO), são a imensa maioria que optaram por disputar em outra legenda as eleições para o pleito de 2016 [64%]⁴⁶, como podemos ver o total no **Gráfico 4**.

⁴⁵ De acordo com os autores, as coligações podem ter um efeito direto para a fragmentação nas eleições proporcionais, tal como vereadores. A estratégia adotada por ser uma resultante de que os partidos com menor expressão utilizariam das coligações para driblar a cláusula de barreira, podem afetar a decisão de alguns candidatos optarem por partidos menores, que permitam ao candidato optar por outro partido facilmente. Uma observação importante a ser referenciada é que os dados apresentados pelos autores não foram satisfatórios para comprovar tal relação.

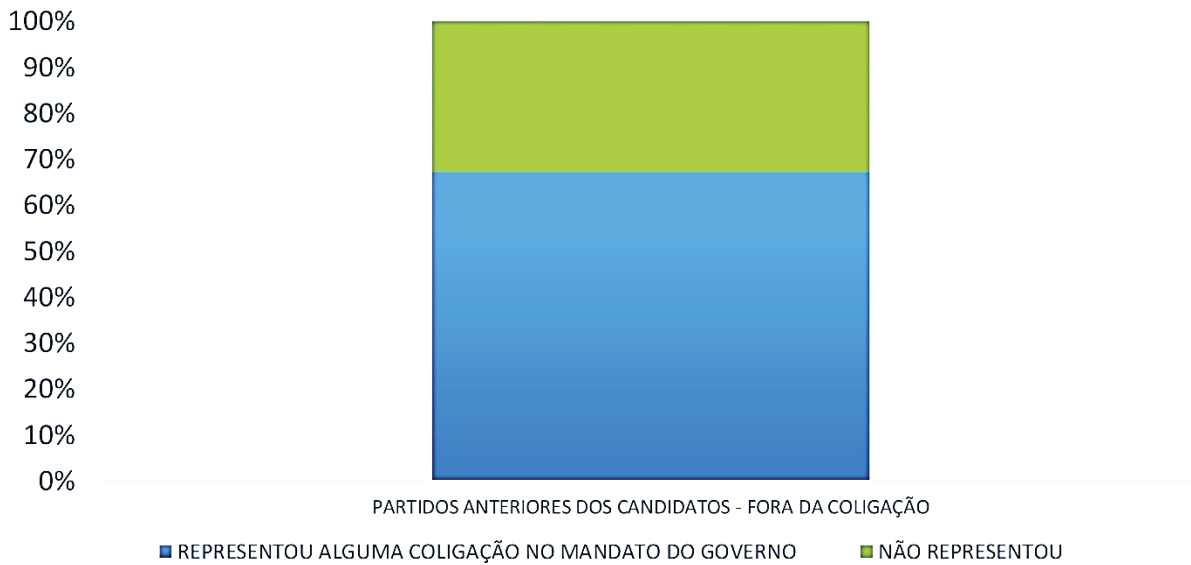
⁴⁶ 73 candidatos representavam o N do cálculo, considerando apenas os que haviam o atributo de ter ocupado algum cargo no setor público um ano antes das eleições da coligação de ambos os partidos.

Gráfico 3 – Movimentação dos candidatos que pertenceram a coligação



Fonte: Autor.

Gráfico 4 – Total de candidatos que pertenceram a coligação



Fonte: Autor.

Esse tipo de gráfico⁴⁷ é utilizado para conhecermos as relações antes e depois quando aplicado em um grande número de atores/corpos. No nosso caso, o resultado representado pelas barras de porcentagens, exhibe que houve uma relação de troca de partidos para todos aqueles que estavam em alguma legenda.

⁴⁷ Gráfico produzido pelo software SPSS ®.

É importante destacar uma parcela importante de candidatos que trocaram de legenda para concorrer a vereança por outros partidos (64%), levando em consideração o alto índice de mudança partidária com sua trajetória em cargos de nomeação. Podemos assumir que essa alta porcentagem, pertenciam a um partido ligado ao governo e também tinham passado por algum cargo de nomeação, porém, trocou de partido pouco antes da disputa eleitoral. Ainda com esse tipo de teste, foi possível identificar que partidos de grande expressão, como o PSC e o PSDB por exemplo, perdem muitos filiados que atuam em cargos de indicação para disputar o pleito em outros partidos, no caso, 10 e 8 indivíduos de sua base respectivamente.

Nesse primeiro momento, nossos dados indicaram que não há padrões quando se refere a um patronagem distribuída entre os partidos. Todavia, o contraste mostrado nas mudanças de partidos pelos candidatos sugere um interesse de que, além de haver transições de um partido para outro, algo já diagnosticado na literatura de candidatura de vereadores, essa trajetória dos candidatos pode implicar em alguns critérios para se lançar ao pleito, que fazem parte da dimensão da patronagem partidária.

Trazendo o arcabouço teórico para explicitar os dados, fica claro que há ainda outra perspectiva do ambiente de patronagem, além do que o apresentado na teoria em outros estudos. Nesse caso, os recursos não foram tão utilizados para promover como fim uma coesão partidária, conforme diagnosticado por Kopecky e Mair⁴⁸, “Se os partidos tiverem acesso a esses recursos, é razoável esperar que eles, pelo menos em parte, distribuam a fim de promover a coesão intrapartidária e a desigualdade organizacional” (2006, p. 7). Ou seja, não houve a diferença significativa entre as agremiações para uso do Estado em troca de coesão e força do partido em nível municipal e estadual. Todavia, isso pode sugerir que houve um fortalecimento das relações que se referem ao uso do indivíduo das estruturas partidárias, como descrito por Jalali e Lisi (2009), nas quais os candidatos encontraram esses incentivos – cargos no setor público – uma troca informal para o fortalecimento do partido como um instrumento político, e “Isso fortaleceu a personalização das organizações partidárias, favorecendo o relacionamento informal e o uso de estruturas partidárias para um uso instrumental”⁴⁹ (p.458), como visto no **Gráfico 3**.

Sem dúvida, a coligação pode ser uma abertura para que a natureza da patronagem motive os partidos a ir além de ampliar suas chances eleitorais (FIGUEIREDO, 1994). Esse

⁴⁸ *If parties have access to these resources, it is reasonable to expect they will at least partly distribute in order to promote intra-party cohesion and organizational loyalty.*

⁴⁹ *This has strengthened the personalization of party organisations, favouring informal relationship and the use of party structures for an instrumental use.*

mecanismo na política brasileira pode ser usado pelos candidatos para fazer um novo cálculo eleitoral e se lançar por outras legendas, ou ainda, funcionar como um ambiente de iniciação política, como sublinham alguns autores (BOLLEYER, 2006). Mas essa seria apenas uma possível resposta, já que tal achado deveria receber mais atenção ao ser pesquisado, e não coube a esse estudo investiga-lo. Sugere-se aqui como uma possível resposta para o resultado desse último gráfico [3], e como futura proposta de estudo, a partir de uma pequena evidência, que os candidatos, ao trocarem de partido, estando alocados em alguns cargos públicos, além de se afastarem da vontade do partido e do eleitor (MARENCO, 2006), podem estar utilizando a estrutura partidária para calcular suas chances de candidatura em outras legendas.

Esse primeiro panorama apresentado mostra que a natureza e o impacto da patronagem pode se desenvolver de diversas formas. Nesse caso específico, o trabalho empírico que estão atrelados a uma patronagem local destaca uma diferença crítica para o que ocorre - ao menos nos estudos listados - em investigações de circunscrições nacionais. Aqui a distribuição de cargos pelos partidos é menos utilizada e não há laços existentes na maioria dos candidatos a vereadores com o partido, visto pela migração partidária mesmo em uma colocação no setor público.

Devemos ser cautelosos quanto à exploração dos dados primários. Tanto as limitações do ponto de vista técnico, quanto a capacidade de obter afirmações contundentes dessa análise, devem também ser analisadas de outras formas para não se restringir unicamente às relações entre os indivíduos e suas nomeações. Primeiro, porque as alianças políticas são inúmeras, assim, *outliers* existem; porém, avaliar o percurso desses indivíduos faz-se necessário para aumentar nosso foco perante a explanação desses primeiro números.

No próximo tópico, focaremos estritamente em outras associações, como estar ligado a outro partido político, tempo de filiação e idade. Analisaremos então alguns padrões da trajetória política da nossa população para validar o fenômeno da patronagem na perspectiva dos partidos que estavam a frente do governo.

3.1 A PATRONAGEM NO PSDB E NO PDT: O PERCURSO DOS CANDIDATOS

No tópico anterior, testamos por meio de um panorama geral como a patronagem incide nos candidatos a vereança nos partidos que disputaram as eleições municipais em 2016. Apesar de refutarmos parcialmente a hipótese principal, partindo da premissa que os partidos em análise iriam se beneficiar dos cargos de nomeação, e denotaríamos isso em uma simples

comparação com as legendas que estivessem fora da coligação de ambas organizações no executivo, vamos agora nos deter um pouco mais sobre os candidatos do PDT e do PSDB. Para descrever algumas percepções sobre os selecionados para o pleito que tiveram ou têm em sua trajetória algum cargo de nomeação, lançaremos mão de algumas estimativas e testes de hipótese, a partir dos quais iremos examinar alguns parâmetros que constituem o *roll* dos estudos de patronagem partidária (KOPECKY, *et al*, 2016).

O objetivo agora é comparar as candidaturas que ocuparam algum cargo de outros que não tiveram nenhuma ocupação e lançaram-se ao pleito pelo PSDB ou PDT. Conforme já apresentado na metodologia, *o survey* serviu como instrumento para coletar alguns dados pessoais que operacionalizavam questões sobre o partido político, candidatura e identificação social dos respondentes. Através desse levantamento, teremos mais sinais de que a patronagem partidária contribui na candidatura do filiado ao partido, ou ao menos, se o partido adota alguma estratégia para nomeação de cargos.

Como também já mencionado na metodologia e nos resultados, ao todo – PSDB e PDT – 15 candidaturas aparecem com ocupação em setor público no seu percurso político. Outras 51 candidaturas faziam parte dos selecionados que disputariam o pleito sem constar esse quesito.

A primeira tabela apresentada corresponde à diferença do tempo de filiação entre esses dois grupos separados pelo atributo do que consideramos patronagem. Optou-se por agrupar via essa característica, ao invés de optarmos pelo partido, pois nosso objetivo seria encontrar um padrão de diferença daqueles que tiveram algum cargo de nomeação e os outros que não.

Logo abaixo, fizemos um teste *t* para duas amostras independentes, partindo da hipótese nula de variâncias divergentes. Esse tipo de teste nos auxilia a compreender se as duas médias das amostras diferem de forma significativa, já que o teste descritivo gera resultados em torno da média. Em outras palavras, esse teste torna o resultado mais preciso para comparar se há diferenças entre as duas amostras, os candidatos que tem em seu “currículo” um cargo de no Estado e os outros que não. Seria como se colocássemos uma régua para comparar ambos os grupos. Como podemos perceber, a tabela apresenta uma diferença significativa entre aqueles que ocuparam um cargo de nomeação quanto ao tempo de filiação, e aqueles que não ocuparam. A média para o primeiro grupo concentra-se em 2008, ou seja, com oito anos de filiação, com passagem em algum cargo de indicação no setor público, diferente daqueles que não tiveram esse percurso na política, com filiação mais recente, em torno de 2013, como mostra os dados.

Portanto, há um certo tempo de filiação necessário para assumir algum cargo. Embora não seja possível generalizar os resultados, como exemplo, definirmos simplesmente como uma forma de lealdade para com a legenda, vemos que o perfil do candidato que passou por algum cargo tem relação com o tempo de filiação dentro do partido, assim, pode estar associado a um engajamento na organização.

Tabela 1 - Tempo de filiação ao partido com cargo de nomeação

Teste-t: duas amostras presumindo variâncias diferentes ⁵⁰		
	Candidatos com cargo de nomeação	Candidatos que não tiveram cargo de nomeação
Média	2008,9*	2013,2*
Variância	50,06667	33,96314
Observações	15	51

**Graus de Liberdade 20; Stat t -2,16958; P(T<=t) uni-caudal 0,021131; T crítico uni-caudal 1,724718; P(T<=t) bi-caudal 0,042262; T crítico bi-caudal 2,085963; Kolmogorov-Smirnova Sig 0,34 | Mann-Whitney U test Sig 0,11*

Fonte: Autor.

Nesses primeiros dados apresentados, vemos que há uma diferença nas trajetórias políticas entre o grupo que ocupou um cargo e se lançou à disputa e aqueles que se lançassem esse *status*.

Vejam agora a variância quanto à idade dos candidatos. Esse teste possibilita entender se há diferença significativa entre aqueles que ocuparam algum cargo de nomeação e os outros candidatos. A premissa desse teste revela que se os que já foram nomeados em algum cargo público diferem-se em questões da idade, lançando a suposição de que sendo mais velho, podendo até partirmos de indícios de necessidade de experiência política, ou mais novo, com engajamento maior na formação dos quadros de candidatura.

Em nosso caso, tivemos que optar pelo teste de Mann-Whitney⁵¹ não ajustado para empates, pois as amostras retiradas revelaram-se comprometidas em relação a sua normalidade no que compete à idade de comparação dos grupos. Esse teste é uma alternativa ao teste *t*, pois também parte de amostras independentes para comparação em torno de nossa variável, no caso,

⁵⁰ Optamos por usar o teste *t* apenas para garantir a evidência do resultado, apesar de existir um debate em torno do teste de normalidade para teste *t*, assumimos que os valores em torno da média ficaram distantes em comparação ao N utilizado para o cálculo quando temos ambos os parâmetros de normalidade.

⁵¹ Como os testes paramétricos exigem que a distribuição dos dados seja normal e ocorra homogeneidade, optamos por apresentar apenas a variância. Porém, em ambos os casos, os dados se mostraram próximos, sem muita divergência apesar da significância.

a idade dos candidatos. Para estabelecermos parâmetros do que se buscava, o objetivo desse teste é apresentar uma das duas respostas possíveis em torno da comparação dos dois grupos. A primeira é de que as médias de idade seriam iguais, e a hipótese alternativa, diferentes. Ainda nesse tipo de medição, acrescentamos os valores em torno da média como forma de garantir a diferença; porém, cabe avisar que não houve significância nos resultados encontrados, como vemos no Valor-p (0,351*), assim, não conseguimos rejeitar a igualdade da idade no que se refere a hipótese nula.

Essa condição apresentada pode ser traduzida em torno da mediana, ou seja, a diferença de idade a qual buscamos entre os dois grupos, fazendo uso em duas amostras independentes. Como podemos observar na tabela abaixo, houve pouca diferenciação no que concerne à idade entre os grupos, ou seja, a variável idade não se torna um atributo de peso para explicar se a candidatura estava associada a ter um cargo de nomeação. Em outras palavras, ao vermos os valores em torno da mediana, 52 e 47 respectivamente para com cargos e sem cargos, denota-se que a idade não é um indicativo para analisarmos os nossos dados entendendo a trajetória de nomeação política.

Tabela 2 – Idade com cargo de nomeação e sem cargo

Teste de Mann-Whitney				
	Amostra	N	Idade Mediana	Idade Média
η_1 : mediana de com cargo				
η_1 : mediana de sem cargo	com cargo	15	52*	49,73*
Diferença: $\eta_1 - \eta_2$	sem cargo	51	47*	46,54*
<i>Hipótese nula $H_0: \eta_1 - \eta_2 = 0$. Método Valor W Valor-p.</i>				
<i>Hipótese alternativa $H_1: \eta_1 - \eta_2 \neq 0$. Não ajustado para empates 564 0,351* 0,201*</i>				

Fonte: Autor.

Por fim, fizemos um último teste de associação para testar a relação entre ter um cargo de nomeação e estar alocado em um único partido. O objetivo era avaliar se a lealdade partidária⁵², considerada nesse trabalho o fato de o indivíduo não ter trocado de partido, poderia ser um atributo para explicar a ocupação em uma função no setor público, logo, isso poderia ser uma possível resposta para desencadear a explicação na forma de lealdade e a Patronagem usada pela estrutura partidária. Ou seja, o partido através de suas lideranças, concederiam

⁵² Alguns estudos compreendem o termo como a obrigação de que um político eleito tem com a sua legenda, seja na votação ou nos princípios e valores do partido. Entende-se nesse estudo, apenas para fins de teste, como ter sido vinculado apenas a um partido político.

benefício para sua base por permanecer e demonstrar força política, algo testado em condições semelhantes sobre os Partidos Portugueses à frente do governo federal (JALALI & LISI, 2009). O teste foi feito por meio de uma relação binária (0,1), assim, caso o filiado tivesse ocupado algum cargo, teria uma resposta positiva (1), caso contrário (0). O mesmo foi feito no que se refere a troca de partido (0,1). A distribuição χ^2 testa se duas variáveis categóricas dispostas em uma tabela estão associadas.

Quanto as variáveis utilizadas para fins desse estudo, não houve significância encontrada, isto é, não há associação entre ter a condição de ter ocupado algum cargo de nomeação ou ter pertencido a apenas ao único partido político como apresentado o resultado em Pearson (Significância 0,142). Trata-se então de categorias independentes.

Tabela 3 – Teste χ^2 para associação entre pertencer a um único partido e cargo de nomeação

Testes qui-quadrado					
	Valor	Graus de liberdade	Significância Assintótica (Bilateral)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Qui-quadrado de Pearson	2,157 ^a	1	0,142		
Correção de continuidade ^b	1,380	1	0,240		
Razão de verossimilhança	2,190	1	0,139		
Teste Exato de Fisher				0,240	0,120
Associação Linear por Linear	2,124	1	0,145		
Nº de Casos Válidos	66				

a. O células (.0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 7.50. b. Computado apenas para uma tabela 2x2. c. Fi valor 0,181 e Sig 0,142. V de Cramer valor 0,181 e Sig. 0,142

Fonte: Autor.

O que podemos retirar da análise desses dados é que vai em desencontro do entendimento de uma visão institucionalista, diria até um pouco distante ao refletirmos sobre a candidatura a vereança desse caso. A abordagem comum seria que os partidos políticos, em sistemas representativos, produziram incentivos para o seu fortalecimento e coordenação em suas decisões, assim, aumentando o sucesso eleitoral e procurando atender suas bases (FREITAS, 2008). Todavia, o que se pressupõe é que a patronagem seria uma forma específica para atender a alguns interesses de sua base leal, vide o tempo de filiação para se beneficiar de um cargo de nomeação.

No entanto, o Estado, entendido nesse caso como o governo, serve unicamente como uma rede de apoio aos interesses partidários, mas nem sempre conduz a padrões do jogo do poder no interior dessas agremiações. Nas palavras de Ângelo Panebianco, trata-se de uma troca transitória e imediata em que todos apresentam seus interesses nessa coalizão, e ainda, não se considera de uma decisão vertical. “As negociações desequilibradas, com efeito, não se desenvolvem somente entre a coalizão dominante e seus seguidores, mas também no seu interior” (PANEBIANCO, 2005, p. 79).

No que concerne à idade *versus* o cargo de nomeação, uma percepção colocada por Carlos Jalali e Marco Lisi, ao citarem a emblemática frase do político português António Guterres, que diz “nenhum emprego para os garotos”, seriam recompensados aqueles que estavam ao lado do partido há algum tempo. Essa colocação fundamenta também o tempo de filiação colocado pela nomeação em algum cargo público, já que se observou uma relação entre esses fatores, a necessidade de ter um tempo do partido e galgar um cargo indicado pela legenda.

Em síntese, ao testarmos a validade das hipóteses, conseguimos estimar alguns parâmetros e obter algumas informações do percurso do candidato em relação ao seu cargo de nomeação. Foi possível também obtermos o resultado de uma leve relação entre a permanência na legenda daqueles que tiveram alguma função de indicação política. No entanto, ao trabalharmos com a idade e a troca partidária, não houve significância encontrada. Essa informação nos auxilia a criar e compreender alguns prognósticos possíveis para recolher e formular as entrevistas com as lideranças partidárias, como veremos no próximo tópico.

3.2 ENTREVISTA COM OS LÍDERES: EXISTE UMA FORMAÇÃO NA PATRONAGEM?

Essa última parte da análise tem como objetivo apanhar informações sobre a visão dos líderes partidários na relação com o governo. Como já descrito no capítulo anterior, as entrevistas foram baseadas em duas categorias: a formação dos partidos quanto a escolha dos candidatos e a relação da legenda com o governo.

A entrevista semiestruturada baseou-se em algumas questões já estipuladas, todavia, houve espaço para questionar os entrevistados, caso as respostas não fossem suficientes.

Participaram do estudo a cúpula partidária, da qual faziam parte o presidente, o vice-presidente e os secretários de ambos os partidos. Com exceção da vice-presidente do PSDB, foi possível entrevistar todos os outros representantes partidários.

Para decompor os dados, utilizaremos a técnica de análise de material verbal transcrito, ou seja, as respostas foram gravadas em aparelho digital para futuramente serem transcritas e ponderadas em blocos.

Entendida essa conexão, iremos decompor o material produzido por meio da análise textual comparativa, contrapondo as falas dos diferentes partidos em função das categorias. Esse tipo de técnica é utilizada justamente por possibilitar ao pesquisador encontrar relações entre as ideias de grupos na produção textual e pautar com variáveis já pré-estabelecidas. Nesse quadro, propomos uma análise de contrastes, pois é a partir do *corpus* textual que iremos dividi-lo e buscar grupos de ideias em nuvens para comparar as estratégias das agremiações.

Quanto ao software utilizado para a análise dos textos transcritos, foi utilizado o software IRAMUTEQ⁵³. Dentre as diversas possibilidades de análise, iremos concentrar-nos em duas: a análise de similitude, a partir de categorias pré-estabelecidas e o teste de ramos de palavras, para efeito de comparação do sentido das categorias (KAMI et al, 2016).

Cabe observar que o software não traz um método de análise, isso fica a cargo do investigador. O Iramuteq funciona como uma ferramenta que facilita a interpretação por parte do pesquisador. Neste estudo, como a origem da coleta de dados advém de entrevistas semiestruturadas, os quadros e gráficos são organizados conforme a relação das palavras e divididos por partido (*Idem*).

Indo direto ao ponto, como a análise é feita? Para a realização de gráficos textuais, foram transcritos primeiramente todas as entrevistas realizadas que foram gravadas com ambas as cúpulas partidárias. Em um segundo momento, o tratamento dado às informações textuais foram de separar entre os partidos, ou seja, PSDB e PDT, assim ficaria mais fácil entender se haveria divergências nas informações. A partir disso entrava em cena o Iramuteq, da qual o software atende à demanda de construir nuvem de palavras conforme sua contagem – contabilizando por exemplo quantas vezes e em que contexto de similitude a palavra cargo está relacionada.

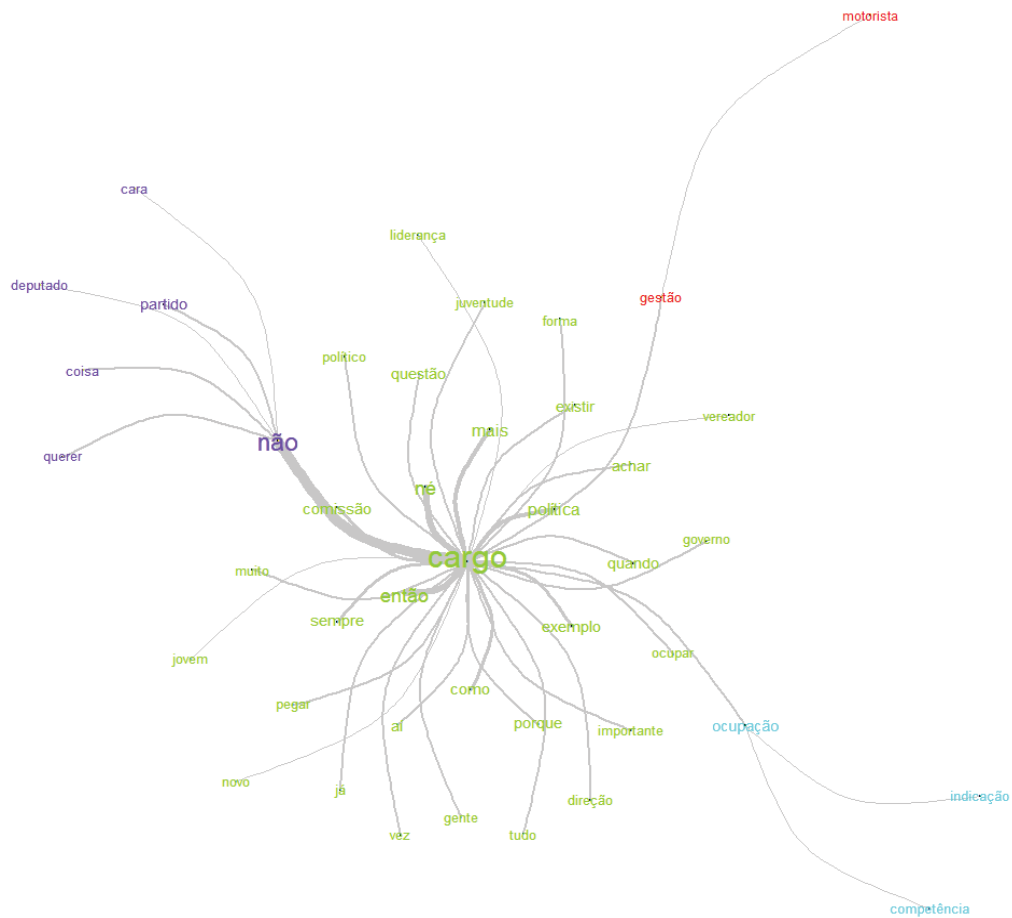
⁵³ *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*

A primeira figura tentou explorar as palavras que estão posicionadas aleatoriamente de tal forma que apareçam relações entre a categoria “cargo”. Assim, tentamos explorar o ponto principal de nossa pesquisa, buscando configurações para a exposição das conversas com todos os líderes partidários, ou seja, estão inclusas as falas tanto do PSDB como do PDT na discussão sobre cargos de nomeação. Nesse caso, as perguntas envolviam a questão cargo público e a relação com o partido, tal como exemplo: “Existe um momento que o partido pleiteia os cargos de nomeação na formação do governo”. O resultado mostra pouco destaque nesse teste no que diz respeito ao envolvimento dos líderes partidários com os cargos distribuídos entre os candidatos, há pouca relação com governo ou Estado da qual se esperava em contagem de palavras, formando uma nuvem com poucas palavras agregadas.

Ainda no que diz respeito à figura, há três grupos de palavras; o que está em verde claro no centro está vinculado mais a explicação de como funciona as conversas com os partidos no governo; em vermelho, destaca-se principalmente o “não”, no trato de negar esse indício das nomeações para aqueles que iriam disputar o legislativo municipal. Por último, temos relação com uma terceira questão envolvendo a ocupação; enfatiza-se aqui a competência, que em suma, tinha um significado de que, para alguém assumir um cargo de indicação, era necessário primeiramente ter conhecimento e competência na área.

Fica claro que após a etapa de processamento, houve uma negação ou uma explicação demasiadamente superficial dos sentidos das palavras nos discursos das lideranças partidárias, já que não houve nenhuma associação - com mais ramos e folhas - contundente nesse teste.

Figura 1 – Relação de palavras para cargo de nomeação



Fonte: Autor.

Após a etapa da criação da figura [1] com ramos e folhas, cabe esclarecer as justificativas cedidas pelas cúpulas das lideranças sobre as categorias pesquisadas envolvendo as perguntas sobre cargos e Patronagem. Passemos agora para a análise textual comparativa, na qual buscamos separar as frases que estão no foco de análise e, assim, interpretar as questões que envolviam as categorias: partido e cargo. Por intermédio do software, foi possível fazer uma filtragem automática de todas as frases que envolviam essas duas categorias. Assim, o Iramuteq produz uma espécie de “funil” para voltarmos nosso olhar somente para o conteúdo que importava nesse estudo: a palavra “partido”, que se inclui pela tentativa de buscar uma explicação comparativa, já que no aspecto quantitativo não houve diferenças significativas entre as legendas.

Esse tipo de análise é facilitado pelo software, pois ele disponibiliza um recorte em horas de conversas em torno das categorias ou palavras desejadas para realizarmos a análise textual, evitando perder alguma informação exposta durante as gravações.

Dessa forma, podemos visualizar no quadro abaixo, “partido” assume uma referência de formação e seleção desses candidatos para explorar algumas características que se incorporem a patronagem partidária como um trajeto do indivíduo, tal como os espaços que são disponibilizados para a base engajar-se na política. A segunda palavra aparece sempre com um viés da relação dos candidatos com os indícios de nomeação.

Em síntese, essas entrevistas buscam compreender se existe um fator antecedente à patronagem partidária, por meio da ação interna nos partidos, que parte desde a formação de sua base até a escolha pelas candidaturas. Essa abordagem justifica-se porque, se os primeiros dados primários com os candidatos mostravam pouca diferenciação, é a partir da entrevista que podemos explorar algumas características da dimensão ligada a patronagem.

O quadro abaixo sintetiza um bloco de perguntas que é relativo aos espaços que a organização cede para novos filiados e como esses novos membros, que ambicionam uma trajetória política, são formados. A escolha pela formatação do quadro em apresentar algumas falas do PDT à esquerda, e o PSDB à direita, traduz-se com a finalidade de contrastes. Em outras palavras, há distinções claras na gestão de ambas as legendas.

Quadro 4 – Sentido do Partido na formação e nos espaços para seus filiados

PDT	PSDB
<p>[...]entre aspas de partidos que existe direto então se você chama pra participar o PDT tem feito isso chama mas avisa olha o caminho é este vão ter curvas[...]</p>	<p>[...]então ele sempre deu muito espaço nesse sentido e ele sempre deu muito espaço para as pessoas que são mais jovens também porque ele falou cara o partido tem que continuar com vocês que são mais novos e tudo então ele sempre deu esse espaço[...]</p>
<p>[...]o caminho melhor de todos primeiro é um partido que tem valores e não preço partido tem que ter valores e a formação política né a gente não fala em capacitação [...]</p>	<p>[...]tanto é que o Eduardo que hoje é o vice prefeito foi estimulado por ele como presidente do partido na época agora tem 32 anos a vice prefeito e o partido hoje ta praticamente na mão de jovens[...]</p>
<p>[...]que capacitar alguém parece que já tem alguma coisa e não a formação política mesmo com os princípios do partido por exemplo o PDT qual é o princípio do PDT [...] o trabalhismo entendendo que tudo em torno de uma sociedade gira em cima da força do trabalho das pessoas né então como é que</p>	<p>[...]então o partido está tendo essa renovação bem legal isso ta sendo bem massa mesmo e o que a gente tenta fazer na verdade a gente identifica tenta identificar as lideranças dos bairros né[...]</p>

<i>você faz isso formando em cima dos pilares do partido [...]</i>	
<i>[...]no caso do PDT o trabalhismo o PDT é um partido assim que dificilmente elege pessoas muito jovens sabe porque a juventude tem aquela ansiedade da resposta imediata e o PDT tem essa luta antiga [...]</i>	<i>[...]presidente vice secretário os delegados do partido e a ideia é que os presidentes zonais identifiquem lideranças na região tragam pra que a gente possa filiar no partido e aí a gente vai dando cursos[...]</i>
<i>[...] que são pessoas que já nem viva são mais então quando você vai fazer uma capacitação de juventude a gente vê as pessoas torcendo o nariz e não querendo estudar os pilares do partido e querendo uma resposta imediata né [...]</i>	<i>[...]e assim como tem gente também que está conquistando espaço no partido com trabalho e assim vou dar exemplo são dez zonais no partido são dez presidentes zonais os que se destacam naturalmente lá na frente vão ter mais espaço depois naturalmente[...]</i>

Fonte: Autor.

No caso do PDT, há uma preocupação das lideranças com o quadro de formação dos filiados para se candidatarem. Isso significa que o Partido Democrático Trabalhista tem formação de valores políticos-partidários para sua base. De acordo com as lideranças, o PDT tem seus quadros a partir de seus princípios, um posicionamento que passa por convidar, aproximar dos valores do partido e engajar os membros em causas políticas.

Fazendo um breve resumo do Partido Democrático Trabalhista, os espaços de formação sempre antecedem qualquer forma de atuação entre os filiados, ou seja, existe um respaldo para que o PDT promova cursos que visem agregar princípios do partido à sua base e a *posteriori* construir quadros de candidaturas. Há destaques nos excertos que fazem menção a formação, princípios, negando em um primeiro momento uma preparação para a candidatura ou qualquer cargo de liderança.

Já no caso do PSDB, torna-se mais visível a inclusão da base de filiados e candidato com a proximidade das lideranças. O partido admite que sua renovação tem relação com o que chamam de destaque político, que pode ser traduzido como um reconhecimento de algumas lideranças aptas a concorrer às eleições nas regiões da cidade por terem a força de angariar votos. Nesse viés, percebe-se em suas falas, que deixam de lado qualquer formação no sentido de uma construção concernente a visão partidária; opta-se unicamente em disputar os pleitos.

No entanto, não temos um padrão quanto aos espaços abertos pelo partido na formação de sua base. O partido do governo estadual traduz seus esforços em uma necessidade de renovação dos quadros do partido, algo não confirmado em outros âmbitos, pois segundo o secretário geral, fica a cargo de um direcionamento nacional. Porém, observa-se por meio dos trechos acima que há claras tentativas da diretoria de captar seus candidatos, diferente do PDT, que valoriza uma formação mais extensiva.

O próximo quadro se preocupa em apresentar trechos das entrevistas que envolviam propriamente a patronagem partidária. Temas como a relação entre a liderança e o executivo, seja prefeitura ou governo do Estado, para solicitar cargos de nomeação e favorecer a candidatura. Essa estratégia de perguntas, mesmo algumas fazendo referências indiretas, servem para testar também nossa hipótese central, a de se os cargos de nomeação poderiam beneficiar a candidatura de alguns indivíduos. Cabe dizer que muitas questões realizadas faziam referência às eleições municipais e iam de encontro ao momento da seleção de candidatos na perspectiva da diretoria.

Quadro 5 – Sentido de ocupar cargos para cada Legenda e importância para candidatura

PDT	PSDB
<p>[...]o cargo em comissão é previsto na nossa constituição federal sabe disso tá lá cargo de co-gerenciamento direção você sabe disso então vamos imaginar que isso esteja na legalidade muitas vezes não tão na moralidade porque se os cargos em comissão eles tem que ser de gerenciamento direção e assessoramento como é que nós temos por exemplo em alguns casos motoristas em cargos de comissão daí você olha e escute o que que fulano que estava na campanha de motorista da campanha está fazendo na gestão como motorista então assim não é pejorativo você ocupar um cargo de comissão e aceitar ser um candidato a vereador ou seja candidato a deputado o que for [...]</p>	<p>[...]é bem verdade que ainda é tida a política através de quem a representa ou seja aquele ator político né mas a política não é isso quer dizer aquele sujeito que tá de forma inadequada utilizando um cargo político [...]</p>
<p>[...]porque eu sou contra aquela indicação particularmente e acho que a sociedade também de uma forma geral aquela ocupação de cargo por simplesmente indicação política eu acho que não é legal eu acho que se você indica uma pessoa politicamente você é responsável por ela e por o que ela produz [...]</p>	<p>[...]né e outra coisa os cargos em comissão eles não podem ser objetivos do partido né desculpe não pode e eu diria assim hoje nós estamos praticando isso acabei de dizer pra você [...]</p>
<p>[...]então os cargos de direção você pega por exemplo no caso da secretaria que eu dirigia que era a secretaria do esporte lazer e juventude da diretoria que foi composta somente um foi externo a prefeitura [...]</p>	<p>[...]eu sou do grupo do deputado x aí o deputado x diz não tudo bem vamos ganhar a eleição mas eu quero x cargo e tal né esse que é o mal da política [...]</p>
<p>[...]é mas é impossível da maneira como está organizada a democracia brasileira você afirmar que não há nenhum tipo de distribuição de cargos por questão política por imposição de determinados pontos de ligações do partido e tudo mais [...]</p>	<p>[...]então o que o beto tenta separar e as lideranças do partido que a gente herdou isso né é o jeito dele de fazer política é não colocar dentro do não condicionar a participação partidária a cargo de governo [...]</p>

*[...]eu acho que é importante é nessa possibilidade de **ocupação de cargo** sempre analisar a questão da competência por exemplo se você é um técnico e trabalha a questão feminina a questão de mulher se você tem competência acho bacana [...]*

*[...]então a gente **não condiciona essa questão de participar do partido pra cargo** ou pra qualquer outra coisa nesse sentido[...]*

Fonte: Autor.

O PDT acata e legitima a visão de que existe uma nomeação de cargos envolvendo o partido e o executivo, assumindo a existência do que consideramos como patronagem partidária. Também, constrói a argumentação de que deve existir uma competência para assumir os cargos de indicação, pois esse não deve ser o objetivo do partido. Da mesma forma, o PSDB utiliza desse argumento, dizendo que não deve haver uma ambição por parte de sua base entre a entrada do partido para conseguir um cargo de nomeação.

O que também podemos depreender da entrevista é que, de alguma forma, as duas legendas assumem a existência de empregar essa relação, porém, de formas diferentes; o PSDB é mais contundente ao negar o vínculo com as candidaturas. De modo geral, apoiar a liderança ou ser apoiado por uma significa compromisso com a gestão política e a respectiva participação na gestão da agremiação.

Embora não se revele com clareza pelos partidos políticos a condição para se ocupar um cargo comissionado quando o partido assume um governo (municipal/estadual), as entrevistas demonstram que dificilmente as lideranças indicam pessoas que, em algum período, tivessem distante do partido, ou seja, ambas as legendas optam por agregar aqueles indicados aos interesses da legenda, seja via competência e/ou conexão com o partido.

Ainda nesse contexto, também não foi possível identificar a participação dos atores e ganhos em relação a suas candidaturas. O único momento que isso ocorreu nas entrevistas, foi quando a presidente do PDT afirma que, durante as convenções, há forças políticas que tentam agir perante esse acolhimento de indicados em cargos.

No próximo tópico, iremos sintetizar esse debate das entrevistas com a patronagem partidária e detalhar o que foi possível tirar das entrevistas em relação ao fenômeno aqui estudado.

3.3 AS ENTREVISTAS E A RELAÇÃO COM A PATRONAGEM PARTIDÁRIA

Recorrendo à análise tanto dos questionários aplicados com os candidatos, como as entrevistas realizadas com as lideranças partidárias podemos destacar alguns elementos. O primeiro refere-se ao uso de patronagem pelos partidos do governo em sua base de candidatos, nesse quesito, não podemos afirmar que há uma estratégia direcionada no que se refere aos partidos a frente do executivo. Todavia, por meio das entrevistas, há algumas tendências encontradas.

Ao detalharmos os candidatos apenas do PSDB e do PDT, temos um indicador claro da diferença de como os partidos adotam estratégias de formar quadros para disputar o pleito. Enquanto o PSDB preza por uma valorização pessoal de cada filiado que se dispõe a concorrer às eleições, como observado nos candidatos com o atributo de ocupação de cargo via nomeação, o PDT tem uma formação a longo prazo, que passa por princípios vinculados ao partido para o lançamento de sua candidatura.

O que podemos também inferir das entrevistas refere-se à candidatura estar longe de ser condicionada ao cargo de nomeação/indicação. Porém, abrem-se possibilidades para compreender que cada legenda tem feito escolhas diferentes para engajar sua base. No caso do PSDB, há espaços abertos para sua base ascender na política, seja dentro do partido ou via nomeação no Estado de maneira mais rápida com um viés meritocrático, de acordo com a cúpula partidária. Como partimos da hipótese da qual a patronagem partidária poderia servir como meio para o lançamento da candidatura pelos candidatos, pouco foi achado como atributo para essa trajetória, mas as lideranças afirmam que há alguns membros que, ao demonstrarem engajamento com a organização, conseguem alçar em algumas posições políticas, citando alguns casos no partido.

De outro lado se encontra o PDT, que avalia primeiramente a ligação dos espaços do partido com seus valores. Nesse caso, a agremiação que estava à frente da prefeitura municipal, conduz sua formação a um critério essencial para ascensão política, também refutando que os cargos podem estar ligados à patronagem entre seus filiados. Mesmo assim, cabe destacar outra característica do PDT, ao assumir que existem cargos de nomeação por questão de competência e política, porém, inexequível de afirmar que trata-se de Patronagem partidária para apoio partidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, como a patronagem se difunde nos partidos do governo durante a seleção de candidatos? Essa dissertação contribui para a compreensão de como os partidos políticos utilizam esses recursos nas eleições municipais. Em primeiro lugar, o aporte teórico apresenta que a patronagem partidária refere-se a um recurso específico, recentemente delimitado pela teoria, no tocante ao benefício distribuído pelos partidos políticos.

Partimos do princípio lançado por Carlos Jalali e Marcos Lisi (2009), o qual afirma que o acesso aos recursos do estado pode não ser apenas fundamental para a construção da organização como também para servir de mecanismo para o partido durante as eleições, travando a entrada de novos competidores nessas disputas eleitorais. Assim, ao distribuir incentivos seletivos para os indivíduos – os cargos de nomeação –, esse fenômeno funciona como uma troca de apoio entre o partido e a base.

Ao transpor isso para o Brasil, especificamente falando em Curitiba nas eleições municipais, notou-se pouco o uso da patronagem por parte dos partidos. Nossa hipótese mostrou-se parcialmente refutada, pois os candidatos a vereadores dos partidos à frente do executivo não se distinguiam em proporção em relação à patronagem de outros partidos que não estavam ligados ao governo. Isso demonstra que não ocupar um cargo de nomeação não era necessariamente um atributo para conseguir lançar sua candidatura.

A exploração de nossos dados revelou que existe um consenso quanto à competência e lealdade às legendas quando indicam alguém para algum cargo de nomeação. Podemos então pensar que há uma conexão entre a nomeação profissional e política, pois ambas características, na visão das lideranças partidárias, “andam juntas”, algo também apresentado quanto ao tempo de filiação.

A proposta desenvolvida nesta pesquisa avançou em um cenário de cruzamento de dados referentes ao padrão de patronagem. Por intermédio de novas observações, principalmente ao ouvirmos as lideranças, percebemos que a patronagem, ao menos no que se refere ao âmbito investigado, se difunde de maneira mais seletiva. A primeira limitação a ser mencionada seria as convenções partidárias, pois como não há possibilidades de acompanhar plenamente todas as decisões para o quadro de candidaturas; alguns determinantes acabam escapando “das mãos” do pesquisador. Com isso, apesar de não serem suficientes, os dados fornecem novas oportunidades para pesquisas futuras, no sentido de aperfeiçoar alguns estágios

que antecedem a escolha da candidatura, ou mesmo comparando a patronagem em outros pleitos, como nas eleições para Deputado Federal por exemplo.

Investigações posteriores poderiam também expandir esse estudo em circunscrições menores, já que o número de vereadores lançados para Curitiba é relativamente alto. Isso pode ser justificado de diversas formas, tal como a quantidade alta de partidos políticos a disputar as cadeiras (34), tendo de antemão espaços nas listas para a candidatura – algo notado em listas que não chegavam a preencher o total de candidatos. Essa proposição parte dos achados de Nicolle Bolleyer (2006), ao dizer que quanto maior o nível de competição, menor é a patronagem⁵⁴. Nesse quadro, como haviam 1.114 candidatos disputando 38 cadeiras, a relação numérica mostra-se competitiva: “Tal competição pode ser considerada mais marcada quando o governo monopoliza os recursos da patronagem e tende a ter o mínimo ganhando pois, nesta constelação, a exclusão da oposição é mais forte” (BOLLEYER, 2006, p. 23)⁵⁵.

Uma última possível resposta refere-se ao pesquisarmos vereadores. Como se trata de um cargo de menor expressão na hierarquia da trajetória política, as mudanças são mais constantes e a ascendência torna-se mais difícil (LIMA, 2013). Portanto, esse fator na arena eleitoral pode contribuir para a entrada e saída de candidaturas ou/e troca de legenda, como mostra os indícios do nosso teste dos candidatos na troca de partidos.

Utilizando os dados de uma única eleição para vereadores, aqui a aplicação de *survey* e entrevistas, algumas observações podem e devem ser feitas. A primeira seria a partir de nossas análises sobre a formação dos quadros dos partidos terem aspectos diferentes, isso revela como as legendas tratam a distribuição de cargos perante a sua base. Podemos observar que o PDT se distancia mais de uma trajetória de patronagem, conforme apresentada na literatura, do que se aproximaria de “*cartel*” e distribuiria diversos cargos aos seus filiados como incentivos. Porém, em uma circunscrição municipal, nota-se que se faz pouco o uso, ou quase nenhum, da patronagem partidária.

No caso na formação dos quadros do PSDB, isso se torna mais perceptível no perfil das candidaturas com o atributo da ocupação de cargo, pois são em sua maioria lideranças externas ao partido, com pouco tempo de existência e que foram indicadas por terem força de aumentar os votos para o partido nas eleições. Outro ponto que precisamos destacar é a clara desvinculação com os princípios do partido, ao afirmar que o PSDB engaja seus quadros com

⁵⁴ Ver: página 23.

⁵⁵ “*Such competition can be thought to be most pronounced when the government monopolizes patronagem resources and tends to be minimal winning because in this constellation the exclusion of the opposition is strongest*”.

a finalidade de buscar candidatos que tenham relevância eleitoral. Nesse cenário, a consequência que temos disso na abordagem teórica é pouco ou nenhum seguimento pelos valores partidários. Porém, isso nos conduz a uma reflexão sobre a patronagem partidária, que também se notou abaixo do esperado. Assim, o PSDB tem o objetivo de maximizar seus votos de diversas formas no momento da seleção de candidatos, como mostram as entrevistas; porém, a patronagem não seria um mecanismo central para tal objetivo da legenda. Logo, algumas pesquisas no futuro devem ir além do perfil das candidaturas e concentrar-se nas convenções partidárias, às quais pode se observar de modo mais simples quem fica de fora desses selecionados, informações que não conseguimos obter.

Outra constatação feita por meio das conversas com as lideranças do PSDB é a união entre o diretório municipal e estadual do partido. Mesmo sendo uma eleição municipal, o partido admite que há relações entre o diretório estadual e o municipal, sendo uma escolha de todas as lideranças no quadro de candidaturas. Essa retórica também se justificaria, pois o presidente do diretório municipal e outras lideranças estavam alocadas em cargos de nomeação no Estado.

Ao mesmo tempo, há diferentes limitações atinentes ao padrão de patronagem encontrado. Ao examinarmos a patronagem em uma arena municipal, foi possível testar até então o padrão de patronagem em um âmbito pouco estudado: o municipal. Partindo de uma patronagem de apoio eleitoral, os dados mostram que há menor relevância desse fenômeno nos governos municipal e estadual. Todavia, trata-se de um estudo que pode contribuir com a afirmação de que a patronagem é mais comum na alta hierarquia, devido à burocracia (KOPECKY *et al*, 2016).

Por fim, tal debate gerado por meio desse trabalho nos traz motivos para refletir que alguns partidos políticos formulam outras estratégias na competição eleitoral para manter o apoio de sua organização, diferente das legendas, que apenas cooptam seus membros por identificação partidária, ou seja, há mais aspectos além da afinidade programática. A partir desse ponto de vista, esta dissertação teve o intuito de dar alguns passos nessa direção.

REFERÊNCIAS:

- ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen. (1976). **Paternalism and Patronage**. in: The British Journal of Sociology, 27 (4), 413-29.
- ABRANCHES, S. H. H. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**, in Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. Vol. 31, n. 1, 1988, p. 5-34.
- ALTMANN, Cristina. (2009). **Aspirantes a vereador: dinâmicas de seleção e perfil de candidaturas partidárias – o caso de Pelotas (RS) em 2008**. XVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.
- AMARAL, Oswaldo E. do. **Adaptação e resistência: o PT no Governo Lula entre 2003 e 2008**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, 2010, p. 105-134.
- _____. **Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade**. Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 1, p. 1-44, 2011.
- _____. **O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.2, p.11-32, maio-ago. 2013.
- AMES, Barry. (2001), **The Deadlock of Democracy in Brazil**. Michigan. University of Michigan Press.
- BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001,. 519 p.
- BADGER, S. et al. **Lexicon of Terms and Concepts in Public Administration**, Public Policy and Political Science. Winnipeg: Osnovy Publishers, 1998.
- BARAKSO, M; SABET, D. M. and SCHAFFNER, B. (2014). **Understanding Political Science Research Methods: The Challenge of Inference** 1st Edition. Routledge Press.
- BARBOSA, M. L. de O. QUINTANEIRO, T. Max Weber. In: QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um Toque de Clássicos**. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 106-149
- BLONDEL, Jean. (2002). **Party Government, Patronage, and Party Decline in Western Europe**, in Richard GUNTHER, José Ramón MONTERO and Juan J. LINZ (eds), Political parties : old concepts and new challenges, Oxford ; New York : Oxford University Press, 2002, Comparative politics, pp. 233-256.
- BLONDEL, Jean and COTTA, Mauricio. (2000). **The Nature of Party Government: a Comparative European Perspective**. New York: Palgrave

- BOLLEYER, Nicole. **Patronage as Party Resource** - Selective Incentives and the Generation of Organizational Support, Paper Prepared for the ECPR Joint Sessions of Workshops, Nicosia, Cyprus, 25-30 April, 2006.
- BOLOGNESI, Bruno. (2009). **Candidatos e Eleitos**: o recrutamento político nos partidos paranaenses nas eleições 2006. Dissertação de mestrado. UFPR.
- BOLOGNESI, B. e PERISSINOTTO, R. (2015). **O uso do survey no estudo do recrutamento político**: limites e vantagens. In: Como estudar elites CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato (orgs.). Editora UFPR.
- BOHN, S. e PAIVA, D. **Sistema Partidário de Volatilidade Eleitoral no Brasil**: um estudo sobre a dinâmica inter-regional. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007.
- BRAGA, M. S. S. **O processo partidário - eleitoral brasileiro**: padrões de competição política 1982-2002. São Paulo: Universidade de São Paulo, (tese de doutorado/Ciência Política.), São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.
- _____. **Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.454-485
- BRASIL. Decreto Lei dos Partidos Políticos – Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995
- BRUTER, Michael HARRISON, Sarah. **The Future of Our Democracies**: Young Party Members in Europe. London: Palgrave Macmillan, 2009
- BRYCE, James. **Modern Democracies**. New York: Macmillan, 1921 *Apud* WHITE, John Kenneth. **What is a political party?** In: KATZ, Richard;
- BURKE, E. (1770). *Thoughts on the cause of the present discontents*. London: J. Dodsley.
- CAMPBELL, J. **Honor, Family and Patronage**. Oxford, Clarendon Press, 1964.
- CAMPOS, M.M. & SPECK, B.W. **The Impact of State Funding On Political Parties on the National and State Level**. In. International Political Science Association (IPSA). University of Sao Paulo, Brazil, February 16-19, 2011.
- CARREIRÃO, Y. de S. e KINZO, M. D. G. **Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002)**. Dados, nº47, 2004.
- CANIELLO, Márcio. (1990). **Patronagem e rivalidade**: observações iniciais sobre processos de modulação ética numa cidade do interior. RBCS nº 14, out.
- CARVALHO, José Murilo de. (1997). **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. Dados, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2.

- CASTELS, Francis, & WILDERNMANN, Rudolf. (eds.) (1986). **Visions and Realities of Party Governments**. Berlin: W. de Gruyter.
- CASTRO, M. **O Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.12, nº 34, 1997.
- CONWAY, M. Margaret, and FEIGERT, Frank B. (1968). **Motivation, Incentive Systems and the Political Party Organization**. American Political Science Review, 62: 4, 1159-1173
- CZUDNOWSKI, M. M. 1970. **Legislative Recruitment under Proportional Representation in Israel: a Model and a Case Study**. Midwest Journal of Political Science, vol. 14, n. 02, p. 216-248, May.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. **PSDB e PT e o Poder Executivo**. Desigualdade e Diversidade, Rio de Janeiro, Dossiê Especial, p. 65-100, 2011.
- DE LIMA, Rafael Nachtigall. **Vereadores candidatos nas eleições para deputado no Rio Grande do Sul (2002-2010): ambição política, resultados e continuidade da carreira**. 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- EVANS, P.& RAUCH, J.E. (1999). **Bureaucracy and growth: A cross-national analysis of the effects of Weberian state structures on economic growth**. American Sociological Review 64(5): 748–765.
- ENNSER-JEDENASTIK, L. (2014). **The Politics of Patronage and Coalition: How Parties Allocate Managerial Positions in State-Owned Enterprises**. Polit Stud, 62: 398-417.
- EPSTEIN, L. D. 1967. **Political Parties in Western Democracies**. New York: Praeger.
- FERREIRA, Denise Paiva. **PFL x PMDB: marchas e contramarchas (1982-2000)**. Goiânia: Alternativa, 2002.
- FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. **A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006**. Revista Opin. Publica vol.14 no.2 Campinas Nov. 2008
- FOSTER, George. **The Dyadic Contract: A Model for the Social Structure of a Mexican Peasant Village**. *American Anthropologist*, Vol. 63, p. 1281, (1961).
- GRAY, Jerry. 1996. **Opportunities Knocked; Without Patronage, Is It Politics as Usual?** New York Times, July 7, 1996. Último acesso: Maio, 05, 2015). (<http://migre.me/wHX2B>)

- GRIMKE, F. (1848). Considerations upon The Nature and Tendency of Free Institutions. Cincinnati: H. W. Derby
- GUARNIERI, Fernando. **A Força dos Partidos “Fracos”**. Revista DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 54, no 1, 2011.
- GUIZOT, François (1849). Democracy in France. London: John Murray (5 th ed.)
- GWIAZDA, Anna. (2008). **Party Patronage in Poland: The Democratic Left Alliance and Law and Justice Compared**. East European Politics and Societies Vol 22, Issue 4, pp. 802 - 827
- DIAMOND, Larry; GUNTHER, Richard. (2015). **Espécies de partidos políticos: uma nova tipologia**. *Paraná Eleitoral* v. 4 n. 1 p. 7-51
- HAZAN R. Y, RAHAT G. (2010). **Democracy within Parties: Candidate Selection Methods and Their Political Consequences**. Oxford, UK: Oxford University Press.
- HECLO, Hugh. 1975. **"OMB and the Presidency--the problem of "neutral competence".**" *The Public Interest* 38: 85-95.
- HOLLIBAUGH, Gary; HORTON, Gabriel and Lewis, David E. (2014). **Presidents and Patronage**. *American Journal of Political Science*, Vol. 58, Issue 4, pp. 1024-1042. Vanderbilt Public Law Research Paper No. 14-9.
- HUME, David (1994 [1742]). **Of parties in general**, in Hume, Political Essays, Cambridge, Cambridge University Press. *Introduction*.
- HUNT, A. LEE Jr., and PENDLEY, Robert E. (1972). **Community Gatekeepers: An Examination of Political Recruiters**. *Midwest Journal of Political Science* 16:411-438.
- JALALI, Carlos. & LISI, Marcos. (2009). **Weak societal roots, strong individual patrons? Patronage and party organization in Portugal**. *Revista Enfoques* 7. pp. 411–470.
- JALALI, Carlos. 2002 **The Evolution of the Portuguese Party System in Comparative European Perspective since 1974**. St. Antony's College: University of Oxford.
- JANDA, Kenneth; KING, Desmond. **Formalizing and testing Duverger's theories on political parties**. *Comparative Political Studies*, Washington, v. 18, n. 2, p. 139-169, 1985.
- KATZ, Richard (1980). **A Theory of Parties and Electoral Systems**. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter (ed.). **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.
- _____. **Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party**. *Party Politics*, London, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

_____. **The Ascendancy of the Party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies.** In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan (ed.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges.** Oxford: OUP, 2002. p. 113-135.

_____. **The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization.** *The American Review of Politics*, Fayetteville, v. 14, p. 593-617, winter, 1993.

KECK, Margaret E. **PT e a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira.** São Paulo: Ática, 1991.

KIRCHHEIMER, Otto. **The Transformation of the Western European Party Systems.** In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development.** Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

KINZO, M. D. G. e BRAGA, M. S. S. **Eleitores e Representação Partidária no Brasil.** São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2007.

KINZO, M. D'Alva. **Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro.** São Paulo: Fundação KonradAdenauer, 1993.

KOPECKY, Petr; MAIR, Peter and SPIROVA, Maria. (2012). **Party patronage and party government in European democracies.** Edited by Petr Kopecky, Peter Mair and Maria Spirova. Oxford University Press.

KOPECKÝ, P. , MEYER SAHLING, J. , PANIZZA, F. , SCHERLIS, G. , SCHUSTER, C. and SPIROVA, M. (2016). **Party patronage in contemporary democracies: Results from an expert survey in 22 countries from five regions.** *European Journal of Political Research*,

KOPECKY, P., & MAIR, P. (2006), **"Political Parties and Patronage in Contemporary Democracies: an Introduction"**, paper presented at the workshop on "Political Parties and Patronage", ECPR, joint sessions, Nicosia, 25-30 April

_____. (2012). **Party Patronage as an Organizational Resource.** 3-16.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LAMOUNIER, B. (1980). **O voto em São Paulo, 1970-1978.** In: LAMOUNIER, B. (org.). **Voto de desconfiança em São Paulo.** São Paulo: Vozes/Cebrap, p. 15-80.

LAWSON, Kay; MERKL, Peter (ed.). **When Parties Fail: Emerging Alternative Organizations.** Princeton: PUP, 1988.

LEAL, Carine de Souza. 2010. **Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008).** 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência

- Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- LEWIS, David E. 2008. **The Politics of Presidential Appointments: Political Control and Bureaucratic Performance**. Princeton: Princeton University Press.
- LIMA JR., Olavo Brasil de (1993). **Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80**. Rio de Janeiro, Edições Loyola.
- _____. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional 1945-64**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- _____. (org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidades e tendências (1982-1994)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- LIMONGI, F. e FIGUEIREDO, A. "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados". *Dados*, vol.38, nº3, IUPERJ, 1995.
- _____. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- LISI, Marco (2007). **The Importance of Winning Office: The PS and the Struggle for Power**, in Bosco, A., e Morlino, L. (orgs.), *Party Change in Southern Europe*.
- LOPEZ, Felix G; PRAÇA, Sérgio. **Cargos de Confiança no Presidencialismo de Coalizão Brasileiro**. Brasília, 2015.
- MACHADO, Amanda S. **Recrutamento partidário de jovens no Rio Grande do Sul**. 2016. Lume, repositório digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- MACKENZIE, G. Calvin. (1981). **The Politics of Presidential Appointments**. New York: Free Press.
- MAINWARING, Scott P. & SCULLY, Timothy R. (1994). **"A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina"**. *Dados*, vol. 37, n. 1, Rio de Janeiro.
- MAINWARING, Scott P. (1995). **"Brazil. Weak Parties, Feckless Democracy"**. In: MAINWARING, Scott & SCULLY, Timothy R. (eds.). *Building Democratic Institutions. Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MAINWARING, Scott. (1999). **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford, Stanford University Press
- _____. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- _____. (1991), **Políticos. Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa Perspectiva Comparada**". *Novos Estudos Cebrap*, nº 29.

_____. (1993) Democracia Presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, p. 21-74.

MARTIN, Shefter. **Party and Patronage: Germany, England, and Italy.** Journal Politics & Society. pp. 403 - 451. doi: 10.1177/003232927700700402. SAGE Publications Inc. 1977

MAIR, Peter. (1997). **Party System Change.** Approaches and Interpretations. Oxford: Clarendon Press.

_____. (2006). **Ruling the void:** The hollowing of Western democracy. New Left Review 42 (November–December), 25–51

_____. (2005). **Democracy Beyond Parties.** Paper 05'06, Center for the Study of Democracy, University of California, Irvine.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de (1999). **Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985-1998).** Tese de doutorado apresentada em Ciências Humanas, Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (mimeo.).

_____. **Retirando as Cadeiras do Lugar: Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1985/2002).** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MENEGUELLO, R. (1998). **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).** [S.l.]: Ed. Paz e Terra..

_____. (1989). **PT: a formação de um partido, 1979-1982.** São Paulo, Paz e Terra.

MEYER-SAHLING, J.-H. **The Rise of the Partisan State, Parties, Patronage and Ministerial Bureaucracy in Hungary.** *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 2006, Vol. 22, No 3, p. 274–297.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: UNB. 1982.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Capital Político e Carreira Eleitoral: Algumas Variáveis na Eleição para o Congresso Brasileiro.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 20, p. 115-134, jun. 2003.

MILLS, John Stuart. (1958). **Considerations on Representative Government.** New York: Liberal Arts Press.

MORGENSTERN, Scott e VÁZQUEZ-DELÍA, Javier. (2007), **Electoral Laws, Parties, and Party Systems in Latin America.** Annual Review of Political Science, vol. 10, nº 1, pp. 143-168.

MULLER, W. **Party Patronage and Party Colonization of the State.** In: Katz, R. S., Crotty, W. J., Handbook of Party Politics. London: SAGE Publications, 2005, p. 189–195.

NAKROŠIS, V. & GUDŽINSKAS, L. **Party Patronage and State Politicisation in The Post-Communist Countries of Central and Eastern Europe: A Game Theory Approach.**

NISPAcee Journal of Public Administration and Policy, 5(2), pp. 89-120. doi:10.2478/v10110-012-0007-y. 2013

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia: Um Estudo Sobre O Sistema Partidário Brasileiro** (1985-94). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

_____. (2006). **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**. Dados, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 689-720.

NORRIS, Pipa & LOVENDUSKI, Jones (1997). "United Kingdom". In: NORRIS, Pipa (ed.). **Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies**. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1995). **Political Recruitment: Race, Gender and Class in British Parliament**. Cambridge, Cambridge University Press.

_____. (1996). "**Legislative Recruitment**". In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard & NORRIS, Pipa (eds.). **Comparing Democracies. Elections and Voting in a Global Perspective**. California, Sage, cap. 7.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil**. Rio de Janeiro e Brasília. Editora Zahar e ENAP. 1997.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **O Partido Social Democrático**. Tese de Mestrado ao luperj, *mimeo*, 1973

OSTROGORSKI, Mosei (1981/1912). **Democracy and the Organization of Political Parties**. New York: Transaction Publishers.

PALERMO, Vicente. (2000). **Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo**. Dados, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, p. 521-557.

PANEBIANCO, Angelo. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERES, Paulo. **Revisitando a "Teoria Geral" dos Partidos Políticos de Maurice Duverger**. BIB, São Paulo, n° 68, 2° semestre de 2009. pp. 17-58.

_____. **Comportamento ou Instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política**. RBCS Vol. 23 n.o 68 outubro/2008.

PEREIRA, Carlos; RENNO, Lucio. **O que é que o reeleito tem? Dinâmicas político-institucionais locais e nacionais nas eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados**. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 133-172, 2001

PIATTONI, Simona, ed. (2001). **Clientelism, Interests, and Democratic Representation**. Cambridge: Cambridge University Press. Muller, Wolfgang. (2006). *Party patronage and party*

colonization of the state, in: Richard. Katz and William Crotty (eds) *Handbook of Party Politics*.

PIERRE, J. & PETERS, G. (2001), "**Developments in intergovernmental relations: towards multi-level governance**", *Policy & Politics* 29 (2), pp. 131-135.

PETERS, B. G. and PIERRE, J. (2004), **Multi-level Government** - A Faustian Bargain? in Bache, I. and M. Flinders (eds), *Multi-Level Governance* (Oxford: Oxford University Press).

PITT-RIVERS, J. (1954). **The People of the Sierra**. London, Weidenfield and Nicholson. p. 140.

RIBEIRO, Pedro. (2008). *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT entre 1980 e 2005*. São Carlos: EdUFScar.

_____. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Revista Teoria e Pesquisa*. 2009. Com acesso em: 11 de Maio de 2015. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/186/152>

RODRIGUES, LM. **Partidos, ideologia e composição social**: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 186 p.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002.

ROMA, Celso. Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006.

ROSE, Richard. (1975). **The problem of party government**. Free Press. Length, 502 pages.

SAMUELS, David. **Brazilian Democracy under Lula and the PT**. Forthcoming in: SHIFTER, M., and DOMINGUEZ, J. (eds.). *Constructing Democratic Governance in Latin America* (3rd edition). Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

SHEFTER, Martin. (1977). **Party and Patronage**: Germany, England, and Italy. *Politics & Society*. Vol 7, Issue 4, pp. 403 – 451

SANTOS, Fabiano. (1997). **Patronagem e Poder de Agenda na Política Brasileira**. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3.

SANTOS, Fabiano (org.). (2001), **O Poder Legislativo nos Estados**: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro, Editora FGV.

SARTORI, Giovanni (1968). **Political Development and Political Engineering**, In:


SARTORI, Giovanni (1982). **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília, Zahar Editores/Editora da Universidade de Brasília.

- _____. (1976). **Parties and Party Systems: A Framework for Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SCHATTSCHEIDER, E. E. (1942). **Party Government**. New York: Farrar and Rinehart.
- _____. (1960), **The Semi-Sovereign People**, Nova Iorque, Holt, Rinehart and Winston.
- SCHMITT, Rogério. (2000), **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- SINGER, A V. (1993). **Experiencia do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 35, p. 195-216.
- SPECK, Bruno Wilhelm. **O financiamento de campanhas eleitorais**. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (Org.). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 153-158.
- SOURAF, Frank J. **The Silent Revolution in Patronage**. In E. Banfield, Editor, *Urban Government*, pp. 309-310, (New York, The Free Press, 1961).
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. (1976). **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega.
- STRUVE, Gustave (1848). “The Party Organism”; In: SCARROW, S. (2002) (Ed.), *Perspectives on Political Parties: Classic Readings*. New York: Palgrave MacMillan.
- VAN BIEZEN, Ingrid. (2004). **Political Parties as Public Utilities**. *Party Politics*. Vol 10, Issue 6, pp. 701 - 722.
- _____. (2003). **Political Parties in New Democracies**. New York: Palgrave MacMillan.
- VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político**. *Opin. Publica* vol.7 no.1 Campinas, 2001.
- WARE, Alan. **Political Parties and Party Systems**. Oxford: OUP, 1996
- WEBER, Max. 1980. **Parlamento e governo na Alemanha reordenada**. In: Col. “Os pensadores”. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural.
- WEBER, Max. 2004. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4. ed. Brasília, DF: Ed. da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial.
- WEINGROD, Alex. **Patrons, Patronage, and Political Parties**. *Journal Comparative Studies in Society and History*, 10(4), 377-400 (1968). doi:10.1017/S0010417500005004
- ZAREMBA, Aurimas. (2016). **Conceptualization of Party Patronage**. *Journal Public Policy and Administration*. Vol 15, No 3.

ANEXO A - Pasta compartilhada para visualização das transcrições e dos áudios gravados com os candidatos e roteiro de perguntas com os líderes partidários:

https://drive.google.com/file/d/0Bz10RIT8_O4fYTJsZ09DMFRIdUE/view?usp=sharing
https://drive.google.com/file/d/0Bz10RIT8_O4fc3BPYjU4dkZaQjg/view?usp=sharing
https://drive.google.com/file/d/0Bz10RIT8_O4fRnZCRTR2U2dqRlk/view?usp=sharing
https://drive.google.com/file/d/0Bz10RIT8_O4fVmU1czA0NUR5VXc/view?usp=sharing
https://drive.google.com/file/d/0Bz10RIT8_O4fZT14ekoyMzRSYzQ/view?usp=sharing
<https://drive.google.com/file/d/1pYHwx46x3I1Gk83l660zNYqxyj2tk2Co/view?usp=sharing>
<https://drive.google.com/file/d/18BUG8Mq62mQ4eIEndluw3D0H5qAsmvuZ/view?usp=sharing>

ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS CÚPULAS PARTIDÁRIAS

	<p>Prezado/a(s),</p> <p>Estas perguntas integram parte de uma pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, orientada pelo Prof. Dr. Bruno Bolognesi. De cunho científico, o estudo que se propõe é entender a participação dos líderes políticos e suas respectivas decisões na organização partidária da qual fazem. A grosso modo, pretende-se também compreender parte de como funciona a inserção de novos membros – formação de quadros – do partido na política. As respostas que serão produzidas por essas perguntas aqui realizadas se tornarão confidenciais, de modo que não haja a possibilidade da identificação dos respondentes na produção científica.</p> <p>Desde já agradeço a participação com a pesquisa.</p> <p>Luan Azevedo - Pesquisador do CNPq e Mestrando do PPG/Ciência Política – UFPR</p>
---	---

ROTEIRO DE ENTREVISTA

SOBRE SUA VIDA POLÍTICA:

1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Área de formação ou profissão:
5. Há quantos mandatos o Sr./Sra. exerce na atual ocupação?
6. Há quanto tempo o Sr./Sra. é filiado ao partido atual?
7. O Sr./Sra. já foi filiado a outros partidos políticos?
8. O Sr./Sra. tem algum familiar ou parente próximo ligado à política?
9. O Sr./Sra. ocupou algum cargo político antes de se lançar candidato, seja dentro do partido político ou como assessoria de algum parlamentar por exemplo?
10. Quantos assessores e auxiliares o Sr./Sra. Possui? E desses, quantos deles são filiados ao seu partido político ou da base?

O PAPEL DE LÍDER NA INSERÇÃO DE NOVOS MEMBROS:

11. O Sr./Sra. Participa de reuniões/convenções com novos filiados do partido político? Qual o seu papel nessas reuniões?
12. O partido estimula e apoia candidaturas novos membros? De que forma?
13. Os líderes adotam estratégias para que novos membros exerçam papéis políticos?
14. Quais os principais espaços institucionais os partidos abrem para a efetiva participação dos novos membros nos processos decisórios? No caso, seja no partido ou na administração burocrática?
15. Sabendo que todos os partidos procuram recrutar novos membros para assumir novas lideranças políticas e quanto também a necessidade de renovar seus quadros, qual o papel do Líder Político na escolha dos novos quadros?
16. Quando um jovem começa a participar da vida partidária, quais as atividades ele começa a se envolver no início normalmente?
17. Como forma de renovar os quadros partidários, o Sr./Sra. Acredita que os novos membros devem possuir para se lançar candidato, quais experiências seriam melhores para o partido:

- (1) Ser Fiel - Concordar plenamente com as convicções e tendências do partido;
- (2) Pertencer há muito tempo do partido - Estar filiado há anos;
- (3) Ter envolvimento político - Tal como militante, ou ligação com movimentos sociais;

A INSERÇÃO DE NOVOS MEMBROS PASSA PELO ESTADO?

18. Na sua avaliação, o Sr./Sra. acha que o filiado deve ocupar algum cargo político na organização do partido ou como assessor antes de se lançar candidato? você identifica entraves ou obstáculos à ocupação de novos membros nas instâncias partidárias, candidaturas e/ou cargos na burocracia do Estado?
19. Os nomeados estão sempre de alguma forma conectados ao partido, vêm da base partidária?
20. O Sr./Sra. Tem conhecimento sobre novos membros, com pouco tempo de filiação e pouca idade, ocupando cargos eletivos de importância nacional, estadual ou Municipal? Quais cargos?
21. O que, em termos práticos, significa o partido pleitear cargos comissionados no Estado? Qualquer um do (Partido do Líder) pode pleitear cargos no estado para os membros ou correligionários? Existe uma regra que defina quem ou quais são os líderes que irão emplacar o nome?
22. As atividades que os novos membros participam dentro do partido, são as mesmas dos militantes de outras faixas etárias e segmentos, ou há atividades mais comuns para a militância de jovens membros?
23. Até que ponto o Líder do Governo ou mesmo o presidente municipal do partido por exemplo, têm liberdade para definir esses nomes? Por que uma situação é você olhar determinados quadros, outra é ter espaço para emplacar os nomes? Até que ponto foram vocês que definiram os nomes?

ANEXO C – QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS CANDIDATOS A VEREADORES

Seleção de candidatos para vereador em Curitiba nas eleições municipais de 2016

Coordenadores: Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR); Prof. André Ziegmann (Uninter); Prof. Dr. Bruno Bolognesi (UFPR); Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado (UFPR); Prof. Luiz Domingos Costa (PUC-PR). Pesquisadores: Flávia Roberta Babireski (UFPR/Unicamp); Karolina Mattos Roeder (UFPR)

ID: [_ _ _ _]

Framing: Esta pesquisa trata das eleições para vereador em Curitiba neste ano. Ela é coordenada pelo Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil da UFPR e conta com a colaboração do jornal Gazeta do Povo, da PUC/PR e da Uninter. Iremos falar sobre algumas características do(a) senhor(a), da eleição e do seu partido. A finalidade da pesquisa é acadêmica e servirá para divulgação das candidaturas na imprensa. Todos os dados serão divulgados sempre de forma agregada e as perguntas que iremos identificar o respondente, serão comunicadas para que decida ou não respondê-las. Qualquer dúvida poderá ser sanada ao final do questionário ou através do contato com os coordenadores desta pesquisa, que estão à sua disposição.

Bloco A - DADOS INICIAIS

V.1. Nome:

V.2. Idade: [_____]

V.3. Partido: [_____]

V.4. Bairro de Curitiba pelo qual se candidata:

[_____]

V.5. Sexo:

[_____]

0. Feminino 1. Masculino

99. NR

V.6. Estado civil:

[_____]

1

1. Casado/União estável 2. Solteiro 3. Separado ou divorciado 4. Viúvo

88. NS 99. NR

V.7 Sua cor de pele ou raça é (utilizando os critérios do IBGE):

[_____]

1. Branca 2. Preta 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena

88. NS 99. NR

V.8. Poderia dizer qual a sua religião ou culto?

[_____]

1. Católica 2. Evangélicas pentecostais (Assembleia de Deus, Deus é Amor, IURD) 3. Protestantes (Luterana, Anglicana, Batista, Metodista) 4. Espírita 5. Umbanda e Candomblé 6. Outras religiosidades _____ [qual?] 7. Sem religião
88. NS 99. NR

Bloco B - BACKGROUND POLÍTICO E PROFISSIONAL

V.9. O senhor pode me dizer até qual nível educacional estudou? [Se responder de 1 a 9 pular para a V.10.]

[]

2

8. 1. Ensino primário incompleto.

primário completo.

básico incompleto.

básico completo.

incompleto.

completo.

incompleto.

88. NS 99. NR

V.9.a. SE superior completo ou acima desse grau, o senhor poderia dizer qual foi o curso?

Ensino técnico completo. 2. Ensino

9. Ensino superior incompleto. 3. Ensino

10. Ensino superior completo. 4. Ensino

11. Especialização completa. 5. Ensino médio

12. Mestrado completo. 6. Ensino médio

13. Doutorado completo. 7. Ensino técnico

V.10. O senhor poderia nos dizer a sua profissão? [Se responder político profissional, item 14 ou 15, ir para a V.11.]

[]

1. Empresário urbano 2. Empresário rural 3. Profissional liberal 4. Professor ensino superior 5. Professor dos demais níveis 6. Funcionário público 7. Jornalista 8. Comunicador 9. Padre/Pastor 10. Empregado do setor de serviços 11. Trabalhador industrial 12. Trabalhador rural 13. Militar 14. Assessor político 15. Político profissional

88. NS 99. NR

V.10.a. [No caso de profissão NÃO POLÍTICA (itens 1 a 13) na V.10.] O senhor exerce esta profissão junto com a sua atividade política?

[]

3

0. Não 1. Sim

88. NS 99. NR

V.11. [ANEXO 1] Dessas organizações, o senhor poderia nos dizer da qual o senhor faz parte ou colabora?

1. Organizações recreativas ou culturais 2. Organizações religiosas 3. Organizações sociais 4. Organizações acadêmicas 5. Sindicatos 6. Organizações profissionais que não sindicatos 8. Organizações de mulheres 9. Associação de Bairro 10. Outras Qual?

88. NS 99. NR

V.12. O senhor poderia nos dizer desde quando é filiado ao seu atual partido político?

V.13. O senhor foi filiado a outro partido antes deste?

1. Sim [Ir para V.13.a.] 0. Não [Ir para a V.14.]

88. NS 99. NR

V.13.a. Se SIM, qual outro partido o senhor já foi filiado?

Partido 1 _____ Ano _____

Partido 2 _____ Ano _____

Partido 3 _____ Ano _____

4

V.14. O senhor já ocupou cargo político (como assessor, outros cargos eletivos, diretor de empresa pública, cargos de confiança e no partido) antes desta candidatura?

1. Sim [Ir para a V.14.a.] 0. Não [Ir para a V.15.]

88. NS 99. NR

V.14.a. [ANEXO 2] (Se SIM na V.14.) Quais? Marcar quantas opções foram necessárias por ordem cronológica (1a, 2a, etc):

Vereador

Prefeito

Deputado estadual

Deputado federal

Senador

Governador

Secretário de Estado

Secretário Municipal

Assessor parlamentar

Executivo de Empresa Estatal

Dirigente Partidário

[] Outros cargos político- administrativos Qual? _____ 88. NS 99. NR

V.15. O senhor poderia nos dizer quanto tempo em média dedica às atividades exclusivamente partidárias (reunião de partido, atividades burocráticas, encontros, convenções, conversas com líderes de partido e filiados, etc.) no período de um mês?

[]

1. Até 5 horas 2. De 5 até 10 horas 3. De 11 até 20 horas 4. De 21 até 40 horas 5. Mais de 40 horas

88. NS 99. NR

V.15.a. Excluindo o tempo que o senhor(a) dedica-se ao seu partido, quanto tempo em média se dedica às atividades políticas?

5

[]

1. Até 5 horas 2. De 5 até 10 horas 3. De 11 até 20 horas 4. De 21 até 40 horas 5. Mais de 40 horas

88. NS 99. NR

V.16. [ANEXO 3] As regras eleitorais são importantes para determinar as possibilidades de vitória ou derrota dos candidatos nas eleições. A partir das regras que lerei abaixo, quais o senhor sabe da existência?

V. 16.a. As empresas (pessoas jurídicas) estão proibidas de financiar as campanhas eleitorais.Tinha conhecimento?

[]

1. sim

0. não

88. NS 99. NR

V.16.b. Para se eleger é preciso conseguir um número de votos equivalente a no mínimo 10% do quociente eleitoral.Tinha conhecimento?

[]

1. sim

0. não

88. NS 99. NR

V.16.c. Os candidatos a vereador não aparecem mais no horário eleitoral gratuito em bloco, apenas nos spots ao longo do dia.Tinha conhecimento?

[]

1. sim

6

0. não

88. NS 99. NR

V.16.d. Os votos válidos são contabilizados antes para as coligações e partidos e depois para os candidatos.Tinha conhecimento?

1. sim

0. não

88. NS 99. NR

V.16.e. A quantidade de candidatos que cada partido ou coligação pode lançar mudou desde a última eleição. Tinha conhecimento?

1. sim

0. não

88. NS 99. NR

V.17. O dia-a-dia de um vereador envolve muitas atividades como funções burocráticas, ações políticas, eventos partidários, representação de interesses da sociedade, reuniões com eleitores, relações com os serviços da prefeitura, etc. Tendo em vista o cotidiano de um vereador em Curitiba, o senhor diria que:

1. Conhece o trabalho político e legislativo de um vereador 2. Gostaria de conhecer mais do que conhece sobre como trabalha um vereador 3. Não conhece como é o dia a dia do trabalho de um vereador

88. NS 99. NR

7

Bloco C - PROCESSO DE SELEÇÃO

V.18. [ANEXO 4] Dentre as razões a seguir, o senhor poderia nos dizer qual a principal motivação que o fez sair como candidato a vereador?

1. Representar o meu grupo social ou profissional 2. Representar a região/bairro onde atuo 3. Representar meu partido 4. Aumentar as chances de eleição do candidato a prefeito de meu partido ou

coligação 5. Conseguir votos para a lista do meu partido ou coligação 6. Preencher as vagas para formação da lista do meu partido ou coligação

88. NS 99. NR

V. 19 [ANEXO 5] A atividade de vereador(a) exige responsabilidades. Sendo eleito, o que o senhor acha que ganhará pessoalmente?

1. O status do cargo de vereador 2. A possibilidade de entrar para a política 3. O salário de um vereador 4. A possibilidade de nomear pessoas em cargos de confiança

88. NS 99. NR

V.20. [ANEXO 6] Antes de o(a) senhor(a) ser candidato por seu partido, a trajetória de sua vida foi fundamental para trazê-lo até aqui. Para chegar a ser candidato a vereador, as pessoas

utilizam então diferentes estratégias. Entre os fatores que eu lerei abaixo, qual deles mais contribuiu para tornar sua candidatura possível?

1. A atuação junto à minha comunidade ou bairro 2. Meu envolvimento com a política municipal ocupando cargos públicos 3. A ligação com a minha igreja e o apoio que ela pode me dar 4. As boas relações dentro do meu partido 5. A minha militância no sindicato e/ou em movimentos sociais 6. O prestígio que adquiri em função da minha atividade fora da vida política 7. A visibilidade que adquiri pela presença nas mídias (rádio, TV, Facebook)

8

88. NS 99. NR

V.21. [ANEXO 7] O senhor poderia dizer qual característica avalia como a mais importante para ser eleito Vereador?

1. Conhecer como funciona a política 2. Possuir recursos financeiros próprios para investir na campanha 3. Falar bem em público 4. Ter boas relações dentro do meu partido 5. Ter uma boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política 6. Possuir convicções ideológicas claras 7. Ter apoio de movimentos sociais e associações 8. Ter tempo disponível para se dedicar à política

88. NS 99. NR

V.22. Tendo em vista o comportamento do eleitor, o(a) senhor(a) acredita que ele vota:

1. Por simpatia pessoal pelo candidato 2. Por adesão às propostas do candidato 3. Por simpatia pelo partido político 4. Por adesão às propostas do partido político

88. NS 99. NR

V.23. [ANEXO 8] É comum que membros do partido ou da chapa de vereadores entrem em conflito algumas vezes. Para resolver estas situações corriqueiras, qual é o principal mecanismo mobilizado?

1. A mediação de um advogado 2. O estatuto do partido para solucionar conflitos 3. A autoridade de uma liderança do partido 4. A intervenção de órgão superior do partido 5. A intervenção de uma organização externa ligada ao partido

9

6. O conflito é resolvido somente entre as partes envolvidas

88. NS 99. NR

V.24. Caso exista uma divergência pontual entre as orientações políticas do seu partido e as opiniões do(a) senhor(a), o senhor(a) prefere:

1. Manter a posição pessoal 2. Acatar a posição do partido

88. NS 99. NR

V.25. [ANEXO 9] Os partidos políticos podem dar suporte para as candidaturas de seus filiados. O senhor poderia nos dizer qual o principal tipo de apoio obteve de seu partido para campanha eleitoral deste ano?

1. Recursos para campanha eleitoral (dinheiro, panfletos, santinhos) 2. Espaço nos spots na TV 3. Apoio da militância 4. Desfrutar do prestígio do partido 5. Assessoria jurídica do partido 6. Não obtive apoio

88. NS 99. NR

V.26. O(a) senhor(a) poderia nos dizer quantas vezes já foi candidato a vereador?

V.26.a. O(a) senhor(a) foi derrotado em alguma dessas eleições? [Se SIM, ir para V.26.b; Se NÃO, ir para V.27].

1. Sim 0. Não

10

88. NS 99. NR

V.26.b. [Se respondeu SIM na V.26.a] Por que o(a) senhor(a) acha que não se elegeu da(s) última(s) vez(es)?

1. Tinha pouco conhecimento sobre como funcionava a política 2. Não tive apoio financeiro para a campanha 3. Tive muito pouco espaço no horário eleitoral gratuito 4. Não utilizei como deveria as redes sociais e a mídia (Facebook,

twitter, TV e rádio) para fazer campanha 5. Não tinha uma estrutura de campanha profissionalizada 6. A competição nas eleições é muito grande

88. NS 99. NR

V.27. [ANEXO 10] Qual a forma pela qual o(a) senhor(a) foi escolhido como candidato a vereador por seu partido? (PARA O APLICADOR: Executiva ou Diretório do partido é equivalente à “delegados ou representantes eleitos do partido”; “Associação ou organização ligada ao partido” são sindicatos, associação de empresários, movimentos sociais, igreja, NÃO são os órgãos que estão na estrutura do partido)

1. votação de filiados do partido 2. indicação de filiados do partido 3. votação de delegados ou representantes eleitos do partido 4. indicação de delegados ou representantes eleitos do partido 5. indicação de um líder partidário 6. indicação de uma associação ou organização ligada ao partido

88. NS 99. NR

V.28. Durante o período eleitoral, os candidatos se organizam de diferentes formas para realizar suas campanhas, utilizando escritórios do partido, escritórios próprios, etc. Qual é a forma que o(a) senhor(a) utiliza para seu comitê eleitoral?

1. escritório do partido 2. escritório próprio

11

3. escritório do partido e também comitê próprio

88. NS 99. NR

V.29. [ANEXO 11] Qual são as principais estratégias que o(a) senhor(a) utiliza para conquistar votos e ter sucesso na campanha eleitoral? O(a) senhor(a) poderia dizer três destas em ordem de importância?

1a.

2a.

3a.

1. mobilização da militância do partido 2. apoio de organizações ligadas ao partido 3. meios de comunicação como o rádio e TV 4. utilização de redes sociais como Facebook, Twitter, etc. 5. uso da imagem de um político importante do meu partido ou coligação 6. uso de cabo eleitoral 7. reuniões nas bases e/ou reuniões com eleitores

88. NS 99. NR

V.30. [ANEXO 12] Normalmente, os temas mobilizados durante a campanha eleitoral são aqueles que estão nas conversas entre eleitores e políticos. Em relação a estes temas, o senhor é a favor ou contra as seguintes propostas: [ESTA PERGUNTA SERÁ DIVULGADA NA IMPRENSA! COMUNICAR O ENTREVISTADO E PEDIR CONSENTIMENTO]

1. Favor 2. Contra 88. NS

99. NR a) Redução da velocidade para 40 km/h em alguns locais da cidade b) Regulamentação do Uber c) Uso de IPTU progressivo para expropriar imóveis não utilizados d) Pagamento de décimo terceiro salário para vereadores e) Construção de um novo prédio para a Câmara de Curitiba f) Criação de pedágio urbano e/ou rodízio de carros g) Criação de multa para quem não separa lixo h) Proibição de fumo em áreas públicas, como parques e praças i) Passar para o poder público a obrigação de fazer e manter calçadas j) Existência de cotas para minorias em concursos públicos municipais

12

V.31. [ANEXO 13] Sabendo das posições ideológicas que as pessoas usualmente assumem e tendo em vista uma escala de 1 a 7, onde 1 é a extrema esquerda e 7 é a extrema direita, o senhor poderia me dizer em que posição se situa?

88. NS 99. NR

V.31.a. E o seu partido?

88. NS 99. NR

BLOCO D – MULHERES E ELEIÇÕES

V.32. Em perspectiva comparada, o(a) senhor(a) diria que as mulheres encontram maior facilidade ou dificuldade em saírem candidatas por seu partido ou coligação? [Se MAIS DIFÍCIL, ir para V.32.a; Se MAIS FÁCIL, ir para V.32.b].

1. Mais fácil 2. Mais difícil 3. Não há essa diferença

88. NS 99. NR

V.32.a [Se respondeu MAIS DIFÍCIL na V.32] Quais as principais dificuldades que as mulheres enfrentam que julga que seus colegas homens não enfrentaram?

1. O partido não incentiva a candidatura de mulheres 2. Os eleitores preferem votar em homens 3. Mulheres têm maior dificuldade em arrecadar recursos e apoios para a campanha 4. Falta de tempo para conciliar a atividade política com a pessoal 5. As mulheres têm menos preparo para a vida política

88. NS 99. NR

1 2 3 4 5 6 7

1 2 3 4 5 6 7

13

V.32.b [Se respondeu MAIS FÁCIL na V.32] Quais os principais facilitadores que as mulheres recebem que os homens não receberam?

[]

1. O uso das cotas de partido para tornar-me candidata 2. Os eleitores preferem candidatas mulheres 3. As mulheres conseguem mais apoios e recursos do que os homens 4. As mulheres conseguem adequar melhor a vida pessoal com a vida política 5. As mulheres estão ganhando visibilidade nas atividades políticas

88. NS 99. NR

Ficamos muito gratos por sua colaboração. Qualquer dúvida, o senhor esteja à vontade para entrar em contato conosco.

Aplicador: _____

V33. Data da entrevista: ___/___/___

V.34. Hora: ___:___

V.35. Local: _____

14